

**ISABELA DE FÁTIMA SCHWENGBER**

**REPRESENTAÇÕES DO MST NA IMPRENSA  
DE MATO GROSSO DO SUL (1995 A 2000)**

**UFMS  
2005**

**ISABELA DE FÁTIMA SCHWENGBER**

**REPRESENTAÇÕES DO MST NA IMPRENSA  
DE MATO GROSSO DO SUL (1995 A 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Damião Duque de Farias

Dourados, 2005.

070.44930135 **Schwengber, Isabela de Fátima**

S398r

Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000). / Isabela de Fátima Schwengber. – Dourados, MS : UFMS, Câmpus de Dourados, 2005.

176p.

Orientador: Prof. Dr. Damião Duque de Farias.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados.

1. MST – Representações Sociais – Imprensa. 2. MST – Imprensa – Abordagens – Mato Grosso do Sul. – 3. Reforma Agrária – Imprensa – Abordagens – Mato Grosso do Sul. I. Título.

**ISABELA DE FÁTIMA SCHWENGBER**

**REPRESENTAÇÕES DO MST NA IMPRENSA  
DE MATO GROSSO DO SUL (1995 A 2000)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: \_\_\_\_\_

2º Examinador: \_\_\_\_\_

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2005.

DADOS CURRICULARES

**ISABELA DE FÁTIMA SCHWENGBER**

NASCIMENTO 13/05/1977 – ITAPORÃ / MS

FILIAÇÃO Darci José Schwengber

Saete Forgiarini Schwengber

1995/1999 Curso de Graduação em Comunicação Social /

Jornalismo

Universidade Federal de Santa Catarina

2003/2005 Curso de Pós-Graduação em História, nível de

Mestrado, na Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul / Câmpus de Dourados

*À minha mãe Salete e ao meu pai Darci –  
em quem sempre encontro campo fértil para o  
estudo das mais diversas representações de amor.*

## AGRADECIMENTOS

O tempo de mestrado foi único na vida de cada um que o vivenciou, reforçando o significado das pessoas para a construção da nossa própria história. Muitas delas foram fundamentais para a minha, que teria capítulos vazios se não fossem preenchidos pela sua presença. A elas, envio agradecimentos que negam toda e qualquer possibilidade de quantificação:

À minha mãe, pela acolhida na maior parte do curso e por todo o apoio material e espiritual que estiveram ao seu alcance e que ela não imagina o quanto me foram valiosos;

Ao meu pai, eternamente vivo em minha memória, cujo amor pela terra me fez entender o significado da luta de tantos por ela;

À minha tia Elena e aos meus irmãos, sobrinhos e cunhados, pela companhia do dia-a-dia, pelos empréstimos de carro e de computador, pelos almoços oferecidos, pelas confidências... enfim, os responsáveis por fazer dos meus dias de pesquisa menos solitários;

Ao Antônio Carlos, meu companheiro, pelas contribuições metodológicas e por todo o seu esforço – muitas vezes mal compreendido – de me deixar mais tranqüila com a vida;

Às amigas Elaine, Meire, Andréia, Cida e Neli, com as quais dividi, em muitos dias compridos ou noites insones, as incertezas da pesquisa, do futuro e da própria existência;

Ao meu orientador Damião, que me apontou direções seguras e me proporcionou o equilíbrio para uma agitação e ansiedade que pareciam não ter fim;

À Marisa Farias, invariavelmente pronta a me atender e a encher minha prateleira com seus livros e documentos;

Ao Graciliano, pelo apoio à idéia inicial deste trabalho, pela disponibilidade das primeiras bibliografias e pela organização do pensamento para o meu primeiro artigo, que delineou alguns caminhos a serem seguidos na pesquisa;

Ao João Carlos, grande colaborador com suas preciosas referências bibliográficas e apontamentos, durante todo o curso e não apenas na disciplina por ele ministrada;

Ao Paulo Cimó, que abriu as portas do Centro de Documentação Regional da UFMS para que eu “tomasse conta” dos periódicos utilizados na pesquisa, e que não perdeu de vista nenhuma palavrinha sequer dos meus textos, principalmente os da qualificação;

Ao Jérri, pelas primeiras leituras teóricas e pela amizade;

Ao Cláudio Vasconcelos, pelas contribuições da disciplina e por todo o suporte acadêmico;

À Clarice, um dos meus anjos aqui na terra, que acreditou na minha capacidade profissional e não me deixou faltar trabalho até eu conseguir a bolsa;

À Vânia, uma das minhas mães nesse mundo, pelo apoio emocional;

À Susana Arakaki, uma entusiasta da história da imprensa sul-mato-grossense, pelas suas idéias e dicas precisas de leituras;

Ao Ricardo Souza, que com suas incertezas acadêmicas, me trouxe muitas certezas;

À Taís, nossa eterna secretária do mestrado, que acompanhou o curso desde sua implantação, mas tomou outros caminhos em busca de novas conquistas profissionais e infelizmente não está aqui para ver este trabalho pronto;

À Rosa, amiga da família, que me poupou dos afazeres domésticos e me ajudou a cuidar da saúde quando a alergia dificultou a leitura dos documentos da pesquisa;

À Elenita e à Vanessa, vizinhas, amigas, companheiras do cotidiano;

À Cristiane, pela digitalização das imagens deste trabalho;

À Adiles Torres e ao Vander Verão, respectivamente diretora e editor-chefe do jornal *O Progresso*, pelas entrevistas concedidas,

Às funcionárias do *Correio do Estado* Vilma, Vera e Veronice, pelo acesso aos arquivos do jornal;

Aos editores do *Correio do Estado*, em especial ao Dante Filho, Neri Kaspari e Ordonês Echeverria, pelas informações sobre o funcionamento do jornal;

Ao Valfrido Silva, pelas informações sobre a história de *O Progresso*;

À Sandra Simone e à Márcia, que me ajudaram na formatação deste trabalho;

À Juçara Zanoni do Nascimento, que com seus olhos cuidadosos revisou todo este texto;

Ao Victor Noel Cockburn Simpson, pela tradução do resumo;

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse concretizado.

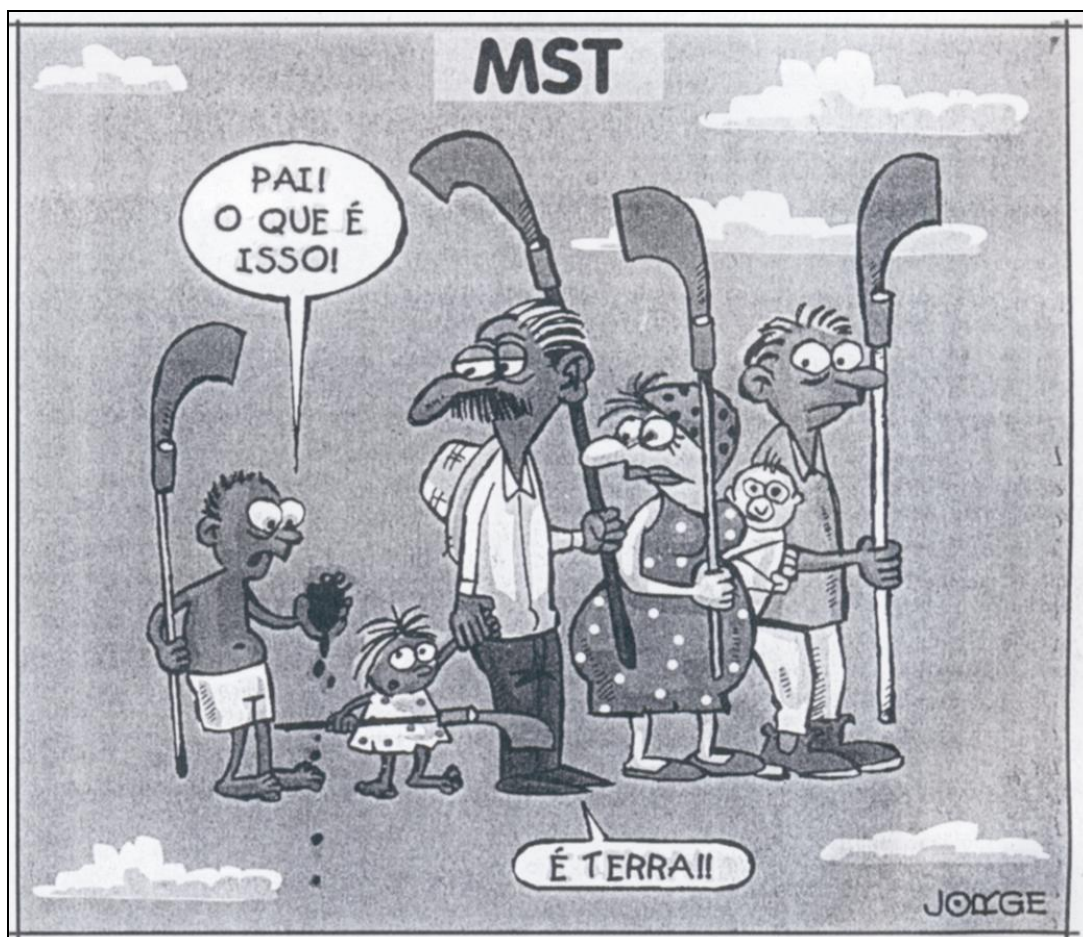


## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo identificar e analisar as representações sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST presentes nos textos e imagens publicados nos jornais sul-mato-grossenses *O Progresso* e *Correio do Estado*, no período de 1995 a 2000. A análise parte da premissa de que a sociedade produz representações de acordo com seus valores e tem na imprensa uma instituição que põe em circulação essas representações, reforçando esses valores. A tese sustentada na pesquisa é de que ambos os periódicos, apesar de se mostrarem favoráveis à reforma agrária, imprimiram em suas páginas os interesses sociais dominantes de desmobilizar a organização popular que reivindicava a distribuição de terras. Os periódicos construíram, ao longo do período, representações que deslegitimavam a luta dos movimentos sociais rurais e limitavam o seu crescimento político. A análise dos documentos permitiu visualizar que aspectos do MST foram fortalecidos ou esquecidos nos relatos que o envolveram e que configuração imaginária se construiu sobre ele nos dois maiores jornais de Mato Grosso do Sul.

## **ABSTRACT**

This dissertation is intended to identify and analyze the social representations of the Landless Rural Workers Movement - MST which appear in texts and images published in the newspapers – *O Progresso* and *Correio do Estado*, in the state of Mato Grosso do Sul from 1995 to 2000. This analysis is based on the principle that society produces representations in accordance with its values and considers the press an institution which circulates these representations, thereby reinforcing these values. The thesis supported by the research is that both newspapers, though seeming to be favorable to the agrarian reform, published the dominating social interests to demobilize the popular organization which claimed distribution of land. The newspapers built, throughout this period, representations illegitimizing the struggle of the rural social movements, thereby limiting their political growth. The analysis of documents allows us to see that certain aspects of the MST were either strengthened or forgotten in the reports involving this issue, and also what sort of imaginary configuration was built on this in the both largest newspapers of Mato Grosso do Sul.



Fonte: jornal *O Progresso*, 22 de julho de 1999.

*Por detrás das notícias corre uma trama infinita  
de relações dialéticas e percursos subjetivos  
que elas, por definição, não abarcam.*

*Nilson Lage, 1987.*

# ÍNDICE

Resumo .....	07
Abstract.....	08
LISTA DE FIGURAS .....	11
LISTA DE TABELAS .....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	13
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – ASPECTOS DO POVOAMENTO E DA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL.....</b>	<b>21</b>
1.1 Da <i>Marcha para o Oeste</i> às reformas de base: 1937 a 1964 .....	21
1.2 Regime militar e repressão dos movimentos sociais: 1964 a 1985 .....	26
1.3 Abertura política e fortalecimento dos movimentos sociais: 1985.....	34
1.4 A ação organizada do MST até 2000.....	38
<b>CAPÍTULO II – IMPRENSA E SOCIEDADE EM MATO GROSSO DO SUL.....</b>	<b>48</b>
2.1 Imprensa e política: as trajetórias de <i>O Progresso</i> e do <i>Correio do Estado</i> .....	48
2.2 Os caminhos da modernização empresarial e jornalística .....	62
2.3 A (im)parcialidade da imprensa sob o olhar do historiador.....	70
<b>CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÕES DO MST NA IMPRENSA DE MATO GROSSO DO SUL.....</b>	<b>81</b>
3.1 Valores da sociedade nas páginas dos jornais .....	92
3.2 Valores Morais.....	99
3.3 Valores Legais .....	106
3.4 Valores Políticos .....	121
3.5 Valores morais, legais e políticos nos editoriais.....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>154</b>
Anexos.....	160

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Charge de movimentos populares em Brasília em 1999.....	17
Figura 2 – Charge do MST “agarrando” a terra .....	96
Figura 3 – Foto de bandeira do MST.....	101
Figura 4 – Foto de crianças no acampamento na Fazenda Santo Antônio .....	102
Figura 5 – Foto de crianças em acampamento em Itaquiraí .....	103
Figura 6 – Anúncio patrocinado pelo MNP.....	109
Figura 7 – Charge de polícia e MST em <i>O Progresso</i> .....	111
Figura 8 – Foto de polícia e MST no <i>Correio do Estado</i> .....	112
Figura 9 – Foto de sem-terra com a camiseta do Che Guevara.....	129
Figura 10 – Ilustração do ministro com a cartilha dos sem-terrinhos .....	133
Figura 11 – Desenho do caderno de acampado na fazenda Santo Antônio.....	135
Figura 12 – Foto de residência de acampado .....	147
Figura 13 – Foto de acampados na rodovia.....	148

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acampamentos e assentamentos concretizados em MS de 1995 a 2000 .....	44
Tabela 2 – Exemplo da listagem dos documentos.....	83
Tabela 3 – Adjetivos atribuídos ao MST.....	85
Tabela 4 – <i>OP</i> : valores expressos nos documentos.....	91
Tabela 5 – <i>OP</i> : valores expressos nos editoriais .....	91
Tabela 6 – <i>CE</i> : valores expressos nos documentos .....	91
Tabela 7 – <i>CE</i> : valores expressos nos editoriais .....	92
Tabela 8 – Documentos analisados do jornal <i>O Progresso</i> .....	160
Tabela 9 – Documentos analisados do jornal <i>Correio do Estado</i> .....	170

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

Acrisul - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul  
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única de Trabalhadores  
DOF - Departamento e Operações de Fronteira  
Famasul - Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul  
Fetagri - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul  
FHC - Presidente Fernando Henrique Cardoso  
Fundersul - Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR - Imposto Territorial Rural  
MNP - Movimento Nacional dos Produtores  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
Procera - Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSD - Partido Social Democrático  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão  
TRE - Tribunal Regional Eleitoral  
UDN - União Democrática Nacional  
UDR - União Democrática Ruralista  
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## INTRODUÇÃO

Atualmente, os historiadores não se recusam a trabalhar com os acontecimentos que puderam vivenciar. Essa preocupação com o estudo do passado próximo foi assumido pela historiografia no período pós-guerra, apesar de, na primavera de 1936, em um curso sobre história da vida contemporânea no *Collège de France*, Febvre já afirmava que a incompreensão do passado nascia da ignorância do presente e que a análise do presente podia “dar régua e compasso” à pesquisa histórica (CHAUVEAU e TÉTARD, 1999, p.10).

A decisão de pesquisar uma história da qual fomos testemunha parte da crença de que nenhuma construção histórica, seja ela de um passado mais distante como de um mais próximo, está imune aos preconceitos e desvios de quem a escreve. É certo que o historiador do presente leva consigo toda a carga que acumulou de sua época para a discussão com as fontes e que o trabalho que desenvolve não está livre de sua personalidade, de sua ideologia ou de seu interesse. Mas, da mesma forma, o historiador do passado mais antigo não está ileso de tais desvios, pois toda a história é pensada a partir do tempo do historiador que vai buscar no passado – mesmo que próximo – as interlocuções para a compreensão da realidade. Por isso, entendemos que a escrita da história da qual fazemos parte – a do presente – é mais do que possível: é necessária.

Ao pesquisar nos jornais uma história de um tempo por nós vivido, nosso olhar sobre eles procurou ser como o de Thompson (1981). Para o autor, qualquer historiador sério sabe que os documentos encerram suas cargas ideológicas: se ele é falso, cabe ao historiador averiguar porque foi produzido; se ele carrega ideologia, cabe ao historiador relacionar o documento ao seu tempo e à sociedade no qual foi criado para entender essa mesma sociedade.

O passado que esta pesquisa se propõe a estudar compreende o período de 1995 a 2000. Ele foi escolhido em função das próprias políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST em ocupar espaços na imprensa para dar visibilidade à questão agrária nas áreas urbanas. Isso foi possível devido a grande articulação que o MST conseguiu junto às suas bases naqueles anos e que foi publicizada nos meios de comunicação por meio da cobertura jornalística de ocupações de terra e atos públicos.



Já os jornais escolhidos para a análise foram os mais antigos de Mato Grosso do Sul – *O Progresso* e o *Correio do Estado* – os quais consideramos representativos do pensamento social dominante no país e incluídos nas estratégias de divulgação do movimento, já que circula em um Estado de muitos conflitos fundiários.

Estudar um movimento social foi o fator que despertou as primeiras inquietações da historiadora que almejávamos ser, pois atribuímos aos movimentos grande participação na mudança social de um país, cujas transformações podem ser tanto progressistas quanto conservadoras ou reacionárias, dependendo das forças às quais estão articulados e dos projetos políticos que norteiam suas ações. O que não podemos negar é que eles, ao lutarem por demandas socioeconômicas ou político-culturais do meio onde atuam, interferem ativamente no processo histórico, seja construindo novos valores ou modificando os já existentes.

Analisar as representações de um movimento social na imprensa foi a maior motivação da jornalista que já éramos e que queria aprender a historiar. Acreditamos que nas sociedades contemporâneas, onde a imprensa tem papel significativo no registro e publicização dos acontecimentos, é importante para a luta dos movimentos a representação simbólica que eles constroem de si por intermédio dela ou a que ela constrói sobre eles, pois é através dessa mediação que aqueles grupos interferem no discurso público e ganham força social. Até certo ponto, eles dependem da imprensa para se comunicar com seus aliados e opositores e para renovar o repertório que utilizam para atingir o público mais amplo.

O MST, maior movimento social popular organizado no Brasil, também enxergou a importância da imprensa para divulgar as suas propostas. A partir de meados da década de 1990 passou a direcionar as suas ações para conquistar destaque nos meios de comunicação com vistas a informar a sociedade de que a reforma agrária não deveria se restringir à luta do trabalhador rural por terra para garantir a sobrevivência de sua família, mas sim que ela era a condição fundamental para o desenvolvimento do país e para a qualidade de todos os brasileiros.

A intenção do MST ao procurar desenvolver uma relação com o público, por meio da imprensa, é uma estratégia facilmente compreendida tendo em vista a forte presença que os meios de comunicação têm no cotidiano social contemporâneo. O período de nosso recorte, por exemplo, foi marcado por um grande avanço das tecnologias e das informações globalizadas – a população brasileira teve acesso a *internet* em 1995 – e a

mídia passou a ser, cada vez mais, a principal responsável pelo conhecimento que cada cidadão tinha do seu mundo externo.

Portanto, para atingir os cidadãos de forma rápida e certa, era preciso estar na imprensa e essa foi a prática à qual muitos movimentos sociais aderiram para anunciar as suas propostas e encontrar mais aliados. Alguns, inclusive, criaram os seus próprios meios de comunicação: no caso do MST, este possui o seu jornal, a sua revista, os seus informativos eletrônicos, o seu programa de rádio e o seu *site* na *internet*.

O período também marcou mudanças na realidade brasileira, que cada vez mais globalizava sua economia e dava centralidade às políticas neoliberais. Com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB / 1995-2002), o Brasil ganhou uma nova moeda – o real, cujas políticas para sua estabilização geraram desemprego, aumentaram o custo de vida e deixaram setores como a agricultura, a saúde e a educação exigindo mais investimentos.

Fernando Henrique enfrentou forte oposição popular, que para muitos ficou materializada na Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que o MST iniciou em várias cidades, em fevereiro de 1997, e terminou dois meses depois com ato público dos sem-terra em Brasília, no dia 17 de abril. Outros movimentos sociais lhe deram apoio e se juntaram no Distrito Federal, contribuindo para reunir cerca de trinta mil pessoas. A imprensa foi fator chave para divulgar o ato para a população não apenas do país, mas do mundo todo, que direcionou suas atenções para a capital brasileira, naquele momento.

Gohn (2000, p. 137) assinala, inclusive, que o protesto do MST ganhou notoriedade e se tornou um marco referencial significativo para a mobilização popular. Devido à crise econômica e por conseguinte política – devido à queda da popularidade de FHC, principalmente depois da desvalorização da moeda em seu segundo governo – novos protestos foram se agregando: caminhoneiros; pequenos, médios e grandes ruralistas; marcha do cem mil; etc.:

As marchas, caminhadas, atos públicos, acampamentos, vigílias, etc., e que criaram a bandeira de construir uma identidade a partir de uma ausência – ser “sem” alguma coisa – passaram a ser o exemplo, o modelo por excelência, para todos os outros movimentos e ondas de protestos que lentamente surgiram no Brasil urbano, a partir de 1999 (GOHN, 2000, p. 137).

Essa notoriedade à qual a autora se referiu foi construída essencialmente pela mediação da imprensa. Na zona urbana, o MST criou uma identidade fortemente

reconhecida onde a maioria da população o identifica ao visualizar aqueles trabalhadores com foices e enxadas em punho, carregando a bandeira e usando os bonés vermelhos com o emblema do movimento.

Em seguida, reproduzimos uma charge publicada no jornal *O Progresso* na edição dos dias 10 e 11 de setembro de 1999, produzida para representar os diversos protestos populares que foram se agregando no final daquela década para reivindicar por novas políticas públicas. Na ilustração, percebemos o avanço dos grupos em Brasília (DF) e a reação do presidente, que se sentia acuado diante da organização popular:



**Figura 1 – Charge de movimentos populares em Brasília em 1999**

Mas os anos de Fernando Henrique também apresentaram o maior número de assentamentos de famílias sem-terra – comparados com os dos governos anteriores – e a criação de uma nova política para os agricultores familiares. Porém, os números oficiais foram descontraçados com os do MST, que também discordava da política agrária federal. A oposição do movimento ao governo foi dura e a relação conflituosa entre ambos esteve constantemente na imprensa.

No âmbito estadual, o período abrange o mandato de Wilson Barbosa Martins (PMDB / 1995-1998) e os dois primeiros anos do governador José Orcírio Miranda dos Santos (PT / 1999-2002), popularmente conhecido como Zeca do PT. Foi uma época significativa para a luta do MST, que tomou maior vulto no sul de Mato Grosso do Sul em

1997, quando liderou o maior acampamento do Brasil no município de Itaquiraí, com cerca de 2.500 famílias.

Ainda em 1997, as conquistas e a popularidade do MST estimularam o ressurgimento da UDR e a criação do Movimento Nacional de Produtores Rurais – MNP, que exerceram um trabalho político para deslegitimar a luta e impedir a mobilização dos sem-terra. Já nos últimos anos do recorte de nossa pesquisa, dois fatos foram significativos para deixar o MST em evidência na mídia: em 1999 a imprensa nacional teve acesso aos seus cadernos de formação de base e interpretaram o seu conteúdo como estratégias de guerrilha; em 2000 o governo federal recebeu denúncias de extorsão de assentados, por parte do movimento dos sem-terra.

Para o estudo das representações do MST nos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*, levantamos todos os fatos que se referiram a ele entre os anos de 1995 e 2000. A preferência pelo jornalismo impresso se deu devido à amplitude que este assume em Mato Grosso do Sul: suas notícias são lidas nos programas radiofônicos de várias cidades e, como a abrangência do rádio é grande, o texto do jornal impresso acaba atingindo um número maior de “leitores”.

Devido à natureza do rádio, que trabalha com o discurso oral e utiliza diversos recursos sonoros na apresentação das notícias, é importante considerar que determinadas representações podem ser reforçadas e ou deslocadas ainda mais do vivido social, ou seja, da luta pela terra empreendida pelo MST, reforçando a afirmação de Chartier (1991, p. 178), quando esse historiador coloca que “as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)”.

A proposta de nossa análise surgiu da hipótese de que os jornais, apesar de favoráveis à realização da reforma agrária no Brasil, imprimiram em suas páginas os interesses sociais dominantes para desmobilizar a organização popular que reivindicava a socialização das terras, por meio da construção de representações que deslegitimassem a sua luta e fragilizassem as suas organizações.

Essa ação foi construída com o tempo e se mostrou como uma resposta conservadora às conquistas da mobilização dos sem-terra: os anos de 1995 a 2000 foram os de maior popularidade conquistada pelo MST na área urbana e os mais representativos no país no que diz respeito ao número de assentamentos – concretizados, segundo o próprio

governo, como uma forma de atender às demandas dos principais movimentos sociais organizados em defesa da reforma agrária.

Ou seja, os movimentos sociais tornaram-se atores de um processo nacional e deixaram de ser sujeitos passivos e subjugados ao mostrar que tinham a sua própria proposta de reforma agrária e condições para criar a sua própria história. No caso do MST, este avançava politicamente e preocupava os dominantes, que se sentiam ameaçados de ter o seu poder transferido para o protagonista da luta.

Mas, para a análise aprofundada, precisamos conhecer os diversos aspectos do MST e da imprensa, bem como a conjuntura social que lhes permitiram desenvolver suas práticas. Para isso, organizamos nosso texto em três capítulos.

No primeiro, apresentaremos alguns fatos históricos do povoamento e da luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Nosso marco cronológico inicial será o Estado Novo que, ao criar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, estimulou a especulação de terras e a povoação no sul de Mato Grosso<sup>1</sup>, bem como a organização do campesinato brasileiro.

Posteriormente identificaremos, no regime militar, a política agrária que consolidou a grande propriedade brasileira e que, ao reprimir os movimentos sociais, contribuiu para ampliar as condições de conflito no campo que já existiam no período anterior ao golpe. Passaremos então pelo período da redemocratização, quando os movimentos sociais reprimidos ganharam expressão política.

Começa, aí, a história do MST, que se estende até o nosso recorte temporal, onde vamos apresentar as suas propostas de reforma agrária, os fundamentos ideológicos que norteiam suas ações, a simbologia que envolve suas práticas a sua estrutura organizativa no campo e na cidade, a sua hierarquia, suas conquistas e conflitos, sua oposição, etc.

---

<sup>1</sup> Até 1977, a porção sul de Mato Grosso compreendia a área que é hoje Mato Grosso do Sul. Portanto, em todo o período anterior a essa divisão administrativa, vamos utilizar dados referentes a MT e usar a nomenclatura “antigo sul de Mato Grosso” para se referir ao MS.

O segundo capítulo expõe as principais características da produção de um jornal que comprovam a sua parcialidade: seus objetivos, as pessoas envolvidas, as normas para a construção de textos e imagens, a divisão de trabalho no interior de uma redação, os fatores que influenciam as escolhas das pautas, as transformações tecnológicas e de conteúdo dos meios de comunicação brasileiros, a circulação de valores sociais nas produções midiáticas e a autoridade que o discurso jornalístico assumiu na sociedade como anunciador da verdade. Posteriormente identificaremos os parâmetros utilizados pelos jornais *O Progresso* e o *Correio do Estado* em suas práticas jornalísticas e os aspectos da história dos dois, bem como a ideologia de seus proprietários.

O terceiro capítulo compreende a análise das representações sociais do MST identificadas nos jornais. Lá estará de fato, a investigação principal desta pesquisa e será realizada a partir dos dados expostos nos primeiros capítulos. Por meio da discussão dos elementos presentes nos documentos, visualizaremos que aspectos do movimento foram fortalecidos ou esquecidos nos relatos de fatos que o envolveram e que configuração imaginária se construiu sobre o MST nos dois maiores jornais de Mato Grosso do Sul.

# CAPÍTULO I

## ASPECTOS DO POVOAMENTO E DA LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL

### 1.1 Da *Marcha para o Oeste* às reformas de base: 1937 a 1964

O interior do Brasil foi alvo de importantes transformações no Estado Novo (1930-45), a partir da política de nacionalização das fronteiras, delineada pela *Marcha para o Oeste*. O então presidente Getúlio Vargas, interessado na centralização do poder federal, desenvolveu uma política de repressão policial e militar e de criação de dispositivos “civilizadores” baseados no trabalho, objetivando quebrar o poder dos grandes proprietários de terra. Para isso, interviu nos Estados por meio de projetos de ordem política e econômica, efetivados por decretos-lei.

Declarando à sociedade que se preocupava em acabar com a violência no interior do país e em fazer justiça aos que trabalhavam e não tinham terra, Vargas, após 1937, pôs em prática uma campanha de desarmamento da população brasileira e muitos coronéis<sup>2</sup> foram presos como bandoleiros e contraventores. Em Mato Grosso, o banditismo foi considerado encerrado oficialmente em 1943, quando o território foi atingido por medidas de alcance social (Lenharo, 1985).

No extremo sul do Estado, a nova política acabou com monopólio de meio século da Companhia Erva Mate Laranjeira, que não teve seus contratos de arrendamento renovados. Na área onde se concentravam a sede e grande parte dos ervais da companhia foi instalado o território federal de Ponta Porã (Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943), submetendo os domínios da empresa à fiscalização federal<sup>3</sup>. Já o projeto civilizador

---

<sup>2</sup> A palavra “coronel” consta no dicionário, entre outras definições, como “chefe político ou latifundiário do interior do país”.

<sup>3</sup> A área total ocupada pela Mate Laranjeira ainda é controversa entre os autores. Foweraker (1981) estima em 1 milhão de hectares; Borges (2001) fala em 3 milhões de hectares no início do arrendamento, reduzidos para 1,8 milhão em 1916.

colocado em prática foi a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943), que estabeleceu a demarcação de 300 mil hectares pertencentes ao Território Federal de Ponta Porã. O Território foi extinto em 1946, após o fim do Estado Novo.

A CAND foi uma das cinco colônias agrícolas implantadas no país seguindo tanto o projeto de colonização do interior como se caracterizando em um recurso para resolver as tensões no campo do nordeste brasileiro, pois o projeto distribuiu lotes de 30 a 50 hectares aos brasileiros sem terra, principalmente daquela região. As colônias também foram uma das estratégias do governo Vargas para incentivar o povoamento da parte oeste brasileira e integrar as regiões, objetivando a criação de um Estado forte, coeso, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico. Oliveira (1999) estudou os discursos de Vargas daquele período e explica que neles estava explícita a necessidade de fazer o país crescer dentro de suas fronteiras, o que significava o desbravamento e a colonização das áreas consideradas “desertas”, bem como a nacionalização das fronteiras e o desenvolvimento do capitalismo no campo.

A fartura de terras divulgada pelas propagandas da CAND atraiu, para a região, nordestinos, mineiros, paulistas e imigrantes japoneses, que se juntaram à população já existente. Segundo Moreno (1993), a política de colônias agrícolas foi bem recebida pelos grandes proprietários de terras em Mato Grosso, “uma vez que suas propriedades foram protegidas de invasões pelos sem terra, além de terem à sua disposição uma mão-de-obra ordeira e produtiva” (p. 179).

O sistema de pequena propriedade implantado nas colônias agrícolas objetivava a diversificação da agricultura, modelo que o governo federal incentivava como complementaridade do desenvolvimento industrial e através do qual prometia acabar com a velha ordem latifundiária. O país passava, naquela época, pela crise do café, que para muitos autores significava um golpe mortal ao latifúndio e, desta forma, a política nacional implantada por Vargas teria êxito.

Para Prado Júnior (1944)<sup>4</sup>, porém, bastaria um novo surto agrícola, uma nova conjuntura favorável, e a grande propriedade se restauraria. Para Lenharo (1985, p. 57), ficou visível “a manutenção de um processo de colonização que sempre se manteve no

---

<sup>4</sup> Problemas de povoamento e a pequena propriedade. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 10 (115): março 1944. Citado por Lenharo (1985).



leito dos conflitos sociais, apesar da pretensão ideológica do regime em contê-los. O que se passaria anos depois da queda de Vargas ilustraria as tendências latentes há muito tempo”.

Lenharo (1986, p. 48) também chama a atenção para o mapeamento de extensos territórios em Mato Grosso, entre as décadas de 1920 a 1950, por grupos capitalistas, que fecharam as portas para as populações trabalhadoras que buscavam no Estado terra para plantar; para as famílias trabalhadoras que estavam sendo expropriadas de seus lugares de origem e se puseram a caminho do oeste, onde existiam “extensos territórios, aparentemente sem dono, despovoados e sem plantação”, que esperavam pelo seu trabalho. “Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes”.

Isso se comprovou em 1946, após o fim do Estado Novo: a Constituição Estadual foi alterada para permitir aos pretendentes individuais comprarem até 10 mil ha (o limite anterior era de 500 ha). Então os políticos estaduais, grupos econômicos do Rio Grande do Sul e São Paulo e a própria Companhia Mate Laranjeira competiram para acumular grandes propriedades:

(...) nos idos dos anos 50, grupos de políticos locais, de fora, grupos econômicos formaram uma ciranda de alianças empresariais e eleitorais, cujo jogo principal incidia no controle da distribuição das terras devolutas do estado. [...] não se tratava somente de quantidades de terras açambarcadas. As melhores terras eram as mais visadas (LENHARO, 1986, p. 53).

A qualidade e os baixos preços acirraram a procura e a disputa pelas terras devolutas. De acordo com Moreno (1993), as propriedades eram repassadas às companhias de colonização de Cr\$ 7,00 a Cr\$ 10,00, que as revendiam por Cr\$ 100,00 a Cr\$ 300,00 o hectare. Nesse sentido, o governo apoiava as empresas, argumentando que elas eram necessárias à obra da colonização:

Os brindes e as facilidades de concessões de terra faziam parte dum entrelaçado jogo de interesses e se negociava uma mercadoria, que à época, supostamente não se dava valor, pela sua abundância e pela ignorância que se tinha do potencial do Estado. Assim justificava-se este tipo de campanha para forçar o povoamento e promover o seu desenvolvimento (MORENO, 1993, p. 212).

Naquele período pós-Vargas, as relações de produção e mercados de produtos, terra e trabalho passavam por mudanças em todo o país. O interior continuava assistindo a um intenso fluxo migratório. A atividade econômica era predominantemente agrícola, que ia se capitalizando. O preço da terra aumentava e sua ocupação tornava-se cada vez mais

concentrada.

Em Mato Grosso a população deu um salto. A densidade populacional do Estado era tão baixa que o fluxo migratório alterou completamente a composição demográfica: segundo dados censitários do IBGE, passou de 516.514 pessoas, em 1950, para 1.623.618, em 1970. Esse crescimento deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. A população era, porém, concentrada, o que refletia o processo de ocupação da terra: em 1970, dos dez municípios mais populosos do Estado, oito encontravam-se na região de fronteira, área em volta da CAND. (FOWERAKER, 1981, p. 73).

A demanda por alimentos nas maiores cidades brasileiras e o movimento nas novas terras impulsionaram a construção de estradas no interior do país nas décadas de 1950-60 e contribuíram para retirar a região de fronteira de seu relativo isolamento. A produção agrícola comercial que antes deveria se situar no âmbito da estrada de ferro Noroeste do Brasil – com exceção do gado, que podia caminhar até o mercado – cresceu no sul do Estado. Em Dourados, por exemplo, nos anos de 1950, a produção de alguns produtos aumentou: 254% para o arroz, 163% para o feijão, 461% para o café (FOWERAKER, 1981, p. 77).

O lucro pela exploração econômica da terra, seguindo a intensa ocupação, precipitaram as compras especulativas. A luta pela terra se intensificou. “Essa competição leva a disputas legais quando os interesses econômicos individuais não coincidem, e a confrontos de classe com os camponeses quando a ‘grilagem’ lhe subtrai o meio de subsistência” (FOWERAKER, 1981, p. 84).<sup>5</sup>

As disputas por terra estavam presentes em todo o país. Os trabalhadores rurais se fortaleceram com do enfraquecimento dos coronéis, a partir das políticas de Vargas. O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma extensa mobilização no campo, sendo a reforma agrária o centro do debate político. Entre 1940 e 1960 o país assistiu à afirmação dos camponeses como atores políticos, organizados, a princípio, em entidades como ligas camponesas e associações de lavradores, lutando por terra e direitos.

---

<sup>5</sup> Segundo Moreno (1993), as irregularidades na titulação de terras, em Mato Grosso, foram se acumulando e os conflitos em torno de seu controle e distribuição se acirrando. Na tentativa de conter a corrupção, o departamento de terras foi fechado quatro vezes, em diferentes administrações: 1951, 1956, 1961 e 1966. A autora complementa que o Estado chegou a década de 80 sem ter segurança nas informações cadastrais do seu patrimônio fundiário, “dando margem à especulação de toda ordem. Tanto que os proprietários de ‘títulos voadores’ podiam reclamar as terras e terem-nas localizadas onde mais conveniente fosse” (p. 244).

Surgiu a primeira organização nacional camponesa, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab, e o campesinato foi disputado por agentes diversos, como partidos políticos e a Igreja. Aconteceram as primeiras manifestações de homens do campo nas cidades, os primeiros congressos camponeses, as primeiras greves na área rural, as primeiras ocupações de terras como tática política para forçar sua desapropriação.

Naquele período também foram colocadas em prática as primeiras ações do poder público para a redistribuição da propriedade da terra, desapropriando-se fazendas e áreas de conflito, de início como investidas de governos estaduais e, posteriormente, como política do governo federal, ganhando corpo no governo de João Goulart (1961-1964), com as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico e social. Entre todas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções.

Foi naquele governo que a sindicalização do campesinato foi regulamentada, o que levou à proliferação de entidades em todos os Estados<sup>6</sup>, culminando na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, em 1964, e dando origem ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR.

A ação dos movimentos agrários chegava à imprensa por meio de relatos de conflitos entre posseiros e proprietários e era representada como perigo eminente de caos no campo. A mobilização política dos trabalhadores rurais começava a ser reprimida pela Igreja Católica, que via naqueles grupos a presença de idéias comunistas. O combate ao comunismo, na verdade, fazia parte de uma geopolítica internacional, desde o início da Guerra Fria e da formação do bloco soviético em contraposição ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos.

As idéias socialistas estavam conquistando o mundo inteiro, ao fim da Segunda Guerra. De acordo com Farias (2002, p. 53-58), o rápido crescimento do Partido Comunista Brasileiro e a agitação popular não tardaram a provocar fortes reações da Igreja Católica contra o comunismo e suas organizações. Muitas mobilizações sociais foram articuladas por aquele partido e começaram a surgir muitos grupos organizados com o objetivo de combater o comunismo no país. O conservadorismo anticomunista foi

---

<sup>6</sup> Os sindicatos vieram substituir as entidades civis, como as associações de lavradores, e pesaram para o declínio das ligas. (ver Grynspan, 2003, p. 320).

reforçado pela revolução cubana, que causou grande repercussão para toda a sociedade latino-americana. Conforme Capelato (1988, p. 53), “na década de 60, conflitos sociais e políticos vêm à tona. São identificados como ‘desordem’ provocada pelos comunistas. O velho fantasma volta a rondar o país e os ‘guardiãs da boa sociedade’ emprenham-se na articulação de um golpe para salvá-la”.

Portanto, para impedir a “desordem” causada pelo fortalecimento político dos trabalhadores rurais e dos demais movimentos sociais – entre outras finalidades – um grupo de militares e grandes empresários articulou o golpe de 1964. A partir daí o Estado entrou, mais uma vez, na questão da propriedade da terra, dando apoio econômico às grandes empresas que quisessem se instalar no campo.

## **1.2 Regime militar e repressão dos movimentos sociais: 1964 a 1985**

No regime militar, foi criada Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra, 30 de novembro de 1964) para reger a implementação de uma reforma agrária no país e resolver o problema central daquele regime, que era a questão agrária. Também pesaram para aquelas decisões as recomendações do governo americano, preocupado com a possibilidade de eclosão de processos revolucionários na América Latina, nos moldes do que ocorrera recentemente em Cuba. Para os Estados Unidos, a reforma agrária representava um mecanismo eficaz de controle e estabilidade social, uma vez que contribuía para a eliminação de fontes de conflito e de revolta. Ou, de acordo com alguns autores, serviria para impedir a expansão do comunismo.

Porém, as ações dos militares acabaram não sendo voltadas à quebra da hegemonia do latifúndio. O regime impulsionou o capitalismo com a modernização das grandes propriedades rurais, por meio de crédito rural subsidiado, fácil e abundante, que possibilitou a incorporação de pequenas propriedades às médias e grandes, pois quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia. A urbanização e a industrialização cresceram rapidamente e a concentração de terra permaneceu.

Para Martins (1984, p. 22), o Estatuto da Terra foi “destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse o confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural”. A reforma agrária proposta beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação empresarial, o que já excluía a grande massa de

trabalhadores sem terra.

Mas a reforma agrária foi apenas uma das dimensões do Estatuto da Terra. Uma outra importante foi a promoção do desenvolvimento agrícola, com a transformação das grandes propriedades em empresas rurais. Para isso, foram definidos mecanismos de pressão, como a aplicação do Imposto Territorial Rural (ITR) e a desapropriação de terras improdutivas. Ou seja, previa-se que as grandes propriedades fossem levadas a ampliar suas áreas de plantio e intensificar a sua criação, pressionadas pela possibilidade de desapropriação.

O regime criou alguns projetos de colonização para desenvolvimento regional, destacando-se o Programa de Integração Nacional – PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra (1971), que buscavam integrar "os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia". O fluxo de trabalhadores rurais do nordeste para a Amazônia se intensificou no fim dos anos 1960 e início dos 1970, levando populações para Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Pará, onde muitos se instalaram como posseiros.

Segundo Grynszpan (2003, p. 330), havia, ainda, um outro fluxo, este mais recente e influenciado pela propaganda oficial, que trazia trabalhadores do sul e do sudeste para Rondônia, Mato Grosso e Acre. No sudeste, eles eram expulsos pela erradicação dos cafezais e pela substituição das áreas de plantio por pastagens. No sul, fatores diversos pesaram, como a introdução de novos plantios – soja e trigo, por exemplo – que resultou em concentração fundiária, por um lado, e em mecanização com a conseqüente liberação de mão-de-obra, por outro. Nas regiões onde predominavam pequenas propriedades estava em curso um processo de fragmentação que conduzia à formação de lotes cujas dimensões inviabilizaram o sustento da família. A ida para a Amazônia representava a possibilidade de recompor o patrimônio familiar.

Porém, nos projetos de colonização do governo poucas famílias foram de fato assentadas. O que se sucedeu é que grandes áreas foram ocupadas por capitalistas do sul do país e a concentração de terra imperou. Martins (1984) coloca que a política de terras estava vinculada aos interesses da política econômica e do estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros. Naquele período da redefinição da política fundiária, em favor geralmente de empresas industriais, comerciais e bancárias, que receberam incentivos do Governo, cresceu a luta dos trabalhadores rurais pela terra, pois muitas áreas destinadas

aos “novos” projetos já eram ocupadas por posseiros.

Aqueles conflitos – apesar de reprimidos e censurados pelos militares –, muitas vezes concretizados em ocupação de propriedades, tiveram o envolvimento da Igreja Católica, que defenderam os trabalhadores rurais, principalmente nas regiões pioneiras da Amazônia. Para “acalmar” essa situação, mas não resolver de fato a questão agrária no país, algumas desapropriações foram realizadas. Durante o período militar, 115 mil famílias foram assentadas, em 13,5 milhões de hectares (BRASIL, 1997, p. 14).

A política que de fato prevaleceu naquele período foi a de uma *modernização conservadora*, que acarretou um processo de expropriação do homem rural. De acordo com Fernandes (1996), essa reestruturação do latifúndio provocou um intenso êxodo rural e conseqüentemente o aumento dos conflitos no campo. Durante o regime militar, “foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a superexploração dos trabalhadores assalariados e sem direitos” (FERNANDES, 1996, p.54).

Em 1985, ao final do regime, o Brasil contava com a seguinte estrutura fundiária, de acordo com dados do IBGE: os estabelecimentos rurais acima de mil hectares abrangiam menos de 1% do número total de propriedades, porém ocupando 43% da área total; os estabelecimentos inferiores a 100 hectares perfaziam o total de 90% do número total, porém sua área representava 21%. Já em Mato Grosso do Sul, os estabelecimentos rurais com mais de mil hectares representavam 11% do total de imóveis, mas ocupavam 80% da área; os com menos de 100 hectares representavam 61,6% do total de propriedades, porém ocupando apenas 2,3% da área total. Se fosse fazer uma média da área das propriedades, a nacional seria de 64,4 hectares, enquanto em Mato Grosso do Sul seria de 568 hectares.

No antigo sul de Mato Grosso, o campo esteve inserido no mesmo processo histórico: ao mesmo tempo em que os criadores cultivavam pasto, as áreas de pastos naturais passaram a ser utilizadas por culturas altamente lucrativas, como o trigo e a soja. As grandes transformações iniciaram em 1969, quando empresários do Rio Grande do Sul descobriram terras em Ponta Porã que estavam sendo vendidas vinte vezes mais baratas do que no seu próprio Estado (Foweraker, 1981, p. 81-82). Esses gaúchos são os que Pébayle e Koechlin (1981, p. 16) chamam de granjeiros, “grandes fazendeiros agricultores que constituem desde os anos 50 a classe rural mais dinâmica das pradarias do Rio Grande do

Sul”. A terra já começava a faltar no sul. Em Mato Grosso, ela estava disponível e custava menos. Vindo para cá, os granjeiros, “aproveitando os créditos muito generosos do Banco do Brasil”, conseguiram impor suas explorações de culturas de cereais mecanizadas.

Novas áreas foram abertas e, em 1985, 90% do território já estava ocupado por estabelecimentos rurais. Segundo Queiroz (1998), apesar da área ter aumentado, o número de estabelecimentos diminuiu entre 1970 e 1985: passou de 60 mil para 55 mil, o que evidencia um movimento de concentração fundiária. Este autor também concluiu que a área ocupada por lavouras quadruplicou, passando de meio milhão para quase dois milhões de hectares. No período de 1970 a 1986, o volume da produção dos nove principais gêneros cultivados no Estado (algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo) multiplicou-se por 13, passando de 600 mil para 7,5 milhões de toneladas.

Em 1986, a soja e a cana respondiam por 80% da produção dos nove principais gêneros, devido aos subsídios governamentais. A soja era produzida para exportação e recebeu grande incentivo devido à política implementada pelo governo federal “de atendimento a qualquer custo do serviço da dívida externa, por meio da obtenção de astronômicos superávites comerciais” (QUEIROZ,1998, p. 35). Já a lavoura canavieira estava ligada à indústria alcoleira, voltada para a implantação do Pró-Álcool. Com relação aos gêneros de consumo local, como arroz, feijão e milho, sua produção caiu ou o seu crescimento não acompanhou o aumento populacional.

Toda essa produção agrícola, porém, ocupava apenas 6% da área total dos estabelecimentos rurais do Estado, que destinava 70% do total da área total dos imóveis rurais à pastagem. Em 1985, o rebanho bovino alcançou a produção de 15 milhões de cabeças, levando Mato Grosso do Sul para a terceira posição no país. A mecanização e o uso de insumos agrícolas também se ampliou. O caso mais notável foi o uso de tratores, que cresceu mais de 700% entre os anos de 1970 e 1985 – neste ano ultrapassou 30 mil unidades.

Junto a essas mudanças no campo, o que aconteceu com os pequenos agricultores, que trabalhavam em suas próprias terras? Diante da política agrícola implantada pelo governo militar, muitos não tiveram condições de continuar na categoria de “proprietários” e passaram para a de empregados, nas grandes fazendas. Essa realidade Martins (1993) observou nas áreas pioneiras de todo o Brasil e denominou o processo de “proletarização” rural, entre 1970 e 1980: houve um aumento de mais de 1,6 milhão da população de

diversas categorias de assalariados no campo, ao mesmo tempo em que a população de pequenos produtores brasileiros diminuiu cerca de 1,5 milhão, no país. Ou seja, esses números evidenciam as conseqüências de um processo de expropriação do camponês e no acréscimo da concentração da propriedade de terra.

Em Mato Grosso do Sul<sup>7</sup>, de 1970 a 1985, as propriedades com menos de 50 hectares foram reduzidas a dois terços. Se o número desses estabelecimentos diminuiu, significa que os produtores e suas famílias, que juntos desenvolviam as atividades agropecuárias em terras próprias, se deslocaram. Muitos também passaram para a categoria de assalariados nos estabelecimentos maiores, outros passaram a temporários, ou seja, sem nenhum vínculo empregatício. Queiroz (1998, p. 38) ainda ressalta que a redução do campesinato com o aumento do proletariado rural no Estado correspondeu, “na maior parte, à expansão de uma burguesia rural – notadamente os agricultores capitalistas, plantadores de soja e outras culturas comerciais, e os criadores de gado bovino”.

Porém, muitos camponeses não conseguiram nem mesmo emprego no campo e foram para as cidades, fato que também veio a colaborar para o processo crescente de urbanização do Estado. Segundo Queiroz (1998, p. 38), no ano de 1970, a zona rural do Estado detinha 73% da população economicamente ativa; já no ano de 1985, ela abrigava apenas 38% dessa população. A intensificação do êxodo para as áreas urbanas revelou o processo de expropriação do campo, em que os pequenos proprietários, que desenvolviam a agricultura de subsistência, se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos grandes proprietários. Esses camponeses passaram a sofrer, então, um processo crescente de exploração nas cidades.

Como se percebeu, a modernização da agricultura contribuiu para criar o problema dos expropriados do campo que, além de formar muitos “proletários” rurais, também os expulsou para o meio urbano, que não possuía a estrutura necessária para atendê-los. O reflexo disso foi acentuado a partir da metade da década de 80, quando o Estado passou a conviver com a favelização nas periferias das cidades, o que ocorreu ao mesmo tempo em

---

<sup>7</sup> Foi durante esse impulso desenvolvimentista da década de 1970 que ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso em duas unidades político-administrativas, resultando na criação de Mato Grosso do Sul. A lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, desmembrou a porção sul, com área de 358.158,7 quilômetros quadrados, o que representa 22% da região Centro-Oeste e 4% do território nacional. MS atualmente é dividido em 78 municípios e tem como capital Campo Grande.



que cresciam os conflitos pela posse de terras. Aumentou o número de acampamentos de sem-terra e sem trabalho, de famílias que resistiam e buscavam solução para a situação em projetos de reforma agrária.

Ou seja, a colonização foi uma das faces da política de ocupação das áreas da fronteira, supostamente livres, visando a garantir o seu controle, antiga demanda dos militares. Ao lado dela, observou-se a instalação de grandes projetos agropecuários, ou de mineração, por empresas que recebiam incentivos fiscais. Nem todas as propriedades estabelecidas obedeceram a mecanismos e procedimentos legais, sendo muitas delas resultado de apropriação indébita, de grilagem. Várias delas se instalaram em áreas onde havia posseiros e índios. Comunidades indígenas inteiras foram alvo de violência, grupos foram exterminados ou tiveram que se deslocar. Os posseiros também foram expulsos de forma violenta.

O regime militar procurou pôr um freio no processo de mobilização do campesinato brasileiro, através de mecanismos de força e de repressão, neutralizando lideranças mais combativas, perseguindo-as, prendendo-as, intervindo em suas entidades, promovendo a desocupação de áreas ocupadas. Porém, essa repressão do governo, aliada à política de modernização no campo, contribuiu para ampliar os conflitos que existiam no período anterior ao golpe, produzindo mudanças nas formas de luta.

Os trabalhadores rurais passaram da ofensiva às lutas de resistência; das ações coletivas aos conflitos individuais. Sua principal arma era a legislação existente, como o Estatuto da Terra. Lutando por direitos, tiveram nos advogados de sindicatos e federações seus grandes aliados. Porém, a existência de um aparato legal que conferia direitos aos trabalhadores rurais não significava, necessariamente, que estes fossem seguidos e respeitados. Era preciso lutar pela implementação de medidas previstas pela legislação, mas que dela nunca haviam saído.

Em Mato Grosso do Sul, na cidade de Naviraí, no sul do Estado, também temos um exemplo de luta pelos direitos de trabalhadores rurais, em 1979, quando 240 famílias de arrendatários que derrubavam matas e formavam pastagens nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá moveram uma ação contra os proprietários pela permanência na terra por mais de três anos, devido às irregularidades existentes no primeiro contrato de arrendamento. Em 1980, como fato inédito, os arrendatários da Fazenda Jequitibá ganharam na justiça a autorização de permanência nos lotes por mais um ano e, a partir dessa conquista, incentivados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e pelo Sindicato

Rural dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, passaram a reivindicar a desapropriação da fazenda para reforma agrária.

Ainda em 1980, outros trabalhadores rurais também se organizavam em Itaquiraí, município próximo. Segundo Souza (1992), o então governador Pedro Pedrossian lançou o projeto Guatambu, que objetivava, além de outros aspectos, estimular a permanência do homem no campo, dando-lhe assistência técnica, econômica e social. Alguns sem-terra, motivados pela propaganda do projeto, ocuparam uma área da Fazenda Baunilha, que julgavam ser devoluta, e hastearam a bandeira do “Guatambu”, acreditando que ele justificaria tal ação. Em menos de três dias, mais de seiscentas pessoas estavam na área, que logo foram retiradas pela polícia, obedecendo a ordens do governo.

Souza (1992) avalia que, por pressão política dos setores rurais, o projeto foi engavetado e as famílias, através de acordo com o governo, acamparam em outra área, aguardando a terra prometida pelo Estado. Em 1982, os poucos que conseguiram resistir foram transferidos para o município de Cassilândia, numa área pertencente ao Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de solo de baixa fertilidade. Assim, a credibilidade do governo junto aos trabalhadores rurais decrescia e esses buscaram apoio em outras instituições, como foi o caso da CPT, uma linha de ação da Igreja Católica que já contava com algumas experiências em áreas de grandes conflitos no norte, nordeste e sul do país.

A CPT, entidade da Igreja Católica vinculada à Conferência Nacional dos Bispos – CNBB, nasceu no início da década de 1970, no Amazonas, nas regiões de grandes e constantes conflitos entre posseiros e fazendeiros, e logo após se espalhou para todas as regiões brasileiras. Seu trabalho era voltado para o apoio e o acompanhamento dos trabalhadores rurais pobres, reivindicando, de acordo com Martins (1984), o cumprimento de direitos previstos em lei em relação a esses trabalhadores. Ou seja, aquela instituição que até então tinha assumido posturas predominantemente contrárias em relação à organização do campesinato, agora mudava suas políticas e defendia aquele grupo<sup>8</sup>.

Grynszpan (2003) explica as raízes dessa mudança: alterações mais amplas vinham se operando no catolicismo desde a década de 1960 e ganharam expressão na Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968. “Ali se

---

<sup>8</sup> Convém lembrar, porém, que alguns fundamentos ideológicos da CPT sempre encontraram resistência nas alas mais conservadoras da instituição. Já na sociedade, os mais conservadores a chamam de comunista.

ressaltou a necessidade de que a Igreja tomasse uma posição claramente em favor dos pobres e dos oprimidos, libertando-os da violência e das injustiças, orientando-os nas lutas contra seus opressores” (p. 333). A opção preferencial pelos pobres estava alicerçada nos conceitos de justiça nela contidos.

Essas mudanças não se deram de cima para baixo: muitos teólogos já vinham denunciando violências e injustiças resultantes do processo de modernização no meio rural e das políticas implementadas pelos governos militares. O que a Igreja fez foi redefinir o trabalho pastoral que passasse a responder aos novos desafios que se colocavam para ela.

Os fundamentos ideológicos que basearam esse novo trabalho da Igreja foi a Teologia da Libertação. Vários religiosos, comprometidos com a caminhada do povo simples e lutador, elaboraram uma doutrina objetivando iluminar os cristãos, de forma ordenada e profunda, e os animar a assumirem os desafios do mundo do trabalho e do engajamento político e social, no campo e nas cidades:

No centro dessa elaboração teológica, além dos valores da libertação – inspirados na longa experiência do Povo de Deus, do tempo do Antigo Testamento, e nas experiências dos cristãos, renovados pela Boa Nova de Jesus Cristo – estavam, também, os valores e contra-valores dos Conflitos de Classe, presentes no Sistema de Exploração do Trabalho Assalariado, comandado pelos interesses da Produção Industrial. Em suma, nessa Teologia da Libertação estava e está presente um certo conceito da Luta de Classes elaborado por Marx, assim como estão presentes os anseios e as lutas pela libertação, contidos em todos os livros da bíblia, portanto, presente nas experiências do povo Hebreu e também na pregação e na prática de Jesus Cristo (ROSSI, 2002).

A Teologia da Libertação foi fundamental para a firme postura da Igreja Católica de enfrentamento à ditadura militar, denunciando seus crimes e exigindo a volta da democracia. A sociedade civil estava silenciada pela censura e pela repressão militar e, assim, os trabalhadores rurais encontraram na Igreja o espaço que precisavam para discutir novas possibilidades de acesso à terra. A CPT passou a organizar os posseiros e a orientá-los em suas lutas, denunciando as violências a que estavam sujeitos e patrocinando a criação de sindicatos onde não havia, ao mesmo tempo em que estimulava a formação de chapas de oposição em que as direções das entidades não eram vistas como combativas.

Em Mato Grosso do Sul, também foi na CPT que os trabalhadores rurais sem terra começaram a se organizar para enfrentar a classe rural e seus representantes no poder. Em 1982, em uma reunião em Tacuru entre sem-terra e agentes da CPT, criou-se uma Comissão Estadual dos Trabalhadores Sem-Terra, para orientar a lutas e representar os trabalhadores.

A Comissão procurou fortalecer a luta no campo e integrá-la ao movimento nacional que estava surgindo, porém ainda informalmente, composto por trabalhadores do sul do país. Em 1983, através de núcleos municipais, a Comissão Estadual começou a atrair, para as discussões, os arrendatários, os bóias-frias, os meeiros, os posseiros e os desempregados da cidade provenientes do meio rural. Aquele grupo se articulou e organizou a ocupação da gleba Santa Idalina, uma extensa área pertencente às terras da colonizadora Sociedade de Melhoramentos e Colonização – Someco, em Ivinhema.

O período em que essas lutas começavam a se fortalecer foi marcado, no Brasil, pelo processo de abertura política: o regime militar estava enfraquecido, a oposição ganhava força e se legitimava de forma crescente, os trabalhadores urbanos se mobilizavam e realizavam suas grandes greves. Como observa Grynszpan (2003, p. 335), “parte dessas lutas (...) tinha suas raízes nas próprias políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo. Eram efeitos e reações a elas”.

As lutas no campo se generalizavam e envolviam um número crescente de pessoas, permitindo a afirmação de novos atores, iniciando um novo ciclo de grandes mobilizações e fortes repercussões em todo o país. Greves de trabalhadores rurais eclodiram no nordeste e no sudeste, pequenos produtores do sul organizaram protestos contra as políticas agrícolas e creditícias do governo, seringueiros do norte opuseram-se à derrubada dos seringaais. O regime militar estava chegando ao fim.

### **1.3 Abertura política e fortalecimento dos movimentos sociais: 1985**

A redemocratização do Brasil se deu em 1985, mas foi no ano anterior que os movimentos sociais se mostraram fortalecidos ao colocar nas ruas a campanha pelo fim da ditadura. Para Souza (1992), as ações do período foram fortes aliadas dos trabalhadores rurais, que também puderam levar suas propostas ao público. Ao mesmo tempo em que se pregava a democracia por meio da campanha das “Diretas Já”, os sem-terra se organizavam para pôr em prática suas propostas democráticas.

A reforma agrária era uma das condições fundamentais para a democracia do país. Os trabalhadores rurais queriam terra para plantar, mas não apenas isso: queriam também democracia, liberdade, saúde, educação etc. (SOUZA, 1992, p. 30). A concretização daquela luta, em Mato Grosso do Sul, se iniciou em Ivinhema.

Naquele município a ocupação da gleba Santa Idalina representou o marco

divisório na história da questão fundiária do Estado e mostrou, para a população urbana e para a classe política e rural, a capacidade de organização dos trabalhadores rurais. A ação se deu em 29 de abril de 1984, envolvendo trabalhadores de 11 municípios da região e brasiguaios<sup>9</sup>. Segundo Fabrini (1996), aquele ato tornou-se destaque em âmbito estadual, através da imprensa, e colocou em pauta os conflitos e as contradições existentes com a distribuição desigual de terras, sufocados durante o período da ditadura militar. Para Souza (1992), a ocupação tornou pública a existência de dois grupos: um que ainda vivia da renda da terra ou a utilizava como reserva para futuras especulações e outro que queria explorar a sua produtividade ou dar a ela um caráter social.

Os trabalhadores buscavam soluções ante a violência tanto do latifúndio como da falta de políticas públicas para solucionar a questão agrária. Para isso, procuraram ampliar suas ações e integrá-las na luta nacional: em 1984, surgiu o MST, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR).

O surgimento de um movimento nacional buscava traçar os rumos da luta daquele grupo para além do âmbito da Igreja. A separação da atuação da CPT e MST no Estado se deu em 1986, com a vinda de um dos membros da direção nacional do MST, Darci Domingos Zehn e sua esposa, para liderar a ocupação de terra na Fazenda Itasul, no município de Itaquiraí. A partir disso, as duas entidades foram se distanciando e desenvolvendo suas próprias ações de luta pela terra.

Também foi a partir dessa separação que as ações mais “radicais” dos sem-terra se intensificaram – como ocupações de propriedades rurais ou prédios de órgãos do governo. O MST iniciou, também o seu trabalho de formação de lideranças, cursos, encontros e congressos. Até o ano 2000, o movimento estava presente em 23 Estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas.

Mas a Igreja se posicionava contra as ações “políticas” do movimento, como as ocupações, argumentando que, daquela forma, a violência aumentava. O discurso da instituição era de que houvesse entendimento entre os grupos envolvidos na luta pela terra. O Bispo de Dourados, inclusive, publicou uma nota no jornal *O Progresso*, em maio de 1984, esclarecendo que a Igreja não participou do episódio de Ivinhema, mas que estava “à

---

<sup>9</sup> Brasiguaios são trabalhadores rurais brasileiros que procuraram o espaço agrícola do Paraguai, nas décadas de 1960 e 1970, devido às políticas nacionais que os excluíram de suas atividades, em seu país. Na década de 1980, em razão do insucesso e das perseguições sofridas pelo fato de serem estrangeiros, esses trabalhadores retornaram ao Brasil e voltaram a vivenciar uma situação de marginalização social.

disposição dos ‘sem-terra’ depois dos mesmos terem ocupado a área em questão, precisando de ajuda para não morrerem de fome” (*OP*, 19 e 20 mar. 1984).

Nacionalmente, ainda em 1984, o governo iniciava os debates em torno do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, a partir do qual estudava a distribuição de terra para assentar, em cinco anos, 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares (MENEGAT, 2003, p. 21). Segundo Souza (1992), a questão agrária estava na pauta de discussões de diversos países:

[...] havia uma verdadeira movimentação internacional para se por fim aos regimes ditatoriais que nos anos 60 se espalharam pela América Latina. Essa pressão por uma democratização do Continente trouxe a preocupação dos setores latifundistas latino-americanos com um possível avanço de propostas revolucionárias, que significasse o atendimento da enorme parcela de trabalhadores rurais sem terra. Tal atendimento envolveria necessariamente uma nova política de ocupação racional do solo rural (SOUZA, 1992, p. 59)<sup>10</sup>.

Como forma de barrar as discussões de propostas de reforma agrária no Brasil e contra o crescimento das organizações populares no campo, as forças ruralistas reagiram e organizaram a sua categoria, criando, em 1986, a União Democrática Ruralista - UDR, “instituição que (...) agiria a favor do latifúndio e contra os sem-terra e suas organizações” (SOUZA, 1992, p. 50). Investindo em propaganda própria, em pouco tempo conquistou a simpatia dos fazendeiros e expandiu-se por todo o território nacional. Sua luta se deu, principalmente, para eleger representantes para a Constituinte de 1987 e derrubar as propostas populares de acesso à terra. Um dos resultados da articulação da UDR é que as ações de reforma agrária do governo para o período de 1985 a 1989 ficaram bem abaixo da meta inicial: 89.950 famílias foram assentadas em 4,5 milhões de hectares (BRASIL, 1997, p. 18).

Em Mato Grosso do Sul, a UDR iniciou sua organização a partir de Dourados e teve como pano de fundo a ocupação da gleba Santa Idalina, acontecimento que foi o ponto de partida para as futuras ações organizadas dos sem-terra, no Estado. Para Souza (1992), é provável que a formação estadual da UDR também tenha sido desencadeada pelos grandes proprietários de terras revoltados com a escassez de subsídios que tanto estimularam a atividade agrícola, no regime militar.

A preocupação dos grandes proprietários rurais com as “propostas revolucionárias”,

---

<sup>10</sup> Novamente as idéias “revolucionárias” associadas ao comunismo preocupavam os setores conservadores da sociedade.

como Souza (1992) colocou anteriormente, é percebido na nota oficial da direção da UDR de Mato Grosso do Sul, publicada no jornal *O Progresso* na edição dos dias 26 e 27 de julho, quando a entidade apontava partidos, sindicatos e até mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como idealizadores das ações de ocupações de terra, com vistas a provocar uma “revolução” e conquistar o poder:

É indiscutivelmente inteligente o processo político desencadeado no Brasil pela CNBB, com apoio maciço do PT, PDT de Brizola, da CUT, dos setores de extrema esquerda enquistados no PMDB e dos vários partidos comunistas do Brasil. Todos, sem exceção, almejam a tomada do poder. Querem as rédeas do Estado, em suas mãos, para impor cada qual a seu modo, a revolução alicerçada na doutrina marxista, que hoje serve de trato de união entre eles (*OP*, 26 e 27 jul. 1986).

Souza (1992) afirma que a pressão da UDR sobre o governo logo se notou através da prática deste último com relação à questão fundiária, acionando a polícia para acabar com os conflitos nas áreas de ocupação. O MST acusava a UDR de disseminar o terror no campo, com segurança armada em diversos Estados onde atuava. Já a UDR acusava o MST de invadir propriedades, afrontar a lei, estimular a violência e levar a insegurança para o campo. Foi um período de intenso enfrentamento entre os trabalhadores rurais e os latifundiários.

Em Mato Grosso do Sul, com várias regiões de terras férteis, os trabalhadores rurais questionavam o potencial de riqueza e prosperidade revertido principalmente à especulação por meio da criação de gado de corte, alegando que o uso da terra era improdutivo e não cumpria sua função social. De fato, a área destinada à pastagem apresentava crescimento constante, em detrimento à destinada à agricultura. De acordo com o IBGE, de 1985 a 1995, a área de floresta aberta para cultivo foi de 2,5 milhões de hectares, mas a destinada à agricultura reduziu 519.259 hectares, enquanto a de pastagem cresceu 3,6 milhões.

Isso também representou a continuação do processo de extinção de pequenas propriedades em favor do crescimento da média e da grande. Entre 1985 a 1995, o Censo Agropecuário também mostra que houve uma redução de 20% da mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas, passando de 253 mil para 203 mil, resultado tanto da diminuição da área de plantio como da mecanização da agricultura. O fato é que esses dados colaboram para aumentar, ainda mais, o número de trabalhadores em busca de solução em projetos de reforma agrária, em movimentos organizados, como o MST.

## 1.4 A ação organizada do MST até 2000

O MST apresenta um caráter popular e político ao criar situações para o envolvimento do Estado na questão agrária, como caminhadas, ocupações de órgãos do governo e de propriedades rurais, atos públicos, audiências com autoridades políticas, entre outras ações. A ocupação de terras é o exemplo maior do caráter político de suas ações, pois é nessa ocasião que se percebe uma verdadeira luta de classes, através do enfrentamento concreto entre famílias, grupos de proprietários de terra e o Estado. Outro exemplo é o trabalho de formação de militantes como forma de organizar o trabalhador rural tanto materialmente como espiritualmente (FARIAS, 2002 e SOUZA, 1992).

Os fundamentos ideológicos do MST são baseados em concepções que vêm desde sua fundação, no interior da CPT, ala progressista da Igreja Católica fundamentada em idéias da esquerda marxista com pressupostos cristãos da Teoria da Libertação. Apesar do movimento ter-se desvinculado da CPT, ainda preserva algumas práticas que herdou dela, como a mística, o vínculo com as bases e o espírito missionário<sup>11</sup>.

Farias (2002) trata da mística em sua tese, mostrando-nos que ela se concretiza por estratégias de animação para fortalecimento das famílias acampadas que lutam para ser assentadas. A prática baseia-se em simbologias para trazer o futuro para o presente, o sonho que ainda não é realidade, e traz arraigada a ideologia de envolvimento das famílias, exercendo suas ações de convencimento por meio dos hinos, cantos, símbolos, fotos, expressões etc. A autora considera como um dos principais componentes da mística os mitos e os líderes mortos que acreditavam no socialismo e morreram injustamente, ressaltando que

(...) a mística não é apenas uma das estratégias do MST, mas é tida como uma energia vital que envolve o conjunto do Movimento, revigorando a essência de seus ideais considerados revolucionários: a busca de uma sociedade mais justa, alicerçada nas relações fraternas e solidárias, a sociedade socialista (FARIAS, 2002, p. 133).

O MST nasceu sob o lema “Terra para quem nela trabalha”, tendo como um dos princípios fundamentais que a terra era um bem de todos e deveria estar a serviço de toda a sociedade. Devemos entender as palavras de ordem do movimento relacionando-as com a

---

<sup>11</sup> Sobre isso, Gohn (2000, p. 116) reforçou com o exemplo do artigo de Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, na revista *República* de dezembro de 1996, p. 66, quando ele disse: “Nós nos vemos como sacerdotes que estão cumprindo uma missão política”.



conjuntura de seu surgimento: era um período de enfraquecimento de um regime ditatorial fundamentado na violência e repressão, cuja política de modernização da agricultura expulsou milhares de trabalhadores do campo para as cidades. O significado da “terra prometida”, valor oriundo da CPT, construiu no movimento a necessidade da conquista da terra para nela trabalhar (BORGES, 2004; FERNANDES, 2000).

Nos primeiros anos de sua formação, diante da oposição da UDR, que procurava enfraquecer a luta dos sem-terra perante a sociedade, principalmente a partir de propaganda negativa nos meios de comunicação, o MST mudou seu lema para “Ocupar, Resistir, Produzir”, criado no seu II Congresso Nacional, em 1990, caracterizando o segundo momento de sua luta. Com isso, o movimento procurou mostrar que ocupar a propriedade improdutiva não era o suficiente: era necessário resistir às dificuldades e produzir, devolvendo à terra a função social que lhe era própria. Para disso, o movimento começou a qualificar a produção e a produtividade através da criação de associações e agroindústrias, da formação de cooperativas rurais para comercialização em grande escala, do uso de novas técnicas e maquinários e da busca de crédito rural.

As diretrizes tomadas pelo movimento no II Congresso Nacional nortearam as ações do MST no período do governo de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). No mandato do primeiro, o programa de assentamentos foi paralisado e não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. Já no de Itamar Franco, os projetos de reforma agrária foram retomados e aprovou-se um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas de fato só foram atendidas 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão 229 mil hectares.

O terceiro momento que percebemos na trajetória do MST foi a partir do III Congresso Nacional, realizado em maio de 1995 e que norteou a luta do movimento no período de estudo proposto nesta dissertação. Com um trabalho sempre baseado no lema “Ocupar, Resistir e Produzir”, o movimento passou a incluir novos elementos nas suas ações, incluindo as palavras de ordem “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Isso significava realizar um trabalho de “convencimento” da sociedade de que a reforma agrária não deveria se restringir à luta do trabalhador rural por terra para garantir a sobrevivência de sua família, mas sim que ela era a condição fundamental para o desenvolvimento do país e para a qualidade de vida de toda a população.

No período, sua proposta de reforma agrária estava assentada em quatro pilares: a

democratização de acesso à terra combatendo-se a elevada concentração existente; o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local; a educação em todos os níveis; e a mudança do modelo tecnológico brasileiro existente no Brasil baseado em oligopólios e multinacionais para um modelo que considere, além do problema social da fome e do desemprego, as especificidades da natureza, um modelo não predatório e que tivesse compromisso com as gerações futuras.

A base de atuação do MST sempre foi no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas: ex-pequenos proprietários, assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho – geralmente sem vínculo empregatício –, e também outros de origem urbana, que vivem nas periferias das cidades de diferentes regiões do país. Mas sua base organizativa sempre se situou no meio urbano, pois suas estruturas de coordenação e produção de material impresso localizam-se nas grandes cidades.

A atuação do MST no meio rural se dá através da organização das ocupações das fazendas, da formação de acampamentos e da assistência aos assentamentos. A ocupação de terra e a permanência nela explicitam o caráter político do movimento, uma de suas características fortes. O MST entende que a luta pela reforma agrária, apesar de ser uma base social camponesa, somente será levada adiante se fizer parte de uma luta de classe. Conforme Stedile, um dos coordenadores nacionais do movimento: “Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra o grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês” (STEDILE e FERNANDES, 1999, p. 36).

As lutas e a resistência nos acampamentos podem durar anos e resultar ou não na obtenção de um assentamento para morar e produzir, através da doação de terras e algum suporte ou subsídio financeiro governamental. Após a implantação do assentamento, o MST continuava seu apoio por meio de organização política dos assentados e formação na área de educação, assistência técnica na formação de cooperativas, sempre priorizando o trabalho coletivo e não individual.

Assim, os trabalhadores rurais sem-terra de cada Estado se organizam seguindo as decisões nacionais com auxílio de lideranças que são treinadas pelo movimento. Essas lideranças organizam os diversos grupos de ocupação de propriedades nos Estados onde atuam, orientam os trabalhadores nas negociações com os governos, coordenam as caminhadas, atos públicos de protesto e ocupações de repartições públicas ligas à questão da terra, como o Incra. Para isso, permanece, nos Estados, uma liderança da coordenação

nacional, que participa indiretamente de toda a organização do MST no âmbito estadual, além das muitas outras lideranças que iniciaram a participação política no acampamento ou que vêm de várias unidades federativas do Brasil para colaborar na organização das ações, evidenciando as experiências positivas de outras regiões, principalmente as do sul do país (Farias, 2002).

Essa estrutura organizativa possibilita uma atuação que permite o fluxo rápido das informações de forma a organizar tanto grandes eventos de forma centralizada – a exemplo de abril de 1997, quando uma grande marcha se direcionou para um único ponto, que foi a capital federal –, como de forma descentralizada – a exemplo de abril de 1998, quando várias marchas confluíram para as capitais de seus Estados, simultaneamente.

Para alguns autores, como Martins (1997) e Gohn (2000 e 2003), a prática organizacional do MST tira dele a espontaneidade e a sua característica de “movimento social” e o transforma em uma “organização” com estrutura e corpo de funcionários, que não são características de um movimento social. Ademar Bogo, um dos coordenadores do MST, considera essencial essa organização: “somente faz parte do movimento de massa quem estiver organizado; este é um fator determinante para se manter e avançar na busca de novas conquistas” (BOGO, 1999, p. 133). “Espontâneo é um movimento que luta sem se planejar e, principalmente, por coisas que estão ligadas às necessidades imediatas”, complementa (MST, 2001, p. 17).

Para Bogo, o MST é um movimento de massas, mas deve passar para uma organização de massas, criar uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação e evite a sua desintegração: “um movimento de massas diminui a sua espontaneidade quando aperfeiçoa sua estrutura de organização interna e adquire consciência de classes e, portanto, consciência de sua existência, sabendo de onde veio e para onde vai” (BOGO, 1999, p. 135).

O nosso recorte compreende o período em que o MST fortaleceu sua organização, conquistou uma considerável área para assentamentos e procurou divulgar suas propostas no meio urbano. Dados do Incra daqueles anos confirmam o assentamento de 372.866 famílias em 10.385.114 hectares, em 2.723 projetos, em todo o país (MENEGAT, 2003, p. 22). De fato, foi o melhor desempenho do governo federal no que diz respeito ao número de famílias assentadas, hectares desapropriados e incentivos para a produção. Parte dessas áreas refere-se à desapropriação de novas áreas e parte é oriunda da regulamentação de áreas já existentes, formadas por assentamentos já instalados com parceleiros ou posseiros

sem título de posse.

Esses números, porém, ainda se mostraram insuficientes para minimizar o problema das famílias que se encontravam à espera de terras em acampamentos. A quantidade de sem-terra, no início do governo de FHC, era discordante entre o MST e Incra: o movimento – adotando o critério de somar as famílias identificadas pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1985 que viviam na condição de pequenos posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, minifundistas com menos de 5 hectares – afirmava ter 4,8 milhões; para o governo, não chegavam a dois milhões.

Mas ninguém negava o fato de que a cada ano aumentava o número de acampados. Para o governo, aquele aumento era resultado da política de assentamentos que ele vinha desenvolvendo, o que alimentava as expectativas de uma parcela crescente de pessoas, “possivelmente desempregadas, sem relação com o campo, que vão para os acampamentos, na esperança de conseguir um pedaço de terra. Portanto, é a própria solução que gera novas demandas”. (BRASIL, 1997, p. 32). Para o MST, o aumento representava os resultados alcançados pela articulação dos movimentos na conscientização desses trabalhadores sobre os seus direitos.

Todos aqueles números estimularam a retorno da UDR à cena política, depois de alguns anos de desmobilização dos fazendeiros, o que foi explicado, pela própria entidade, como um período em que a classe “sentiu-se mais segura após a vitória na Constituinte e o afastamento dos riscos sobre o direito de propriedade”. O retorno de sua mobilização junto ao Congresso Nacional também foi justificado por ela como uma pressão ao Fernando Henrique Cardoso para que ele “reveja esta política agrária suicida que está colocando em prática. No seu primeiro mandato, FHC assentou 270 mil famílias, porém, mais de 450 mil famílias saíram do campo, por falta de viabilidade econômica das propriedades” (UDR, 04. jul. 2004). Com a mesma política da UDR, surgiu em Mato Grosso do Sul o Movimento Nacional dos Produtores Rurais.

O desenrolar dos fatos em torno da luta pela reforma agrária levou tanto o governo como o MST – e ainda setores de oposição ao movimento – a visualizar a imprensa como um mediador importante para a divulgação de suas propostas e ações. Além disso, no âmbito nacional, os meios de comunicação já tinham começado a discutir a questão agrária, ao noticiar o massacre de Corumbiara (RO), que envolveu acampados e polícia militar, em 1995. Um ano depois, o assunto ganhou mais páginas nos jornais com a repercussão do massacre de Eldorado dos Carajás (PA). Em 1997, o tema voltou a ocupar

as páginas dos periódicos de maior circulação no país, mas agora devido a uma ação organizada pelo MST, que foi a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em Brasília, quando participaram milhares de trabalhadores rurais sem-terra de diversas partes do Brasil.

Ciente de que os meios de comunicação pautavam suas edições em cima de “fatos”, o movimento intensificou seus atos de protesto, como as caminhadas e ocupações. Nos Estados, ocorreram marchas simultâneas, organizadas nacionalmente. Em Mato Grosso do Sul, foram diversas as manifestações envolvendo passeatas pelas ruas das maiores cidades, principalmente na capital, onde está a sede do Incra, objetivando chamar a atenção das autoridades para a situação do trabalhador rural, mostrar para a população urbana a importância da luta do MST e atrair a imprensa. Percebe-se que a participação dos trabalhadores nessas caminhadas foi planejada do ponto de vista visual, o que chamou a atenção dos jornais, como o uso de sua bandeira e do seu boné vermelhos, cuja imagem lhe dá uma identidade, cheia de significados.

Em Mato Grosso do Sul, o MST organizou as principais mobilizações de luta pela terra, chegando a liderar o maior acampamento do Brasil, no ano de 1997, em Itaquiraí, com cerca de 2.500 famílias. O movimento procurou desenvolver atividades em parceria com diversos órgãos, em todo o país, para capacitação técnica dos assentados, formação de militantes, formação de professores para atuar nas escolas dos assentamentos. No Estado, possuía principalmente com a UFMS que, de certa forma, abria espaços de interlocução, por meio de projetos de pesquisa e extensão, e de colaborações individuais de professores em projetos organizados pelo movimento. Porém, segundo Farias (2002), sem que o MST comprometesse sua autonomia política e ideológica.

De fato, o MST soube aproveitar a lacuna histórica na oferta de capacitação técnica para o trabalhador rural através de sua estrutura de trabalhos de formação. Ora, existia, no país, uma grande demanda reprimida pelo acesso à terra. Após a instalação dos trabalhadores nos assentamentos, o governo federal não conseguia atender às demandas daquela população no que dizia respeito às informações técnicas e incentivos financeiros para a produção. Assim, o movimento abriu para si grandes oportunidades políticas.

De 1995 a 2000, Mato Grosso do Sul se sobressaiu em número de assentamentos, em razão de ter sido considerado um dos Estados com áreas prioritárias, devido ao grande número de acampamentos: foram 10.243 famílias assentadas em 77 projetos. Analisando, a seguir, os dados da tabela 1, percebemos que os assentamentos cresceram conforme

apareceram mais acampamentos, como se fosse uma resposta do governo às pressões dos movimentos, com o objetivo de diminuir os conflitos e a tensão no campo.

O próprio governo afirmou ter priorizado o atendimento das demandas dos principais movimentos sociais organizados em defesa da posse da terra. Inclusive as deficiências das políticas do Estado nas ações do pós-assentamento, como financiamentos, assistência, etc, foram reformuladas no seu segundo governo, tanto em função das oportunidades políticas conquistadas pelo MST quanto pela queda da popularidade que o presidente enfrentava, no período, devido às medidas tomadas visando à estabilização da moeda, que resultaram em problemas econômicos e na inexistência de políticas para amenizar os conflitos agrários e o desemprego na cidade.

Os números expressos na tabela 1 foram extraídos de pesquisas realizadas por Farias (2002), nos arquivos dos principais mediadores da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: MST, CUT-MS (Central Única dos Trabalhadores) e Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul)<sup>12</sup>.

**Tabela 1 - Acampamentos e assentamentos concretizados em MS de 1995 a 2000**

Ano	Acampamentos		Total Acampa- mentos	Famílias acampadas		Total Famílias acampa- das	Assenta- mentos	Famílias assenta- das
	MST	Outros		MST	Outros			
1995	0	0	0	0	0	0	1	319
1996	6	20	26	505	2.425	2.930	7	1.192
1997	7	12	19	2.252	1.361	3.613	19	2.527
1998	6	6	12	2.841	641	3.482	24	3.016
1999	8	6	14	1.914	490	2.404	5	189
2000	1	82	83	2.887	8.728	11.615	21	3.000

Fonte: Farias, 2002.

<sup>12</sup> Em Mato Grosso do Sul, a luta pela terra possui uma abrangência que a mediação do MST não abarca sozinha. Em vista disso, existem outros importantes mediadores como a Fetagri e a CUT-MS. Porém, o MST é o que mantém formas de estratégia e de enfrentamento mais radicais com o governo e o latifúndio.

Os dados existentes não registram acampamentos em 1995, apesar de constatarmos, por meio dos jornais, que eles existiam. Em 1996, o número de famílias acampadas já era de 2.930, o que prova que em 1995 já havia acampamentos. Em 1997, aumentou para 3.613 e, em 1998, foi de 3.482 famílias, dando a impressão de diminuição, o que de fato não ocorreu, segundo Farias, pois o número real não foi levantado devido a problemas com registros da Fetagri. Mesma característica se deu em 1999, quando o registro total de famílias acampadas foi de 2.204.

O período corresponde ao governo de Wilson Barbosa Martins (PMDB) e aos dois primeiros anos de Zeca do PT. Em todo o mandato do primeiro, somaram-se 57 acampamentos, com cerca de 10.225 famílias envolvidas e um número significativo de 51 assentamentos, com cerca de 7.000 famílias, em uma área de 7.588 ha. Já no de Zeca do PT, período que compreende o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve um recuo no primeiro ano e um avanço no segundo.

Por se tratar de um governo de esquerda, cuja base partidária possuía importantes articulações com os movimentos de sem-terra, as expectativas dos interessados na revisão agrária provocaram aumento de acampamentos. Porém, no primeiro ano de governo de Zeca, o número de assentamentos diminuiu – foram concretizados apenas cinco com 189 famílias –, apesar de se verificar a crescente luta no campo – formaram-se 14 acampamentos envolvendo 2.404 famílias. Farias (2002) considera que isso foi resultado das alterações na política federal de estabilidade da moeda, que tinha sido fundamental para a reeleição de Fernando Henrique. As necessidades de novos parâmetros de controle da política monetária decorrentes de acordos com o Fundo Monetário Internacional – FMI levaram o governo a diminuir drasticamente os investimentos na reforma agrária.

No entanto, observamos que, no ano de 2000, foram criados 21 assentamentos no Estado, envolvendo três mil famílias, ou seja, o número de assentamentos aumentou cerca de 420% de um ano para o outro. Outra ação de destaque foi no final de 2000, quando o Incra recebeu autorização para compra da Fazenda Itamaraty, em Ponta Porã, onde posteriormente foram assentadas 1.143 famílias.

Para Farias (2002), apesar do número considerável de assentamentos implantados de 1995 a 2000, não houve, no governo de FHC, uma proposta de reforma agrária que visasse alterar a estrutura fundiária do país, o que já se justificava começando pela própria composição política formada desde a campanha presidencial, principalmente com a presença do PFL, partido que congrega boa parte dos setores mais conservadores da

política nacional. E, durante seu mandato, para garantir a governabilidade, também não seria conveniente uma proposta desta natureza.

Esta socióloga considera que a reforma agrária passou a compor a agenda política do governo a partir do aumento das pressões dos movimentos sociais organizados, principalmente com as ocupações de terras lideradas pelo MST, em todo o país, e com a violência crescente no campo, como foram os casos já citados de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA):

À medida que os conflitos no campo cresciam por todo o país e sensibilizavam a sociedade para o tema, inclusive com a produção de novela que procurava, de acordo com a concepção da emissora e do autor, debater a questão, o governo federal se viu obrigado a reorientar sua atuação nesta área (FARIAS, 2002, p.75).

A agricultura desenvolvida pelos pequenos só foi, então, considerada um setor estratégico no fim do primeiro mandato de FHC, que procurou reordenar sua atuação na agricultura, em vista do interesse em se reeleger. Em 1998, iniciou uma política de acordo com a economia de mercado e não com as reivindicações ou as propostas dos movimentos, através de projetos que vieram a constituir, em 1999, o programa “O Novo Mundo Rural”.

Com esse programa, o Ministério da Política Fundiária procurou mudar as estratégias de desenvolvimento sócio-econômico no campo, principalmente valorizando a agricultura familiar, intencionando fundir as categorias de assentados e agricultores familiares em um mesmo patamar. Existia uma proposta do governo de tirar de si a responsabilidade de acompanhamento dos assentados, cabendo-lhe apenas a desapropriação de terras. Isso ficava bem claro através da extensão da competência da reforma agrária para os Estados e municípios e do incentivo para a formação de associações e cooperativas, com apoio de entidades governamentais.

O programa promoveu alterações na política de financiamento aos assentados, fundindo as duas principais linhas de financiamento existentes, o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Procefa – Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária. O novo conceito de mundo rural também ampliava a vocação do espaço rural, que sempre foi a produção agropecuária e o mercado: agora o campo daria lugar a outras atividades que também gerariam rentabilidade, principalmente as ligadas ao turismo e ao lazer.

O MST criticou o modelo agrícola implantado pelo governo de Fernando Henrique, considerando-o uma proposta vinculada ao projeto neoliberal e que reforçaria a



desigualdade no campo, levando a uma seletividade sistemática dos agricultores. Em entrevista ao Estado de São Paulo em 21 de março de 1999 o Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, atribuiu as reações dos movimentos ao debate ideológico que envolvia a reforma agrária e ao assistencialismo e clientelismo proporcionados pelo Estatuto da Terra, orientador da política até então vigente sobre a questão (*apud* Gohn, 2000, p. 112). A relação conturbada entre os dois esteve muito presente na imprensa, fato que contribui para uma representação negativa do movimento nos jornais, como veremos no terceiro capítulo.

O fato é que as mudanças na política para o campo não impediram que os movimentos se articulassem mais ainda e a luta pela terra crescesse. O MST criticava a dificuldade dos assentados conseguirem os créditos e, sem apoio de recursos para reorganizar sua vida e a produção, os problemas da miséria cresceram, assim como a oposição contínua do movimento em relação ao governo.

Como vimos na tabela 1, o número de assentamentos cresceu em Mato Grosso do Sul, assim como o de sem-terra. De acordo com a notícia do Jornal *Correio do Estado*, “em 1995, existiam 1,5 mil famílias acampadas em Mato Grosso do Sul. Quatro anos depois, esse número havia saltado para 11 mil. Hoje 13 mil famílias esperam por um pedaço de terra em mais de 100 acampamentos espalhados no Estado” (*CE*, 23 out. 2000). Na visão de ruralistas, esse aumento foi estimulado pelo governo de Zeca do PT, devido ao não cumprimento de diversos mandatos de reintegração de posse. Na visão de outros grupos conservadores, era resultado de infiltração de oportunistas no MST, que tinham casa e emprego e só se vincularam ao movimento para conseguir terra de graça. Para o MST, era resultado de organização. Mas, o que nos interessa saber, é como a imprensa sul-mato-grossense noticiou tudo isso, o que veremos nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO II

### IMPRENSA E SOCIEDADE EM MATO GROSSO DO SUL

#### 2.1 Imprensa e política: as trajetórias de *O Progresso* e do *Correio do Estado*

A década de 1950 representou o início de mudanças significativas na imprensa brasileira: esta começou a substituir o jornalismo de influência francesa – que era baseado em textos com posturas combativas, de crítica e de opinião – pelo modelo norte-americano, que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação (ABREU, 1996, p. 15). As inovações foram introduzidas no país por meio de alguns dos jornalistas que viveram nos Estados Unidos durante os anos de 1940, como Pompeu de Souza e Danton Jobim – que trouxeram sua experiência para o *Diário Carioca*, e Samuel Wainer – que introduziu novas idéias no *Jornal do Brasil* (LINS DA SILVA, 1991)<sup>13</sup>.

Essas transformações também foram registradas nos jornais sul-mato-grossenses *O Progresso* e *Correio do Estado*. Porém, ao estudarmos as trajetórias desses periódicos, percebemos que as vinculações políticas, partidárias e ideológicas não foram abandonadas: apenas passaram a se mostrar menos explícitas, mas não menos comprometidas.

O jornal *O Progresso*, sediado em Dourados, é o mais antigo de Mato Grosso do Sul em circulação ininterrupta, dirigido pela advogada e jornalista Adiles do Amaral Torres, com colaboração de sua filha Blanche Torres. Começou em 1920 em Ponta Porã, cidade fronteira com o Paraguai, dirigido pelo advogado paraibano José dos Passos Rangel Torres, que chegara no município poucos anos antes. Por questões políticas, logo deixou de ser editado, mas, em 21 de abril de 1951, por iniciativa do vereador Weimar Gonçalves Torres, também advogado e filho de Rangel, passou a ser publicado semanalmente em

---

<sup>13</sup> É importante ressaltar, ainda, que cada jornal possui normas técnicas específicas – que vão desde a maneira de redigir o texto até as expressões vetadas. É comum, principalmente nas grandes empresas, que essas técnicas sejam consolidadas em um manual de redação. Nele estão orientações sobre o sistema de trabalho como normas morais, regras ortográficas, formas de abordagens de problemas da cidade, aportuguesamento de palavras estrangeiras de uso corrente, entre outras.

Dourados na tipografia de Naurestides Brandão, instalada em Dourados com subvenção da prefeitura.

Weimar Gonçalves Torres nasceu em Ponta Porã em 1922 e, em 1948, após graduar-se em Direito no Rio de Janeiro, instalou-se em Dourados, sendo o primeiro advogado do município. Era um ativo militante político do Partido Social Democrático – PSD, sigla partidária que representou nos cargos de vereador em Dourados e de deputado estadual e federal. *O Progresso* surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas<sup>14</sup>.

Em 1951 Dourados era o centro das atenções das autoridades em sintonia com o poder: era o exemplo de sucesso da política de ocupação ordenada delineada pela *Marcha para o Oeste*; era o modelo de projeto de colonização iniciada em 1943 por Getúlio Vargas com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. Desde a implantação da Colônia, que era a menina dos olhos daquele presidente, o local despontou para o roteiro político nacional. Nesse contexto, Arakaki (p. 32) observa que, na região, “verifica-se a formação de novas lideranças, até então concentradas na área urbana. A elite local descobre, na Colônia, o foco da atenção do governo federal, um canal potencial de poder”. O fundador de *O Progresso* soube aproveitar o momento político para se instalar na cidade e lá lançar um jornal: Weimar chegou em Dourados quando a CAND ainda estava se instalando e fundou seu periódico exatamente no ano em que Vargas – muito popular na região da colônia e aliado do PSD – voltou ao poder.

Os primeiros anos de *O Progresso* coincidem com um período marcado na imprensa brasileira pela paixão política. Segundo Abreu (2002, p. 09-12), o debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional – de um lado o PSD e PTB; de outro, a UDN – dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação do período. No antigo sul de Mato Grosso, essa realidade se repetiu e teve como maiores expressões os jornais *O Progresso* (PSD) e o *Correio do Estado* (UDN).

Os três partidos políticos foram fundados em 1945 com a finalidade de participarem do processo democrático que se apontava devido ao desgaste do regime autoritário do Estado Novo. Como os demais em funcionamento no país, foram extintos

---

<sup>14</sup> Adiles, porém, comenta que Weimar “não tinha pretensões políticas e a idéia de fazer o jornal era mais para ter uma ocupação e porque era um homem apaixonado pelas letras”, já que Weimar Torres também era poeta. Em *OP*, 20 e 21 abr. 1998.

em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº. 2, no regime militar. O PSD foi criado pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o seu governo e congregava tanto grandes proprietários rurais e elementos da burguesia urbana, como industriais, comerciantes e banqueiros. A UDN foi fundada por lideranças alijadas do poder no período estadonovista, reunindo principalmente grandes proprietários rurais e tornando-se a principal agremiação de direita do país, com idéias conservadoras, defensoras do liberalismo tradicional. O PTB foi criado por estímulo de Getúlio Vargas, tinha como base os sindicatos controlados pelo governo e uma atuação de cunho populista, porém manteve-se em várias posições ambíguas: ao mesmo tempo em que avançava em proposta da esquerda para a classe operária, era contido por lideranças liberais.

O PSD foi majoritário na Câmara dos Deputados durante toda a sua história, elegeu dois presidentes da República (Eurico Gaspar Dutra em 1945 e João Café Filho em 1955) e contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas (PTB), em 1950. Na política nacional, seu aliado mais constante foi o PTB, embora tenha realizado inúmeras alianças também com a UDN, considerada sua tradicional "adversária".

Em Mato Grosso, o partido forte na Assembléia Legislativa foi a UDN. Já o Executivo teve representação igual entre a UDN e o PSD, que se alternaram nos governos. A UDN mato-grossense assumiu posição de destaque após 1964, dentro do governo militar, já que foi um dos grandes apoiadores do golpe.

E foi no período anterior ao golpe militar que Weimar usou seu jornal para defender as posições de seu partido e contrapor a UDN. Quando esteve à frente de *O Progresso*, utilizou-o mais para embates políticos do que para informar. Uma equipe jornalística nos moldes que conhecemos hoje – com redatores, fotógrafos e editores – o periódico implantou no final da década de 1970, já sob o comando de Vlademiro. Até então, funcionava com colaboradores e publicava muito mais crônicas e textos opinativos do que notícias (Valfrido, 31 ago. 2005)<sup>15</sup>.

Mesmo morando em Cuiabá ou Brasília durante seus cargos eletivos, Weimar manteve a circulação de *O Progresso* com a colaboração de amigos em Dourados. Em 1969, quando morreu em um desastre aéreo, exercia o mandato de deputado federal. A direção do jornal passou para seu sogro Vlademiro, um dos pioneiros da cidade, gaúcho e

---

<sup>15</sup> Valfrido Silva é jornalista em Dourados e trabalhou em *O Progresso* entre 1976 e 1979. Ele contribuiu para o início da modernização do jornal, que se deu por meio da implantação da primeira equipe de redação e da aquisição de uma impressora *off set*, em 1978. Aquela máquina permitiu ao periódico ampliar a sua capacidade de impressão para mil exemplares por hora.

filho de fazendeiro no Rio Grande do Sul. Segundo Dal Bosco (1995), Vlademiro conheceu a região de Dourados quando atuava como capitão na Revolução de 1932, comandando tropas junto ao general Klinger, chefe da Revolução na Cabeceira do Apa.

A formação em engenharia agrônoma permitia Vlademiro atuar como agrimensor, e assim ele veio para o município mato-grossense para trabalhar na medição e na demarcação dos lotes da CAND e da Colônia Agrícola Municipal de Dourados, hoje município de Itaporã. Foi diretor do Departamento de Terras do Estado, na década de 1960, e vereador em Dourados, em 1947, pela UDN, mas por influência de seu genro, na década de 1950 filiou-se ao PSD.

Os anos de Vlademiro à frente de *O Progresso* coincidiram com o regime militar, governo que teve um comportamento de censura ao conteúdo noticioso da imprensa brasileira. Segundo Adiles, a relação do jornal com o militares nunca teve problemas, já que a autocensura foi uma prática do periódico que o permitiu circular sem grandes embates com o regime:

Como meu pai sempre foi uma pessoa austera, muito correta, meu pai nunca foi esquerda, nunca. Ele era centro. Mais pra direita do que para a esquerda. Então os militares passaram a confiar nele. E começou a sair. Só que eles falaram: qualquer deslize corta o jornal, hein? (Adiles, 17 nov. 2004).

No depoimento acima percebemos que o conceito de “austero” e “correto”, para Adiles, era pertencer ao grupo político “mais para a direita”. Esta é uma importante concepção ideológica da proprietária de *O Progresso* a considerar na análise das posições assumidas pelo jornal, principalmente no que se refere aos movimentos sociais rurais, o objeto de análise que comporá o terceiro capítulo desta dissertação.

Quanto ao jornal *Correio do Estado*, este é integrante do grupo de comunicação de mesmo nome, que controla boa parte da informação veiculada em Campo Grande. No período de nosso recorte temporal, o grupo era proprietário da Rádio Cultura AM e da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão: Rádio Canarinho FM, TV Guanandi (filiada à Rede Bandeirantes, vendida no final de 2000), TV Campo Grande e TV Dourados (ambas repetidoras do SBT, a segunda vendida no final de 2000), além de uma produtora de vídeo e uma fundação denominada Barbosa Rodrigues<sup>16</sup>. Até o segundo semestre de 1998, também era proprietário do jornal *Diário da Serra*, que foi extinto no referido ano.

---

<sup>16</sup> A Fundação foi criada em 1982 e sempre foi mantida administrativamente pelo grupo Correio do Estado. Desde lá, vem desenvolvendo projetos voltados para a área social e para o resgate da memória histórica e documental de Mato Grosso do Sul, em parceria com instituições públicas e privadas.

O grupo Correio do Estado é de propriedade da família Rodrigues, administrado até 2003 por José Barbosa Rodrigues. Entre 1995 a 2000, o jornal também era dirigido por Antônio João Hugo Rodrigues (que passou a administrar os empresas desde o falecimento do pai) e por Éster Figueiredo Gameiro<sup>17</sup>, que possui uma cota de participação da empresa por ter sido casada com Antônio João.

Desde sua fundação, em 07 de fevereiro de 1954, a linha editorial do *Correio do Estado* priorizou a política. Inclusive sua origem está relacionada a ela: o jornal foi lançado por um grupo do sul de Mato Grosso ligado à UDN com o objetivo de disseminar as idéias do partido. Seus mentores foram Fernando Corrêa da Costa (na época governador), José Manuel Fontanillas Fragelli (o primeiro diretor-presidente do periódico, atualmente ex-senador, ex-deputado e ex-governador) e José Inácio da Costa Moraes (principal acionista do referido veículo de comunicação). O periódico nasceu com mais de duas mil edições diárias vespertinas, tablóide, com oito páginas, no ano em que Campo Grande contava com 50 mil habitantes.

Também participavam do jornal outros políticos, empresários e profissionais liberais ligados à UDN, entre eles Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-governador) (*CE*, 07 fev. 2004). Como se vê, pessoas de famílias pioneiras e políticos tradicionais do Estado.

O ex-governador Wilson Barbosa Martins afirmou que “a intenção [do grupo que criou o Correio do Estado] era fazer proselitismo político e contrapor ao jornal ‘O Matogrossense’, dirigido pelo PSD” (*CE*, 07 fev. 2004). Como já dissemos, o quadro partidário existente de 1945 a 1964 era de dualismo entre UDN e PSD em todo o país. Cada partido tinha seus instrumentos de divulgação para propagar suas idéias e seus instrumentos de ação. O *Correio do Estado*, portanto, representou uma grande força política para a UDN estadual, que tinha muitos partidários em Campo Grande.

Aliás, quando criado, este jornal não escondeu suas intenções e anunciou que era produto e esforço das contribuições espontâneas de políticos e de militantes da UDN. Sua função era defender bandeiras políticas, mas também anunciava que não seria um órgão estritamente partidário, mas que lutaria pelas causas de interesse social.

---

<sup>17</sup> Éster Figueiredo Gameiro entrou no *Correio do Estado* em 1969 para editar o Suplemento Feminino, extinto um ano depois. No período de 1995 a 2000, já era diretora do jornal.

O editorial da edição inaugural dizia: “O Correio do Estado quer também fazer eco das reivindicações populares, das nossas classes trabalhadoras, médias e classes produtoras” (CE, 07 fev. 2004), mostrando o interesse do jornal em se tornar porta-voz das reivindicações da população daquele que já era, então, o mais importante município do sul de Mato Grosso. O periódico sempre encampou lutas, como na década de 1960 pela implantação de infra-estrutura energética no sul de Mato Grosso; na de 1970 pela separação de Mato Grosso em duas unidades da federação, fato que resultou na criação de Mato Grosso do Sul e na oficialização do poder de muitos políticos do sul.

De acordo com a direção do periódico, ele “só foi jornal político na época de sua fundação, nos idos de 1954, porque, naquela época, os jornais nasciam assim: para servir os interesses desta ou daquela agremiação” (CE, 07 fev. 2004). Na verdade, o *Correio do Estado* só demonstrou, explicitamente, vinculação partidária enquanto serviu aos interesses da UDN. Depois que passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, o periódico não abandonou seu caráter conservador de direita, mas começou a se tornar um pouco mais profissional e acompanhar as mudanças tecnológicas e de conteúdo que ocorreram na imprensa nacional.

A participação de José Barbosa Rodrigues (de agora em diante José Barbosa) no *Correio do Estado* data de 1957, quando foi contratado para substituir o editor Arani Souto, que era proveniente do Paraná e foi desligado da empresa sob a alegação de não conhecer nada da cidade, seus costumes, sua história ou seu vocabulário. José Barbosa era redator com passagem pelo *Jornal do Comércio*, a mais importante publicação diária do sul de Mato Grosso, na década de 1950.

O *Correio do Estado* permaneceu por pouco tempo sob propriedade do grupo que o formou. Após a eleição para o segundo mandato de Fernando Corrêa da Costa para governador, em 1960, este político e os deputados e partidários da UDN responsáveis pela sustentação econômica do jornal deixaram de financiá-lo. José Barbosa, então gerente, decidiu continuar editando-o ao lado do ainda acionista José Inácio, que no jornal havia colocado todas as suas economias. Alguns anos depois, José Barbosa adquiriu a parte do jornal que não era sua e tornou-se o único proprietário (CE, 07 fev. 2004).

José Barbosa chegou em Campo Grande em 1943, vindo de Poços de Caldas (MG), em busca de novas perspectivas profissionais. Filho de carpinteiro e mãe lavadeira, chegou em Campo Grande já casado com a professora Henedina Hugo Rodrigues e com o primeiro de seus quatro filhos, José Maria. Os outros três nasceram em Campo Grande: Paulo de Tarso, Marcos Fernando e Antônio João.

A intenção inicial era morar em Ponta Porã. Possivelmente o casal veio para o sul de Mato Grosso atraído pela publicidade que existia na época sobre os bons preços das terras e pelo crescimento da região em torno da CAND, da qual fazia parte Ponta Porã. Porém, deve ter visualizado perspectivas mais promissoras em Campo Grande, pois essa cidade atravessava um período de expansão econômica crescente, impulsionado pela implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Segundo Bittar (1997, p. 151), na década de 1940, Campo Grande possuía uma arrecadação tributária superior à da capital Cuiabá, era a cidade mais populosa do Estado e já ocupava a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso.

Desempregado no início, José Barbosa Rodrigues logo começou a lecionar, mas como o salário no ensino era pequeno para um pai de família, foi trabalhar no *Jornal do Comércio*, ocupando a única vaga existente, que era de faxineiro. Ao mesmo tempo começou a publicar artigos para o periódico, o que resultou em um convite para trabalhar na redação e dois anos depois para assumir o cargo de chefia do setor.

Naquela época, em todo o país era comum aprender a profissão de jornalista no interior dos jornais. O aspirante a qualquer cargo entrava na empresa com atividades diversas e se revelasse vocação, passava a colaborar nos setores da redação. Geralmente acumulavam várias atribuições, porque os periódicos eram pequenos e não exigiam técnica (ERBOLATO, 2003, p. 17-18). O curso de graduação em jornalismo surgiu no Brasil em 1947, em São Paulo. Em Mato Grosso do Sul, apenas na década de 1980.

Foi no *Jornal do Comércio*, então, que José Barbosa se projetou como jornalista, o que lhe rendeu o convite para trabalhar no *Correio do Estado*, em 1957. O memorialista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), Hildebrando Campestrini, lembra os primeiros anos de José Barbosa à frente do *Correio do Estado*, quando

(...) fazia praticamente tudo no jornal: selecionava, escrevia, compunha, revisava, acompanhava a impressão, controlava a circulação, além das compras, funcionários (pouquíssimos). Lembro-me dele (na década de 60) na redação da Rua 14, escondido atrás de pilhas de papel, anotações, recortes de jornal – atento a tudo (CE, 07 fev. 2004).

Quando José Barbosa foi trabalhar no *Correio do Estado*, este era editado apenas por colaboradores. Foi depois que assumiu a direção que os primeiros jornalistas foram contratados e os seus filhos foram envolvidos no jornal. José Maria e Marcos Fernando já



são falecidos, mas Antônio João e Paulo de Tarso permanecem na empresa. Este último é gerente da gráfica do periódico.

Foi por meio da participação administrativa de Antônio João que o jornal investiu pesado na modernização. O *Correio do Estado* foi pioneiro dentre os periódicos do antigo sul de Mato Grosso e também do já criado Mato Grosso do Sul a implantar algumas tecnologias, a exemplo das máquinas que agilizaram o processo impressão. Em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas.

O investimento em tecnologia foi uma tendência da grande imprensa brasileira a partir da década de 1950, que o *Correio do Estado* acompanhou. As inovações que se implantavam nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo logo chegavam ao periódico campo-grandense, que sempre teve *O Estado de São Paulo* como seu paradigma.

Sob o comando da família Rodrigues, as pautas do *Correio do Estado* sempre priorizaram os acontecimentos locais, mas sempre os sintonizando com os assuntos de repercussão nacional que recebiam destaque nos grandes jornais, principalmente a economia e a política. Também seguindo uma tendência de boa parte da imprensa na época do golpe de 1964, o periódico campo-grandense foi favorável à instalação do regime militar autoritário. Aliás, a boa relação de José Barbosa com os militares rendeu a ele, em 1976, a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão, quando o *Correio do Estado* deixou de ser apenas um jornal e passou a ser um grupo.

Na década de 1970, boa parte do país recebeu investimentos do governo em infraestrutura. Foi o período conhecido como “milagre econômico”. Campo Grande foi uma das cidades do centro-oeste brasileiro que mais crescerem no governo militar, fato que repercutiu no crescimento do *Correio do Estado*, afinal, tanto o número de leitores como o de anunciantes aumentou. Naquele período, influenciado pela censura que impedia a publicação de qualquer tema que pudesse representar crítica ao governo, o jornal desenvolveu o hábito de pautar assuntos que levassem ao conhecimento do público as transformações econômicas positivas da região.

Foi naquela década, inclusive, que nasceu no Brasil o jornalismo econômico tal como conhecemos hoje. No regime militar, ele foi um instrumento da política econômica do governo e, para os jornais, era mais conveniente substituir o noticiário político pelo econômico, já que assim corriam menos riscos diante da censura (ABREU, 2002, p. 20-22). Foram naqueles anos, também, que a expansão agrícola começou a se tornar assunto importante para a imprensa sul-mato-grossense. O agronegócio que se fortalecia foi

decisivo para que o *Correio do Estado* contratasse um correspondente em Dourados, em 1976, e posteriormente instalasse uma sucursal naquela cidade.

O final dos anos de 1970 também teve outro importante fato que influenciou o jornal a pautar assuntos que ressaltassem a pujança de Campo Grande e do sul de Mato Grosso: a divisão do Estado. Essa postura foi a forma encontrada pelo periódico para fazer sua aquela campanha que envolveu os segmentos sociais dominantes que buscavam tirar proveitos políticos e econômicos com a montagem do aparelho de Estado, liderados pelo influente advogado e pecuarista Paulo Coelho Machado. O interesse do *Correio do Estado* era visível: ele se transformaria no maior veículo de comunicação impresso de Mato Grosso do Sul e estaria totalmente alinhado com o grupo político que sempre dominara na região, o que lhe renderia importantes investimentos governamentais em publicidade.

Após a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, o hábito de divulgar aspectos positivos da economia local permaneceu no *Correio do Estado* e se estendeu para outros aspectos da sociedade. Acreditamos que foi a partir de uma política estabelecida por José Barbosa, pois o jornalista imprimiu essa mesma postura na sua atividade de “pesquisador” da história regional, que resultou na publicação dos livros “Campo Grande, meu amor”, “História de Campo Grande” e “Isto é Mato Grosso do Sul”. Suas obras foram escritas sem o rigor científico e sem as preocupações metodológicas necessários a um historiador, mas se caracterizaram como textos de natureza memorialística, cujos elementos recuperados do passado foram apenas os bons, os desejados.

José Barbosa integrou a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, o Conselho Estadual de Cultura, o IHG-MS e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB<sup>18</sup>. Suas obras foram escritas em conformidade com as demais produzidas pelos escritores das entidades citadas, que se voltaram a construir uma numerosa historiografia para constituir a memória de Mato Grosso do Sul, assim que ele se tornou uma nova unidade da federação. Inclusive aquela historiografia passou a ser utilizada como referência por diversos formadores de opinião da sociedade, como profissionais das áreas de educação, comunicação e da política, assim como também passou a servir de base para a elaboração de livros didáticos, concursos públicos e como guia para as propagandas privadas e governamentais locais.

---

<sup>18</sup> Sua participação na Academia de Letras foi importante para muitos escritores do Estado, que começaram suas atividades nas páginas do *Correio do Estado*, no Suplemento Literário, criado em 1972, dirigido pela Academia e que circulava aos sábados (CE, 07 fev. 2004).

Nas páginas do jornal a postura se repetia, inclusive engrandecendo as personalidades envolvidas na luta pela divisão de Mato Grosso e que assumiram o poder no novo Estado. Para os memorialistas de Mato Grosso do Sul, o periódico foi um dos responsáveis pela construção da identidade da nova unidade da federação. José Couto Vieira Ponte, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, afirma que José Barbosa Rodrigues “ajudou a consolidar a identidade sul-mato-grossense, antes inexistente, de direito, e, por outro prisma, apenas esboçada em esparsas pintalgadas aqui e acolá na talagarça de nosso destino” (CE, 07 fev. 2004).

Percebemos que a vinculação política do *Correio do Estado* sempre foi demonstrada em suas páginas, apesar do jornal afirmar sobre si mesmo que só manteve essa postura quando foi criado e que nos anos de 1990 já havia alcançado a sua independência editorial<sup>19</sup>:

(...) tanto é que nós temos, assim, cada vez mais uma certa independência editorial. Eu estou fazendo aqui, no caso, especificamente no editorial, uma crítica ao governador. Não tem uma determinação ‘não, vamos só falar bem’. A gente conclui em função do assunto. (...) Está mais arejado, cada vez mais. Mudou muito esse jornal. [No editorial] raramente há uma orientação no sentido de poupar alguém ou não criticar determinado assunto ou deixar de comentar determinando assunto (Dante Filho, 07 dez. 2004).

O trecho supracitado da entrevista com o editor do *Correio do Estado* chama a atenção para um suposto distanciamento partidário e ideológico do jornal, que o diferenciava daquele período anterior, de instrumento direto de combate. Mas identificamos um episódio que contradiz a auto-afirmação sobre a existência de independência editorial: a diferença de tratamento dispensado ao Wilson Barbosa Martins e Zeca do PT, os dois governadores que exerceram mandatos no período de nosso recorte temporal.

Naquele período, fatores ideológicos e políticos influenciaram, de modo mais explícito, as escolhas do *Correio do Estado*; e, em um grau menor, também as de *O Progresso*. Com relação a este segundo jornal, também percebemos diferença no espaço e no apoio dado aos governos de Wilson e Zeca do PT. Mas elas são explicadas muito mais por fatores financeiros, como percebemos no depoimento de Adiles:

---

<sup>19</sup> Independência editorial significa independência política e ideológica. Por meio dela, os interesses comerciais se separam do conteúdo do jornal, que exerce a liberdade para apurar todas as notícias que considera relevante, publicar denúncias e assumir bandeiras em defesa do que considera importante para a sociedade. Há espaço para a crítica e a denúncia, e a redação tem liberdade para publicar o que acredita, com responsabilidade e profissionalismo.

(...) no segundo mandato do Zeca, nós estávamos sem contrato com o governo. Aí eles chamaram lá. (...) Marcamos com o secretário de comunicação. 'É o seguinte, vamos fazer uma parceria, a gente paga um valor X por mês, a senhora divulga os atos do governo...' Tudo bem. Quanto? É pouco. Porque há quatro, cinco anos atrás, o Dr. Wilson pagava mais do que isso (17 nov. 2004)

Durante o mandato de Wilson, a maior fonte de receita de *O Progresso* veio do governo do Estado. A quantia não foi revelada, apenas soubemos que foi bem acima do estabelecido pelas relações de mercado do período. Já no governo de Zeca do PT, os gastos publicitários não foram satisfatórios, na avaliação de Adiles.

A prática dos jornais sobreviverem por meio de vultosas verbas publicitárias governamentais foi mais comum no Brasil até 2000, quando entrou em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), que estabeleceu normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e para o equilíbrio das contas públicas. A partir dela, as finanças do governo passaram a ser planejadas de acordo com regras e a ser mais controladas pelos tribunais de contas, bem como a sociedade passou a ter acesso aos dados e os desvios passaram a ser punidos. A destinação de recursos públicos para o setor privado – que é o caso dos jornais – passou a ser autorizada pelas condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, tornando mais difícil os gastos exagerados.

Antes de a LRF vigorar, muitos jornais se valeram do princípio informativo da administração pública para negociar valores que lhe convinham em troca da publicação de interesse do governo, inclusive *O Progresso* e o *Correio do Estado*. Esse princípio informativo obriga o setor público a dar conhecimento de seus atos por meio da publicação dos mesmos em imprensa oficial. A Lei nº 8.666/93 define como imprensa oficial o veículo de divulgação da administração pública, sendo para a União o Diário Oficial da União e, para os Estados, o Distrito Federal e os municípios, os jornais contratados por eles. Esse princípio ainda é válido, mas os gastos que os governos passaram ter com os meios de comunicação passaram a ser controlados. Os periódicos do interior do Brasil, que não encontram uma fonte de receita suficiente para seu sustento por meio da publicidade privada, geralmente sobrevivem do setor público. *O Progresso*, mesmo, no período de 1995 a 2000, era órgão oficial de 36 municípios sul-mato-grossenses.

O segundo ano do mandato de Zeca do PT, portanto, teve que se adequar à LRF. Porém, antes disso, sua relação com *O Progresso* foi conturbada porque a equipe de

comunicação do Estado propôs destinar sua verba publicitária baseada em valores de mercado, o que não foi aceito inicialmente pelo jornal. A diferença dos investimentos entre os dois governos refletiu nas páginas do jornal: o espaço dedicado aos *releases*<sup>20</sup> do Executivo Estadual, que era de uma página inteira, foi reduzido à metade. Os elogios que antes visualizávamos nas charges, coluna da Adiles e no quadro *In Vino Veritas*<sup>21</sup> desapareceram na administração petista. Identificamos apenas ausências de elogios, mas não críticas contundentes.

Já com relação ao *Correio do Estado*, fatores ideológicos e políticos influenciaram as escolhas do jornal. Wilson, político antigo e de família tradicional e conservadora de Mato Grosso do Sul, além de ser um dos ex-udenistas fundadores do *Correio do Estado*, sempre se mostrou alinhado ideologicamente a José Barbosa: um exemplo foi a luta comum pela divisão do Estado, na década de 1970. Zeca, ao contrário, era sindicalista, surgira há pouco na política estadual, tomou posse representando as diversas esquerdas e fazendo oposição à classe política de direita que até então esteve no poder, apesar de ter contado com o apoio de alguns daqueles grupos em sua campanha.

No governo de Wilson, este dispensou grandes verbas publicitárias na imprensa já consolidada; Zeca, ao contrário, logo que assumiu procurou criar espaços próprios para divulgação de seu mandato na capital, apoiando financeiramente o lançamento de um novo diário em Campo Grande, a *Folha do Povo*, que se propôs a concorrer com o *Correio do Estado*, que até então não tinha concorrência naquela cidade<sup>22</sup>.

Não identificamos fatos noticiados no jornal que fizeram referência negativa ao mandato de Wilson. Já as relacionadas ao Zeca do PT, em 1999 e em 2000 o *Correio do Estado* priorizou divulgar dados que demonstravam as fragilidades da administração estadual, como a contratação de parentes do governador, o déficit nas finanças públicas e o atraso do pagamento aos servidores. Também foram alvo de crítica o projeto de Zeca em

---

<sup>20</sup> *Release* é um texto distribuído à imprensa por instituições oficiais, políticas ou órgãos e empresas particulares, para divulgação gratuita de fatos positivos relacionados a eles. As assessorias de imprensa são responsáveis pela redação desses noticiários, que deveriam servir apenas como possível pauta para notícia produzida pelo próprio jornal com a obtenção de mais informações e depoimentos de outras fontes.

<sup>21</sup> O referido quadro traz, diariamente na página 3 do Primeiro Caderno, um diálogo entre os personagens Zé Pinga e Colono, criados nos primeiros anos de *O Progresso* para representar o colono da CAND. A proposta inicial do quadro era satirizar fatos do cotidiano da cidade, mas hoje o assunto principal é a política.

<sup>22</sup> Como o outro periódico que circulava em Campo Grande até a metade de 1998 era do grupo *Correio do Estado*, consideramos que este o jornal não tinha, de fato, concorrência na capital. Na verdade, ele continuou liderando, pois a *Folha do Povo* não chegou a alcançar o número de leitores igual ao seu e logo foi preterido pelo governo do Estado, entrando em decadência.

mudar o nome do Estado para Pantanal e os desentendimentos do governador com outros políticos, notícias que criaram uma imagem de um governante agressivo.

Vamos expor resumidamente alguns fatos ocorridos em 2000 para demonstrar como foi a relação do Zeca do PT com o *Correio do Estado*, começando pela primeira manifestação do governador às críticas que vinha recebendo da imprensa. Em maio ele afirmou que “os jornais de Campo Grande fazem muito fuxico. São jornalecos. Por que não tiveram o mesmo comportamento nos Governos anteriores?” (CE, 24 set. 2000). O *Correio do Estado* não publicou nenhuma resposta, apenas permaneceu pautando assuntos que destacavam os aspectos negativos da administração petista.

Em setembro daquele ano, mês que antecedeu o primeiro turno das eleições municipais, as ofensas entre Zeca e o *Correio do Estado* recrudesceram. Em solenidade pública, o governador chamou aquele periódico de mentiroso, afirmou que estava sendo vítima de chantagem por parte do diretor Antônio João e que fecharia o jornal. O empresário respondeu em uma nota dizendo que fazia um ano que não se encontrava com o governador e considerou as acusações do chefe do Executivo como falsas e de caráter eleitoral.

Em 24 de setembro, o *Correio do Estado* publicou uma notícia referindo-se a uma caminhada de campanha eleitoral ocorrida no dia anterior, quando o governador teria usado um adesivo no peito onde estava escrito: “Correio do Estado Mente”. A matéria também comentou que no evento Zeca teria defendido o jornal *Folha do Povo* e afirmado que ordenaria ao secretário de Fazenda do Estado, Paulo Bernardo, para fazer uma devassa no *Correio do Estado* para saber se os impostos estavam sendo pagos corretamente.

Aquele pronunciamento foi a oportunidade para o jornal responder com uma matéria de uma página ironizando o “comportamento agressivo e o linguajar destemperado do governador” a partir de análises de psiquiatras e psicanalistas, cujas identidades foram preservadas. O diagnóstico era de que Zeca do PT sofria de disforia, “um comportamento contrário à euforia, demonstrado por meio da alteração crônica de humor devido ao estresse” (CE, 24 set. 2000).

A matéria dizia ainda que a conclusão daqueles profissionais da saúde era de que o comportamento agressivo do governador nada mais era do que “processo de infantilização do indivíduo para chamar a atenção” e que

“O problema todo é que ele foi eleito por pessoas das quais não gosta. Então, ele vive um eterno dilema: não consegue se identificar com alguns grupos sociais à direita que lhe deram apoio, pois se isso ocorrer ele se descaracteriza. Ao mesmo tempo, ele sabe que sem esse apoio não governa. Daí nasce uma crise de

identidade e, em consequência, a depressão e a agressividade”, comenta o profissional (CE, 24 set. 2000)

E o jornal também emitiu o seu juízo, afirmando que o comportamento de Zeca era encarado de maneira folclórica pela população sul-mato-grossense. A resposta do governador veio com um processo contra o jornal por calúnia e difamação, fato que não interferiu na postura do *Correio do Estado*. Essa somente se alterou quando Zeca do PT se aproximou dos grupos de direita aos quais o *Correio do Estado* sempre esteve vinculado e quando acordos financeiros foram firmados entre o governo e o jornal.

Explicando melhor: a eleição de Zeca em 1998 construiu um marco divisório na política sul-mato-grossense, que até então fora liderada por grupos conservadores representantes dos ruralistas. A vitória de um governador de esquerda ao mesmo tempo em que foi inesperada – as bases ainda eram fracas, o número de prefeituras comandadas pelo partido eram pouquíssimas – representou a insatisfação de diversos segmentos da sociedade que lutavam por mudança, a exemplo dos movimentos sociais (inclui-se aí o MST), que foram fundamentais para levar Zeca ao poder.

Este iniciou sua administração, então, preso às forças sociais que o elegeram e procurou representar os interesses daquelas classes. Porém, nos dois últimos anos de seu mandato, em nome da governabilidade, Zeca foi aos poucos assumindo compromissos e se vinculando a parlamentares tradicionais que sempre comandaram a política estadual. Tais alianças se justificavam pela necessidade de conduzir propostas governamentais para que elas não fossem bloqueadas pelos opositores ao PT, já que os grupos sociais representados pelos partidos de direita ainda permaneciam com forte poder de influência na sociedade sul-mato-grossense.

Isso explica a postura do *Correio do Estado* com o governo petista: nos dois primeiros anos, a relação foi conflituosa; nos dois últimos, de apoio, já que o governador passou a ser parte do grupo ao qual o jornal sempre pertenceu. Nos dos primeiros anos do mandato de Zeca, os embates verbais foram fortes; já em 2002, a aproximação do governador com o periódico era tanta que o empresário Antônio João se candidatou para suplente do senador eleito Delcídio do Amaral (PT). Naquelas eleições, Zeca se candidatou à reeleição e recebeu todo o apoio do *Correio do Estado* no que diz respeito à publicação de fatos positivos de seu mandato.

O episódio Zeca do PT revela, por um lado, a representação da imparcialidade da imprensa e os seus vínculos econômicos com o poder público e, por outro lado, a

capacidade do *status quo* em manter seu predomínio político e seus privilégios, já que fica claro, no caso, a invasão que os interesses privados exercem sobre a esfera pública.

## 2.2 Os caminhos da modernização empresarial e jornalística

Como falamos anteriormente, foram nos anos de Vlademiro que *O Progresso* começou a se modernizar tanto no que diz respeito a equipamentos quanto à contratação de jornalistas. Inclusive foi sob direção dele que o jornal se tornou diário, em 1976. Na verdade, isso aconteceu muito mais devido à disputa pelos leitores que se travou naquele ano com a *Folha de Dourados*<sup>23</sup>: este periódico foi o primeiro no município a implantar edições diárias, prática reproduzida por *O Progresso* um mês depois e que se mantém até hoje.

Vlademiro dirigiu o jornal sob a censura do regime ditatorial. Porém, segundo Abreu (2000, p. 15-17), a relação dos militares com a imprensa teve, ainda, uma outra face. Ao mesmo tempo em que interferia na publicação das informações, aquele governo financiou e modernizou os meios de comunicação e estimulou a formação de grandes redes e oligopólios da informação, entregando a estes a sua publicidade, já que eram os que tinham maior capacidade de circulação. O contraponto da tendência à concentração dos meios de comunicação foi o desaparecimento de vários jornais, pois naquele período a imprensa ainda era grande dependente das publicidades governamentais<sup>24</sup>.

De acordo com Adiles, *O Progresso* nunca teve benefício dos militares para se modernizar e a impressora que seu pai comprou em 1978 e que revolucionou a produção do jornal foi paga pela empresa. Porém, pela própria lei de mercado que se iniciava no período, se o periódico não se modernizasse não teria permanecido em circulação, mas teria deixado lugar para a concorrência se instalar.

Em 1985, com a morte de Vlademiro, sua filha Adiles, viúva de Weimar, passou a dirigir o jornal, função que mantém até hoje. Até então, ela se envolvia apenas com a produção de sua coluna social, que também permanece e é a mais lida pela sociedade

---

<sup>23</sup> A *Folha de Dourados* não conseguiu se manter muito tempo como diário por problemas financeiros. Permaneceu no mercado com edições sem periodicidade definida e com um público leitor reduzido até começo de 2000. Desde julho de 2005 voltou a ser editado na cidade sob direção de Valfrido Silva, mas agora como semanário.

<sup>24</sup> Em sua dissertação, Arakaki (2003) cita alguns jornais douradenses que desapareceram no período.



douradense. Em 1993, suas duas filhas, June e Blanche Torres, integraram-se à direção de *O Progresso*, porém um ano depois June se afastou das atividades no periódico.

Adiles, que não tinha nenhuma experiência administrativa, assumiu a empresa da família e tentou dar continuidade ao trabalho já começado, ao mesmo tempo em que passou a desenvolver novas práticas empresariais para adequar *O Progresso* à nova economia que se iniciava com a abertura política do Brasil e aos grandes avanços tecnológicos que se impuseram na mídia, notadamente a partir da década de 1990.

O período de 1995 a 2000 foi marcado no jornal pela modernização de sua redação. Assessorado pelo jornalista Eron Brum, professor da área de comunicação na UFMS do campus de Campo Grande, *O Progresso* iniciou um projeto que o reformulou editorial e graficamente. A partir dele, os repórteres, que aprenderam o ofício no dia-a-dia no trabalho, participaram de cursos de técnicas jornalísticas; o periódico criou seu manual de redação e em 1997 teve seu parque gráfico ampliado, passando a imprimir as capas e as contracapas em cores.

A diferença de *O Progresso* entre os primeiros exemplares e os da década de 1990 é grande: a primeira edição imprimiu 200 exemplares com quatro páginas em preto e em formato tablóide (24 cm X 38 cm), comprados basicamente pelos amigos de Weimar – muitas vezes distribuído gratuitamente. No período de nossa análise era *standart* (48 cm X 76 cm) e editava uma média de 24 páginas (número que podia variar conforme o número de notícias), dividida nos cadernos Primeiro, B, Municípios, Esportes, Dia-a-Dia e Classificados, além dos suplementos semanais Força Rural, Saúde e Progressinho<sup>25</sup>, todos com suas capas e contracapas coloridas a partir de 1997.

Em 1995, *O Progresso* contava com uma tiragem diária estimada em três mil exemplares e terminou o ano de 2000 com cinco mil, distribuídas para 36 cidades sul-mato-grossenses. Dizemos “estimada” porque variava de acordo com os contratos comerciais para divulgação dos atos oficiais das prefeituras. Se este contrato existia, o veículo aumentava o número de seus exemplares e circulava no município durante a sua vigência. Ou seja, a tiragem poderia até diminuir de um ano para outro ou até no mesmo

---

<sup>25</sup> O caderno é cada parte do jornal (conjunto de folhas) incluída dentro de uma página dupla. Serve para agrupar categorias de notícias. Os últimos cadernos são reservados para os anúncios classificados.

ano<sup>26</sup>. No período, o setor público representava praticamente a metade da verba publicitária do jornal, entre atos oficiais e anúncios publicitários.

Sua periodicidade diária apenas era quebrada aos domingos e feriados. O argumento da direção sobre o fato de não publicar nesses dias é porque a maioria de seu público não se interessava em lê-lo. No período de 1995 a 2000, as assinaturas representavam 70% das vendas e seus assinantes eram majoritariamente empresas comerciais e do setor público, que funcionam apenas nos dias úteis. Já os assinantes pessoas físicas – segundo alegação do editor-chefe Vander da Silva Verão<sup>27</sup> –, “viajam, vão para a fazenda, vão pescar, não lêem o jornal” (Vander, 07 nov. 2004)<sup>28</sup>.

Adiles investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação, descrita em seu nome e *slogan*: *O PROGRESSO: pensamento e ação por uma vida melhor*. Esta frase revela uma característica militante que vai muito além de informar. Porém, o caráter militante presente no jornal sob direção de Adiles não é político-partidário como o de Weimar, mas sim de direcionar ações e emitir opiniões em função das idéias que ela defende.

Um exemplo está nas ações relacionadas ao desenvolvimento da cidade, para a qual o jornal levantou várias bandeiras reivindicatórias, a maioria relacionada com a educação. O envolvimento da família com esses projetos era tanto que esta até doou as áreas onde foram implantadas: a Escola Estadual, que hoje se chama Presidente Vargas; a Escola Imaculada Conceição; e o campus da UFMS, em Dourados<sup>29</sup> (*OP*, 22 abr. 2003). Em 1998,

---

<sup>26</sup> A prioridade é circular nos municípios onde o setor público tenha contrato firmado com o jornal. Como os jornais são enviados pelos mesmos ônibus de transporte de passageiros, a empresa não tem interesse em firmar contrato com as cidades muito distantes de Dourados, pois lá o exemplar diário só estaria disponível no final da manhã.

<sup>27</sup> Vander entrou em *O Progresso* ainda adolescente, em 1971, como entregador do jornal. Logo passou para a redação e no final daquela década foi promovido a editor. É a pessoa de confiança de Adiles.

<sup>28</sup> Esse dado confirma a observação de Erbolato (2003, p. 22) de que muitos jornais de domingo são vistos, à tarde, diante das portas das residências, porque seus assinantes não se interessaram por ele.

<sup>29</sup> A família de Adiles é proprietária de diversos terrenos em Dourados, conquistados em meados do século XX, quando a transferência de terras do domínio público para o privado era facilmente realizada em benefício de grupos influentes. O próprio pai da diretora de *O Progresso* foi chefe do departamento estadual de terras na década de 1960. Para saber mais sobre a apropriação de terras em Mato Grosso, ver Moreno (1993).

o jornal implantou o projeto “O Progresso na educação ensinando a ler o mundo”, pioneiro em Mato Grosso do Sul<sup>30</sup>.

Por essas e outras iniciativas, o jornal assumiu características que poderiam ser consideradas menos conservadoras em comparação às posições do diário campo-grandense. Porém, esta tradição conservadora ainda é o maior argumento utilizado pela direção para conquistar novos leitores e anunciantes como também para permanecer com os que já possui. O fato de *O Progresso* ser o mais antigo de Dourados e pertencer a uma família pioneira na região faz com que Adiles o defenda como o verdadeiro representante dos douradenses e o indispensável no cotidiano da cidade.

Durante seus mais de cinquenta anos de circulação, *O Progresso* se tornou um dos principais abastecedores de noticiário impresso para leitores que vivem majoritariamente na região sul do Estado. Porém, o predomínio que deteve no passado já não era a mesmo na década de 1990. Além de disputar leitores e anunciantes com outros meios de comunicação modernos que surgiram no período – como a *internet* –, disputou também com os jornais de referência nacional que passaram a circular no município, bem como com o concorrente local, o *Diário MS*, fundado em 1993.

Com exceção de uma sucursal mantida em Campo Grande por nove meses em 1995, até o ano de 2000 os jornalistas de *O Progresso* sempre se concentraram em Dourados e a maioria das matérias por eles produzidas era sobre o cotidiano local. Em outros municípios, o jornal possuía apenas colaboradores, geralmente radialistas que aproveitavam para divulgar as informações que apuravam para seus próprios programas, porém não tinham nenhum vínculo empregatício com o periódico douradense. Com isso a qualidade jornalística saía prejudicada, já que as técnicas de redação eram deficientes ou ausentes naqueles textos. Mas a prática de publicá-los era mantida porque significava poucos gastos para o jornal e atendia aos contratos firmados com as prefeituras do interior de publicar textos referentes àquelas cidades no caderno Municípios.

Quanto às notícias que eram produzidas pela equipe da redação do jornal e que não tinham relação com os anunciantes, o critério adotado por *O Progresso*, entre 1995 e 2000,

---

<sup>30</sup> O projeto consiste na doação de edições de *O Progresso* para algumas escolas das redes municipal e privada para a prática da leitura e uso do jornal em sala de aula, na educação infantil e fundamental. Profissionais de outras instituições participam por meio da capacitação de professores e alunos quanto às práticas metodológicas para o trabalho de leitura de jornal nas disciplinas escolares, que objetivam formar leitores críticos. No Brasil, aproximadamente 40 jornais desenvolvem projeto similar, incentivados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), entidade representativa das empresas brasileiras editoras de jornais.

era o de priorizar as pautas que viessem a despertar interesse do maior número possível de pessoas. Para Vander, “sem-terra, por exemplo, é um assunto que interessa pouca gente, ao contrário de uma greve de bancários, que atinge muita gente (...) Policial dá ibope. Chamadas policiais de impacto esgotam as edições” (Vander, 07 nov. 2004). Na maioria das edições daquele período, matérias de crime receberam manchete principal nas capas do periódico. Quando os conflitos agrários se transformaram em notícia policial, o tema passou a ser bem explorado.

Aliás, esse destaque para os temas policiais é comum em muitos jornais do Brasil. Abreu (2002, p. 31) considera que a partir da década de 1980 a busca pela audiência em camadas mais pobres da população – que constituem a maioria dos brasileiros – levou “a imprensa a fazer concessões ao mau gosto e à vulgaridade, através da exploração de histórias dramáticas, escândalos e do grande destaque para o acidente ou crime”. Porém, o que mais impressionou a autora e que acreditamos ser comum em todo o país foi o resultado de uma pesquisa entre os assinantes dos grandes jornais de referência – que seriam em tese leitores mais qualificados –, que revelou que as notícias relativas à polícia tinham grande índice de leitura. Daí se explica a afirmação de Vander sobre as notícias de polícia interessarem a um grande número de pessoas.

Abreu (2002, p. 31) ainda destaca que agradar ao leitor deve ter limites, pois ao tentar satisfazer o gosto do público, o jornal pode baixar a qualidade da informação e contribuir para a permanência de tendências e de valores retrógrados da sociedade. Interessar-se pela questão agrária e dar-lhe destaque apenas quando ela se transforma em caso de polícia é um exemplo.

Outra prática de *O Progresso* foi publicar suas notícias sem identificação do autor, apesar deste comportamento não ser uma regra imposta pela direção do jornal. Na verdade, ele apenas reproduz um comportamento que teve origem em restrições criadas pelo próprio jornalismo, que normatiza o uso de uma linguagem impessoal e uma distância dos receptores da mensagem:

O redator de uma notícia não é conhecido de quem a irá consumir; mesmo quando assina o seu texto, o que é raro, o nome significará pouco ou nada para quem lê ou ouve o noticiário (...) nesse contexto, será inadequado dizer “eu vi”, como o personagem que encontrou um cadáver ao abrir a porta da casa: “eu” passa a não fazer sentido. Nem cabe dirigir-se ao consumidor da informação como “vocês” ou “os senhores”: esta forma de tratamento pressupõe outro tipo de relação com o público (LAGE, 1987, p. 23).

Um dos fatores que somou a favor da concorrência de *O Progresso* foi o fato deste ter investido muito mais nos aspectos visual e tecnológico do que na qualidade de seu conteúdo. Isso se deve, em parte, à prática de dedicar grandes espaços aos anúncios e *releases* governamentais e de empresas privadas, como o comércio local e as multinacionais do agronegócio instaladas no município e na região.

Não podemos esquecer que o agronegócio foi um dos setores que se expandiu em Mato Grosso do Sul a partir do governo militar, como destacamos no primeiro capítulo. Adiles soube aproveitar disso para garantir lucros para a sua empresa, investindo, em 1996, na criação de um suplemento de circulação semanal somente com notícias da área. O enfoque do caderno sempre foi a economia, pois segundo o seu editor, “o produtor [rural], hoje, não está interessado somente na notícia, ele quer saber do mercado, onde ele vai investir” (*Jornal da Rede ALCAR*, 11 set. 2002).

Ou seja, o público alvo do suplemento era o grande e o médio proprietário rural, que apesar de serem a minoria se comparado ao número de pequenos produtores, constituem a elite que pode investir em publicidade no jornal e que compra os produtos por ele anunciados. Esse foi o maior exemplo que encontramos em *O Progresso* de como os acordos da imprensa com o setor privado interferem na sua linha editorial.

Mas além dessa abordagem direta do jornal a respeito dos interesses e assuntos ligados ao agronegócio, as vinculações com o setor são mais amplas e disseminadas. Elas se realizam não de modo imediato e direto, mas por meio indireto e mediato. Ao contrário do período anterior que caracteriza a imprensa pelo combate e interesse explícito, a imprensa moderna possui como sua natureza a idéia da dissimulação dos interesses, por meio de uma postulação ética da notícia.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a produção de matérias de *O Progresso* é influenciada pelas relações comerciais da empresa, ele utiliza normas de redação jornalística para se apresentar ao leitor como observador imparcial. Esta é uma das práticas utilizadas pela imprensa para ocultar tanto as interpretações que ela faz dos fatos como os vínculos comerciais, políticos ou ideológicos que ela possui com determinados grupos. Apresentando-se desta forma os jornais procuram se autodenominar independentes editorialmente.

Indagada em 1995 sobre a interferência ideológica na produção de seu jornal, Adiles afirmou que *O Progresso* possuía independência editorial:

Desafios como manter a linha editorial estão diretamente ligados ao grau de independência econômica que o jornal consiga manter com relação ao poder

público. A busca dessa independência é uma das prioridades da nova proposta de O Progresso, e vem se tornando realidade na medida em que o jornal consegue sobreviver e se modernizar sem ficar “devendo favores” a qualquer governo (...) dirigir um jornal é uma responsabilidade muito grande. A ética é uma das coisas mais importantes nesse trabalho. Temos contrato com prefeituras e com o governo do Estado, é claro, mas o que nós vendemos são espaços no jornal, sem nunca nos vendermos a qualquer ideologia. O segredo é ser comedido. (grifo do jornal) (OP, 21 abr. 1995).

Com relação à influência do setor privado, Adiles não considerava um fator negativo na produção jornalística de *O Progresso*. Nós discordamos; porque direcionar pautas de acordo com interesses dos anunciantes ou publicar seus *releases* na íntegra significa abrir grandes espaços para empresas e políticos para divulgar idéias favoráveis a eles, em prejuízo à publicação de informações de interesse da população. Analisando as páginas do jornal douradense, nele percebemos a prática da publicação de *releases* inteiros provenientes das assessorias de seus anunciantes públicos e privados. Segundo a proprietária, o jornal muitas vezes até disponibilizava um redator de sua própria equipe para redigi-los.

Vander também julga que o *release* não atrapalha a qualidade jornalística de *O Progresso*, pois para ele os textos são bem produzidos e o assunto sempre interessa ao público, desde que se dê a eles o teor jornalístico (Vander, 07 nov. 2004). Adiles também afirma que “quando faz um anúncio bom, a gente dá um release por mês. Aí eu às vezes até peço pra um funcionário ir lá ou a pessoa vem aqui, encaminha. A gente dá uma força... às vezes eu dou uma palhinha, uma colher de chá, na coluna social...” (17 nov. 2004). As notícias do governo, mesmo, sempre foram redigidas em forma de *releases* e representando receita para o periódico. Em função disso, Adiles decidiu não priorizar a cobertura<sup>31</sup> político-partidária, optando por publicar os textos das assessorias na íntegra.

A experiência de *O Correio* não difere muito do diário douradense. O retorno à democracia em 1985 foi fator político importante para as escolhas do diário campo-grandense. Se para a imprensa nacional o fim da ditadura significava liberdade de criticar as iniciativas governamentais, por outro representava menos favores do governo federal, a exemplo de isenções fiscais, publicidades e concessões. Mas a empresa privada que cresceu durante o regime se tornou a outra importante fonte de receita para os meios de comunicação.

---

<sup>31</sup> Cobertura é o deslocamento dos integrantes da reportagem a determinado local para colher elementos, inclusive fotos, sobre o que ocorreu ou vai acontecer, a fim de ser elaborado o texto jornalístico.

O setor privado também priorizou investir nos veículos de comunicação de maior circulação. Em função disso, os jornais brasileiros começaram a se preocupar em se tornar mais atrativos para conquistar um público maior. Uma das formas encontradas foi pautar assuntos que pudessem despertarem o interesse do leitor para incentivá-lo a comprar suas edições. A imprensa passou então a se adequar como um “produto” e o público consumidor leitor, ouvinte ou telespectador como “cliente” (ABREU, 2002, p. 28-29).

No caso do *Correio do Estado*, que tem como público principal a população da capital, os assuntos referentes à política estadual passaram a ser a sua prioridade, seguidos por temas do cotidiano e do agronegócio. Outro fator que o periódico encontrou para se tornar mais atraente para o leitor foi a reforma gráfica, por meio da qual passou a imprimir todas as suas páginas em cores. O fato de ser colorido também passou a atrair mais publicidade, que se tornou 30% mais cara. Essa modernização foi necessária à imprensa de todo o país para criar o seu auto-sustento e caracterizou uma nova fase do jornalismo, onde o marketing se tornou fundamental: o jornal, agora, se caracterizava como uma mercadoria que discursava sobre outras mercadorias.

Abreu entrevistou vários jovens jornalistas brasileiros que chamaram a atenção para o fato de que, sem o marketing, sem a preocupação comercial e sem a participação de todos na vendagem, o jornal desapareceria:

Alguns consideram que fazer um bom jornal que não vende, ou porque a empresa e os jornalistas não têm a visão adequada de seu público, ou porque não se preocupam com a gestão administrativa, significa uma incapacidade de acompanhar as mudanças. Ficar de costas para o mercado significaria, no fim das contas, a morte do jornal e do próprio jornalismo (ABREU, 2002, p. 32).

Nesse aspecto, o *Correio do Estado* foi privilegiado em Mato Grosso do Sul por estar sediado na cidade onde está localizado o comércio de maior expressão do Estado. No período de nossa análise (1995-2000), a iniciativa privada passou a representar a maior parte dos anunciantes – uma média de 80%. Eventualmente a empresa passava por fases em que esse setor representava 100% da publicidade. O usual, porém, era o setor público ter participação de 15 a 20% na receita publicitária do periódico.

Segundo o departamento comercial do jornal, entre 1995 e 2000 o jornal circulava em 58 municípios do Estado e sua tiragem variava de 18 a 20 mil exemplares diários. Sua venda se fazia 48% nas bancas e 52% por assinatura. Porém, a venda avulsa conseguia

superar a assinatura nos dias em que a manchete principal era de grande impacto na população<sup>32</sup>.

Em 1995, o *Correio do Estado* já possuía uma estrutura e funcionamento de um grande jornal: contava com mais de 100 funcionários e correspondentes em Brasília (DF), quando apenas os periódicos de referência nacional contavam com jornalistas na capital brasileira. Além da sucursal em Dourados, também contava com correspondentes nos municípios de Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas, Aquidauana e Corumbá.

Seu formato era *standart* e era impresso com uma média de 24 páginas e três cadernos: A (opinião, geral, política, economia, política), B (cultura), C (classificados), além do suplemento semanal chamado *Correio Infantil*. No período de 1995 a 2000, foi o periódico que registrou a maior circulação no Estado dentre os demais existentes.

Como em *O Progresso*, o *Correio do Estado* também priorizava assuntos que pautassem conflitos. Segundo o editor Dante Filho, essa escolha se refletia nas vendas, pois dependendo do impacto que a manchete de capa exercesse sobre a população, o “consumo” poderia aumentar ou diminuir (09 dez. 2004). Quando o assunto foi o MST, percebemos que aquela prática era comum: as notícias receberam destaque de acordo com o conflito gerado.

Um importante fator a comentar sobre o *Correio do Estado* é o hábito dele anunciar sobre si mesmo, em suas páginas, como um jornal com independência editorial, assunto que já comentamos anteriormente como uma representação. Mas o periódico afirma que nenhum anunciante, nenhuma empresa, nenhuma consideração de ordem comercial interfere em suas notícias, artigos, colunas, ensaios, charges e fotos que o jornal publica: “O jornal faz questão de veicular as idéias de todas as correntes de opinião que existem na sociedade” (CE, 07 fev. 2004).

Dante Filho disse que esta afirmação tem origem no fato do jornal ser sustentado pelos anúncios da iniciativa privada e não depender da publicidade estatal. Vejamos, então, outros aspectos da construção de tal “imparcialidade”.

### **2.3 A (im)parcialidade da imprensa sob o olhar do historiador**

---

<sup>32</sup> A edição do dia 27 de setembro de 1976 é um exemplo dessa afirmação. Naquele dia, o jornal divulgou a prisão dos seqüestradores que mataram o jovem Lúdio Martins Coelho Filho, de família tradicional e politicamente influente no Estado, e teve que fazer duas impressões extras para atender a demanda dos leitores. Foram impressos 23.575 exemplares, um recorde para a época.



Nas páginas de um jornal visualizamos diversos elementos históricos da sociedade em ação e interação. Analisando o seu produto final, conseguimos compreender como um determinado fato foi percebido e que elementos dele foram reforçados ou esquecidos no registro transmitido à população.

A notícia é o principal produto da imprensa e o único que não tem o objetivo de expressar opiniões. A seguir, o significado dos outros documentos publicados nos jornais, baseado no glossário de Lage (1987) e no vocabulário crítico de Erbolato (2003):

- Anúncio – texto e ou imagem, cujo espaço ocupado no jornal é pago por um patrocinador identificado. O anúncio visa estimular o público a adquirir o produto anunciado, que pode ser também um bem simbólico;
- Artigo – texto elaborado por leitores ou outras pessoas externas ao jornal e que não são necessariamente jornalistas, sobre assuntos escolhidos pelo autor e que geralmente é publicado sem custo para quem o escreve;
- Carta de leitor – texto endereçado ao jornal por leitor identificado com o objetivo de elogiar, criticar ou sugerir dados sobre determinado assunto. Por meio das cartas de leitores pode-se ter uma amostragem de como a sociedade se posiciona ante as informações publicadas naquele periódico. Alguns autores, inclusive, utilizam este documento para estudos de opinião pública;
- Charge – desenho que ironiza fatos, pessoas ou situações. É utilizada com frequência para criticar políticos ou acontecimentos políticos e tem força de um editorial;
- Editorial – texto que representa o pensamento da direção do jornal. Pode ser escrito tanto pelo proprietário como por um editor afinado com a linha política do veículo;
- Nota de coluna – texto curto em coluna, que é uma seção especializada do jornal (social, de política, de economia, etc.), publicada com regularidade e de responsabilidade do jornalista identificado. No nosso caso, encontramos referência em coluna de política.

Como a maior parte dos documentos selecionados para nossa análise é constituída por notícias e acreditamos que este tipo de documento jornalístico é o mais complexo entre os demais, consideramos necessária a discussão das suas principais características.

É considerada notícia toda transformação ou enunciação observável no mundo julgada como de interesse para o público e relatada a partir do fato mais importante ou interessante, sendo cada fato relatado a partir do aspecto mais importante ou interessante (LAGE,1987, p. 16). Nela os fatos são expostos e não narrados, diferentemente da narrativa, que organiza os eventos na mesma ordem em que teriam ocorrido, no tempo.

A notícia é escrita a partir normas e técnicas que objetivam lhe conferir o caráter de isenta e impessoal. Sua redação sempre se apresenta na terceira pessoa e deve ser descritiva e rigorosa no sentido de não expressar juízo ou valor. Ela deve informar o que aconteceu, porque, quando, onde, como e quem estava envolvido, apresentando-se com ou sem imagens (fotografias ou ilustrações). As suas fontes de informação variam: podem ser os atores do acontecimento, as suas vítimas ou as suas testemunhas; os comunicados oficiais, os documentos ou os relatos parciais, etc. O fundamental é que o texto noticioso publique o depoimento de todas os lados envolvidos no evento para que o leitor conheça e tire as suas próprias conclusões.

Os relatos de fatos nacionais ou internacionais publicados na imprensa geralmente são provenientes de agências de notícias, que são empresas produtoras e distribuidoras de notícias a um conjunto de veículos de informação, mediante pagamento<sup>33</sup>. A nenhum jornal seria possível manter correspondentes ou enviados especiais em todas as cidades do mundo, portanto a solução é recorrer às agências. O presente trabalho também analisa esses documentos, que são facilmente reconhecidos porque são impressos, obrigatoriamente, com a identificação de sua procedência.

Vamos considerar, ainda, os *releases* divulgados em forma de notícias, pois a prática de sua publicação é comum em *O Progresso* e no *Correio do Estado*. O *release* tem o mesmo objetivo do anúncio: estimular o público a adquirir determinado produto, mas neste caso o produto é geralmente um bem simbólico. A diferença entre os dois é que o *release* dificilmente tem seu patrocinador identificado como tal e os leitores menos informados consideram-no tão informativo quanto a notícia, colaborando, assim, para que a empresa que o produziu atinja os seus objetivos.

---

<sup>33</sup> A primeira agência de notícias no mundo foi a Havas, criada em 1835, na França, por Charles Havas, com transmissões feitas por telégrafo ótico (ERBOLATO, 2003, p. 199). No Brasil, entre 1995 a 2000, a principal era a *Agência Estado*, da qual tanto *O Progresso* como o *Correio do Estado* eram assinantes.

A publicação de *releases* na íntegra torna os jornais pouco profissionais quanto ao respeito das normas de produção de notícias, há pouco discutidas. Mesmo que as assessorias de imprensa redijam um texto com objetividade, ele sempre será nitidamente parcial, pois a seleção dos fatos expostos é feita de acordo com interesses empresariais e não de acordo com o que é importante para o público leitor. Para a nossa análise, este tipo de documento jornalístico é importante porque nos mostrará aspectos significativos dos ideais, compromissos e interesses de grupos sociais específicos, inclusive as relações comerciais do jornal com eles.

Algumas notícias recebem destaque nas páginas do jornal, ocupando manchetes ou chamadas de capa. Manchete é o “título principal de um jornal ou de uma página. Eventualmente pode ocorrer uma manchete fotográfica, foto que domina a página” (LAGE, 1987, p. 59). Já a chamada é um “título, com resumo de uma matéria<sup>34</sup>, ilustrado ou não, publicado geralmente na primeira página dos jornais ou em capas de revistas, com a finalidade de chamar a atenção do leitor. A chamada indica, no final, a página interna em que pode ser lida a notícia” (ERBOLATO, 2003, p. 242). São merecedoras de chamada somente as matérias julgadas pelos editores como as mais importantes, com as quais o periódico acredita atrair o leitor para que este se sinta motivado a “consumir” o jornal.

As chamadas também foram selecionadas para nosso estudo e foram consideradas como um documento a mais para análise das representações do MST nos jornais. Quanto às manchetes, estas foram consideradas como um elemento a mais do documento.

A produção de uma notícia, pelos veículos de comunicação, começa na seleção dos muitos assuntos que chegam à redação através de informantes, agências, repórteres, redatores, correspondentes, enviados especiais e assessorias de imprensa. É comum o jornal destinado ao grande público optar pelos fatos que interfiram na vida das pessoas, como os aspectos social, econômico ou político (LAGE, 1987, p. 39).

Conquistar um público para si é o objetivo de todos os jornais. Com essa intenção, os editores preocupam-se e têm o cuidado desde a escolha à maneira de melhor apresentar a notícia, tanto quanto à redação como tecnicamente. Porém, as técnicas empregadas sempre estão em conformidade com a linha editorial da empresa, ou seja, com a política interna que define as diretrizes ideológicas do veículo de comunicação e serve como um guia para o jornalista no seu trabalho. É a linha editorial que diferencia um jornal de outro e, ao mesmo tempo em que é pouco confortável para a atividade jornalística, ela também

---

<sup>34</sup> Matéria é o texto produzido pela redação de um jornal, que também podemos utilizar como sinônimo de notícia.

tenta impedir os “excessos de criatividade” dos redatores na reconstrução dos fatos relatados na notícia.

Uma das características da notícia é o uso de uma linguagem simples e de fácil entendimento, pois o universo dos leitores compreende pessoas de diversas formações educacionais e culturais. O produto final precisa encontrar equilíbrio entre a linguagem formal própria da escrita com uma coloquial que compreende as expressões correntes da fala. Os textos são sempre em terceira pessoa porque precisam produzir um distanciamento do jornalista que o escreve e projetar uma imagem dele como um observador imparcial.

Adjetivos e substantivos cujos significados podem sofrer diversas interpretações devem ser evitados. As notícias não devem transmitir opinião do jornalista e este deve ouvir todos os lados envolvidos no acontecimento para deixar que o leitor tire suas próprias conclusões (LAGE, 1987, 34-46). Essa idéia da imparcialidade surgiu nos Estados Unidos no começo do século XX para contrapor ao modelo sensacionalista, que dava ênfase às histórias sentimentais e de crime que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias da população (LAGE, 1987, p. 15). O modelo passou a ser adotado no Brasil a partir dos últimos anos da década de 1950 e permanece até hoje. Ele também serve para agilizar o trabalho do repórter, já que este profissional deve cobrir mais de uma pauta em sua jornada de trabalho diária, que é de cinco horas.

A apresentação da notícia, portanto, colabora para que os leitores creiam que o jornal apresenta os fatos tais como são. Qualquer tipo de interpretação fica mascarado nos textos jornalísticos, em nome de fatos que falam por si, quando na verdade os fatos falam quando são abordados pelos jornalistas, que também decidem em que ordem e em que contexto eles devem aparecer. Segundo Erbolato (2003, p. 78), a maioria das pessoas tem confiança do que lê no jornal, pois ele representaria a verdade. Porém, a idéia de verdade, segundo Lage (1987, p. 25), está “restrita ao conceito clássico de adequação do enunciado aos fatos. Do ponto de vista técnico, a notícia não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político; o que importa é se *de fato aconteceu aquilo (...)*”. Nós, os historiadores, sabemos que os fatos são sempre construídos e reconstruídos.

A notícia é freqüentemente reescrita, condensada, traduzida, submetida a critérios de edição. Todo esse processo segue uma divisão de trabalho que pode variar de acordo com o veículo de comunicação, mas que comumente faz com que textos passem pela mão de mais de uma pessoa até chegar ao leitor. As escolhas, as ênfases e as omissões dos aspectos noticiosos são realizadas por meio de um processo de uma sucessão de filtros, que removem todos os elementos indesejáveis e apresentam os enunciados de acordo com os

interesses das pessoas envolvidas. Portanto, a objetividade – paradigma do jornalismo moderno – é fluída.

Como vimos, a enunciação jornalística está sujeita a um conjunto de procedimentos de seleção e exclusão que determinam as condições de possibilidade e circulação dos discursos, reduzindo a amplitude de conteúdos a serem comunicados. Lage considera o universo das notícias como o das aparências do mundo:

(...) o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por detrás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam (1987, p. 22-23).

As notícias permitem o conhecimento dos aspectos do mundo que o grupo que as produziu julgou como importantes a serem divulgados. Nessa ação seletiva, alguns fatos são priorizados em detrimento de outros, ou seja, as notícias já chegam ao público carregadas de representações. Essas representações participam do cotidiano da população e acabam se tornando senso comum naquela sociedade.

Portanto, na era da sociedade do espetáculo, em que os indivíduos se afastam do mundo vivido por meio de imagens que o representam, os meios de comunicação são lugares privilegiados para a produção e a circulação de representações sociais, pois eles estão presentes no dia-a-dia das pessoas, ocupando o seu tempo livre por meio das mais variadas formas de produtos espetaculares: informação, lazer, publicidade.

Por isso o historiador deve ficar atento às particularidades do fazer jornalístico. As técnicas para a produção das notícias servem para padronizar e facilitar o trabalho da redação, que deve ser ágil, mas também colaboram para fazer circular o discurso dominante, a partir da determinação do que é importante ser divulgado, como e de que forma, com uma linguagem que lhe confere o *status* de isento.

Outro aspecto a considerar sobre a notícia é a origem do poder conferido à imprensa de poder dizer algo: ele nasceu ligado à censura. Quando surgiu, na Europa, em meados do século XV, a imprensa era influenciada pelo poder político da Igreja, que proibia todo tipo de impresso que atentasse contra os bons costumes da fé. Posteriormente, passou a ser controlada por leis existentes até hoje, que sustentam um discurso jurídico com regras e punições aos jornalistas, funcionando como uma garantia para a “imparcialidade” (MARIANI, 1998).

A primeira lei de imprensa brasileira foi criada no ano da independência, em 1822, uma réplica da lei portuguesa, criada no ano anterior. A partir dela, podemos visualizar o

que se construiu no século XIX: os jornais deviam defender o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades. Até hoje, ao prescrever o que pode ser dito, a lei de imprensa também determina o que não pode ser dito. E externar idéias contra os interesses dominantes, por exemplo, pertence ao campo do que não pode ser dito<sup>35</sup>.

Ao longo dos séculos XIX e XX, essa vigilância e delação, uma vez legalizadas pelo poder judiciário, passaram por um processo de naturalização. A imprensa acabou incorporando o discurso jurídico e construiu uma imagem de si mesma que é o da isenção, fruto da necessidade de preservar a ética. Com isso, a imprensa acredita estar informando, embora o fato de agir dentro da lei nada mais seja do que se manter ajustada ao modelo do sujeito dominante.

A imprensa imprime uma imagem de si mesma (e acredita nisso) de que exerce uma atividade que apenas mediatiza – ou fala sobre – um mundo objetivo, da forma mais literal possível. E é devido ao mito da informação objetiva que se construiu sobre ela que a sociedade passou a dar muito valor e credibilidade ao seu discurso. Essa representação ganha força por meio de estratégias da própria produção jornalística, como as práticas usadas para que a notícia se apresente como isenta e impessoal.

A valorização do discurso jornalístico fez com que ele se constituísse no que Bourdieu denomina de “discurso de autoridade”, que encerra em si mesmo o princípio de um poder que reside nas condições institucionais de sua produção e de sua recepção:

A especificidade do discurso de autoridade [...] reside no fato de que não basta que ele seja compreendido [...], é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento [...] somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro [...], conhecido e reconhecido pela sua habilidade e também apto a produzir essa classe particular de discursos [...]; deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos [...], devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas (BOURDIEU, 1998, p. 91).

Devido à autoridade que a imprensa conquistou como anunciadora da verdade, ela se tornou um dos instrumentos da sociedade moderna mais competitivos na construção de

---

<sup>35</sup> A lei de imprensa em vigor no Brasil – Lei nº 6.520/67 – foi criada sob a égide do regime militar e inspirada na ideologia da segurança nacional. Ela foi um importante instrumento de censura dos meios de comunicação durante aquele governo autoritário e não se presta para promover os ideais de uma sociedade democrática. Nela constam como crime, por exemplo, a utilização de provas que denunciam as autoridades, pois isso significaria subversão da ordem política e social. A pena, inclusive, é de prisão do jornalista responsável. Somente em 1991, três anos depois da Constituição de 1988, uma nova lei começou a ser debatida na Câmara Federal, porém sem resultados concretos até o momento. Apesar da liberdade de imprensa ser um bem coletivo, uma lei que a regulamente ainda é aspiração muito mais dos profissionais da área do que da população ou de grupos sociais politicamente atuantes.

representações, pois ao mediá-las, a imprensa permite que elas sejam apropriadas, pelo receptor, como verdade social.

Por isso o historiador não deve perder de vista o fato de que o texto jornalístico é resultado de uma montagem, mesmo que inconsciente, dos grupos que o produziram e que o produto final resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntariamente ou não – determinada imagem da sociedade. Assim, como qualquer outro documento, o jornal registra alguns aspectos da história cotidiana e outros acabam sendo deixados de lado, permitindo aos seus leitores que construam uma imagem do mundo que na verdade é “pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso, mas por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados” (CARR, 1982, p.16).

Mesmo procurando se mostrar imparcial e democrática ao abrir espaço para as mais diversas vozes da sociedade, o certo é que a imprensa publiciza as falas da sociedade que materializam o que Fiorin (1998) designa de discurso dominante, que se manifesta por muitos textos diferentes. Ou seja, “o indivíduo não fala o que quer, mas o que as formações discursivas querem que ele fale” (p. 16). O que muda, segundo o autor, é que cada pessoa textualiza diferentemente os temas e as figuras repetidos na maior parte dos discursos produzidos de uma dada época.

Assim, os jornais funcionam construindo um modelo de compreensão da realidade que interessa aos grupos dominantes, apesar de, historicamente, se mostrarem como veículos neutros e imparciais. A leitura dos discursos neles expressos permite ao pesquisador acompanhar o movimento das idéias e as verdades sociais que circulam na época. O confronto das falas, que exprimem ideologias e práticas, o permite captar o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses próprios.

Outra característica a considerar é que a imprensa, mesmo exercendo uma função pública e social ao difundir informações, pertence a empresas que precisam sobreviver e ter lucros. A maior fonte de onde provêm suas receitas é o anunciante. Quanto a isso, Capelato (1988) alerta que é preciso ter atenção aos compromissos que os jornais estabelecem na esfera privada, pois na maioria das vezes os acordos não desaparecem quando atuam na esfera pública e as suas informações assumem características mercadológicas. Mesmo que os veículos de comunicação se autodenominem independentes editorialmente – principalmente quando possuem certa estrutura financeira

que o permite decidir pela exclusão de textos comerciais que ferem o princípio ético da informação – são tantos os fatores que interferem na produção e publicação das notícias que podemos afirmar que eles podem se aproximar do conceito de independência, mas nunca chegaram a exercê-la, de fato.

Após essa apresentação das características da produção jornalística, não podemos pensar os meios de comunicação como fiéis e totais representantes da sociedade. É preciso pensá-los inseridos em uma estrutura industrial, não só de propriedade, mas de produção de notícias (que consideramos bens simbólicos). Porém, temos que ter o cuidado de não construir uma visão simplista de que eles reforçam os valores das classes dominantes simplesmente por serem propriedades capitalistas. A relação é mais sutil e se dá por meio da influência dos valores fortes da sociedade de onde ela é produzida e da qual se encontra a serviço. Devemos pensar, ainda, que a imprensa também influencia o seu público por meio da construção de novos valores ou pela apropriação que cada um faz de suas mensagens.

A reprodução dos valores dominantes está presente na própria rotina jornalística: a busca pela imparcialidade no fundo contribui para que os meios de comunicação transmitam o pensamento que predomina naquela sociedade, ainda que os jornais não se considerem a serviço de grupos específicos. Já a forma em que os jornais atuam determinando valores se dá por meio do critério da seletividade, pois nessa prática eles impõem seus próprios critérios às matérias-primas (os fatos), apropriando-se delas, interrogando-as, transformando-as e selecionando o que é importante no que as fontes dizem.

Percebemos, então, que a imparcialidade dos dois periódicos sul-mato-grossenses era uma forma de representação sobre si mesmos, mas não uma realidade concreta, pois os vínculos comerciais, políticos e ideológicos das empresas jornalísticas influenciavam na produção de suas notícias. Porém, apesar de várias características comuns entre os veículos de comunicação – como a aproximação de ambos a grupos conservadores –, *O Progresso* e o *Correio do Estado* também possuíam algumas diferenças ideológicas.

*O Progresso* se mostrava um pouco mais progressista (ou menos conservador) em suas opiniões sobre a sociedade e as posições que assumia refletiram nos julgamentos que ele emitiu sobre a organização do MST, como veremos adiante. Avaliamos que isso se construiu em função de outros vínculos estabelecidos pela proprietária do jornal durante sua história de vida em Dourados. A região de Dourados é a mais urbanizada e populosa de



Mato Grosso do Sul e possui uma maior diferenciação em seus extratos sociais e uma densa história política, onde o trabalhismo nasceu com força junto à CAND e permaneceu com os herdeiros da colônia.

As idéias de Adiles mais alinhadas à classe trabalhadora ficaram refletidas no seu comportamento em relação ao governo petista: embora a empresária não tivesse estabelecido o acordo comercial almejado com Zeca do PT, o seu periódico não saiu para o ataque daquela administração pública, como fez o *Correio do Estado*: sua ação foi apenas de silêncio. Outro aspecto a considerar sobre essa postura é que o referido político recebeu sua expressiva votação na cidade de Dourados (o maior percentual de todo MS) tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições de 1998, o que de certo modo refletia uma configuração eleitoral e de correlação das forças políticas que se conformaria na eleição da prefeitura em 2000, com a vitória do PT.

Deve-se salientar para o caso, também, que em função da estratégia interiorana do jornal *O Progresso*, os assuntos relativos ao governo sediado na capital interessavam menos enquanto pauta, ao contrário do diário de Campo Grande. Mas, insistimos: o trabalhismo tem limites, como veremos no capítulo seguinte, ao analisarmos o tratamento que *O Progresso* deu à presença política do MST na região, quando este movimento colocou em risco ou ameaçou os interesses rurais e os valores sociais e políticos dominantes, dos quais o jornal é um dos porta-vozes e também interessado indiretamente, já que sua dependência financeira está a eles vinculados.

Já o *Correio do Estado* se mostrou extremamente conservador em várias de suas posições e acreditamos que essa característica foi única desde sua fundação, nos tempos da UDN. O jornal foi criado por grupos pertencentes à classe política mais de direita do Estado que sempre esteve no poder, articulada aos ruralistas de grande influência regional. Essas pessoas são provenientes das famílias mais tradicionais de Campo Grande, cidade onde o *Correio do Estado* está sediado e que se constituiu por meio de grandes propriedades de terras.

Entre 1995 a 2000, percebemos que *O Correio do Estado* continuava preso a esses grupos e que seus vínculos ideológicos também refletiram nas opiniões que ele emitiu sobre o governo petista, quando este ainda estava articulado às forças sociais de esquerda que o elegeram. Identificamos esse comportamento também com relação ao MST, que vamos apresentar por meio da análise de todos os textos publicados no periódico que fizeram referência ao movimento, explorando não apenas o que o jornal disse, mas também

como ele disse e o que não disse, mas deixou transparecer sobre como pensavam, o que desejavam, como viam o mundo os responsáveis pela sua produção. Essa análise está a seguir, no terceiro capítulo.

## CAPÍTULO III

### REPRESENTAÇÕES DO MST NA IMPRENSA DE MATO GROSSO DO SUL

Como discutimos no capítulo anterior, a produção de um jornal é influenciada pela representação que todos os sujeitos por ele responsáveis têm da verdade. Eles, empregando critérios de imparcialidade e seletividade, contribuem mais ainda para que imprensa publicize o discurso dominante e conseqüentemente, os seus valores. Partindo dessa premissa, explicaremos o que visualizamos nos documentos de *O Progresso* e do *Correio do Estado* sobre o MST e como os organizamos para a análise das representações.

A leitura preliminar para levantamento e seleção dos documentos de *O Progresso* foi feita em sua grande maioria no Centro de Documentação da UFMS / Câmpus de Dourados e em menor parte – apenas os exemplares não encontrados no arquivo - na sede do jornal. Já a do *Correio do Estado* foi realizada na sede da empresa, pois era o único lugar que dispunha de arquivo.

Todos os documentos para análise foram disponibilizados para cópias pessoais e ou para venda. Os de *O Progresso* foram fotocopiados e encadernados. Os do *Correio do Estado* tiveram alguns fotocopiados e alguns originais comprados, já que a norma da empresa é vender os exemplares antigos disponíveis e apenas liberar para fotocópias as edições esgotadas.

Foram encontrados e selecionados 394 documentos em *O Progresso* e 252 no *Correio do Estado* que fizeram referência direta ou indireta ao MST, no período de 1995 a 2000. As referências diretas são aquelas em que o nome do movimento foi citado; as indiretas são aquelas em que o nome não apareceu de forma explícita, mas o documento abordava algum fato já registrado que o citava, ou possuía imagem que fazia alusão ao movimento, como a sua bandeira, entre outras.

A diferença do número se justifica pelo assunto pautado e pela área de circulação dos periódicos: em ambos, o principal fato que deu origem às notícias foi os conflitos oriundos da ocupação de propriedades rurais. Como esses acontecimentos se concentraram principalmente no sul do Estado, onde está o público leitor de *O Progresso*, este deu maior tratamento jornalístico para o episódio.

Neste jornal douradense, a maioria das notícias sobre o movimento foi publicada no primeiro caderno, junto às referentes ao cotidiano da cidade, à política, à economia, aos assuntos da capital do Estado e do país ou na página policial; outras figuraram no caderno Municípios, onde estavam localizados os assuntos externos a Dourados; e outras foram impressas no suplemento rural. Em 1996, foi criado um caderno específico para o esporte, porém contendo assuntos diversos, como política nacional, agricultura e crime, também incluindo o MST. Em 1999 foi criado o caderno Dia-a-Dia, que como o nome já diz, passou a ser editado com notícias do dia-a-dia de Dourados e ali também encontramos registros de fatos relacionados ao MST.

Já no *Correio do Estado*, a maioria das notícias sobre o movimento foi publicada no caderno A, junto às classificadas como “geral”. Em proporção bem menor, algumas ocuparam as páginas: economia, entrevista, Brasil e política. Por duas vezes apareceram no caderno B e uma vez no C que, apesar de ser destinado aos classificados, eventualmente trazia notícias<sup>36</sup>.

Apenas vamos analisar, de forma individual, os editoriais. É comum a direção dos periódicos estabelecer parâmetros ideológicos para a escolha de pautas das notícias como também do espaço destinado aos artigos, às cartas de leitores, às notas de coluna e aos anúncios (este em menor grau). Conhecendo o pensamento da diretoria sobre o assunto, saberemos se essa relação também foi estabelecida em *O Progresso* e no *Correio do Estado*.

De forma geral foram noticiados os seguintes fatos relacionados ao MST:

- Ações do movimento: ocupação de propriedades e de órgãos públicos, atos públicos, reuniões com os governos, congressos e reuniões internos, apropriação de alimentos de caminhões que transportavam alimentos nas

---

<sup>36</sup> O três cadernos foram publicados durante os seis anos sempre com os mesmos conteúdos. Em 1998 sofreram modificações no *layout* e na nomenclatura das páginas, passando a identificá-las como de economia, geral, política, polícia, etc., o que podemos visualizar na tabela 9, nos Anexos.

rodovias próximas aos acampamentos, exposição de fotografias, cursos de formação política para militantes e crianças do movimento, criação de cooperativas, denúncias de desvio de dinheiro público, apoio ao retorno dos brasiguaios para o Brasil e incorporação dos mesmos no movimento, e ações cotidianas do grupo nos acampamentos, como abate de bois, desmatamento da área, organização, fome, mística, atividade agrícola;

- Ações do governo: liberação de verbas para desapropriar terras ou investir nos assentamentos, decretos para evitar ocupações de fazendas, cadastramento de sem-terra para o programa de reforma agrária, pesquisa sobre o perfil dos acampados, suspensão de atividades em órgãos públicos, mandatos de reintegração de posse, julgamento de atos do movimento;
- Ações dos movimentos organizados contrários às ações do MST (UDR, MNP): atos públicos, reunião com governos, etc;
- Ações da polícia nos acampamentos e nos atos públicos do MST: despejo de sem-terra para efetivação de reintegração de posse, confronto armado, etc;
- Intriga ou aproximação entre o MST e outros movimentos sociais de luta pela terra e disputa por terras e por associados, conflitos ou alinhamento ideológico, etc;
- Morte violenta de líderes de sem-terra;
- Estatísticas sobre número de acampados;
- acusações mútuas entre representantes do governo e líderes MST e entre fazendeiros organizados em associações de classe e líderes do MST;
- Opiniões de outros grupos sobre o MST, como políticos, comerciantes, professores, população, etc.

Para facilitar o trabalho de consulta – agora no arquivo pessoal – os documentos foram listados em duas tabelas, cada uma referente a um dos jornais em estudo, incluídas nos Anexos (tabelas 8 e 9), construídas com seis colunas, como no modelo a seguir:

**Tabela 2 - Exemplo da listagem dos documentos**

<b>código</b>	<b>data</b>	<b>Título</b>	<b>página</b>	<b>orig</b>	<b>imag</b>
CE95001	14 e 15/01/1995	Sem-terra são despejados da Fazenda Palmeira	CA, p. 05	red	não

Onde:

- A primeira coluna mostra um código construído apenas para organizar o arquivo de consulta, onde os primeiros dígitos expressos em letras correspondem ao nome jornal, o primeiro e o segundo dígito numérico correspondem ao ano de publicação, e os três últimos dígitos representam a ordem de aparição do documento no jornal. Essa classificação em ordem de aparição foi importante devido à seleção de mais de um documento publicado no mesmo dia, algumas vezes na mesma página.
- A segunda coluna corresponde à data de publicação;
- Na terceira coluna está o título do documento;
- A quarta coluna identifica a página onde o documento está impresso no jornal;
- A quinta coluna expressa a origem do documento, ou seja, se foi redigido pela equipe jornalística (matéria ou charge), se veio de agência ou assessoria, se é artigo de leitor, editorial ou anúncio;
- E a sexta coluna informa se o documento possui imagem.

O documento do exemplo exposto, portanto, é assim interpretado: é o primeiro de 1995, retirado do jornal *Correio do Estado*, impresso na página 05 do caderno A, redigido pela própria equipe do jornal (que chamamos de redação) e não possui imagem.

Organizados, portanto, todos os documentos da pesquisa, a etapa seguinte foi iniciar a primeira análise, que considerou todos os elementos do documento ao mesmo tempo – os títulos, o corpo dos textos e as imagens: quando esses se apresentaram juntos, foram estudados juntos, buscando-se entender a mensagem geral do conjunto.

Na leitura dos documentos percebemos que o MST foi qualificado de diferentes formas. Identificamos 16 adjetivos atribuídos a ele: baderneiro, comunista, corrupto, criminoso, guerrilheiro, ilegal, ilegítimo, justo, ladrão, organizado, pacífico, perigoso, político, revolucionário, socialista e violento. Alguns foram imputados ao movimento de forma direta; outros foram nomeados por nós de acordo com a nossa leitura. Por exemplo: quando o texto diz que o MST tem intenção de tomar o poder através da revolução no campo como aconteceu na Rússia em 1913, ele não nomeia o movimento de comunista. Mas nós entendemos que sim e pela nossa leitura consideramos que o MST é percebido como tal e assim criamos o adjetivo “comunista”.

Construímos uma tabela para exemplificar os elementos encontrados através desta primeira leitura. Na coluna da esquerda está a identificação do adjetivo percebido e na da direita está um fragmento de textos de cada jornal que corresponde ao adjetivo. Quando nesta segunda coluna aparece referência de apenas um jornal é porque o outro periódico não apresentou aquela característica.

**Tabela 3 - Adjetivos atribuídos ao MST**

Adjetivos	Fragmentos dos textos dos jornais
<b>Baderneiro</b>	<p>Não é possível continuar prestigiando o autoritarismo e a baderna. É preciso restaurar a ordem, inclusive com o uso da força, se necessário. Ou vamos esperar que o MST decida, tomando o vazio deixado pelo governo, restabelecer a ordem e a lei...? (OP, 23 mar. 1998).</p> <p>Os sem-terra que ocuparam o Incra passaram o dia de ontem em frente ao prédio ou jogando baralho dentro da sala de reunião. Outros deitaram nos sofás. O número de crianças no local é grande e local ficou tumultuado. Uma bagunça na avaliação dos funcionários (CE, 13 jun. 1995).</p>
<b>Comunista</b>	<p>(...) Segundo o ex-ministro, “o MST não passa de um braço de uma esquerda que vive sonhando com o retorno do comunismo” (OP, 27 fev. 1997).</p> <p>Os líderes do MST ainda acham que vão tomar o poder através da revolução no campo. O mesmo só aconteceu na Rússia em 1913. Só que eles esqueceram que o mundo agora é outro. Eles não conhecem os conceitos rudimentares de democracia (CE, 28 nov. 1999).</p>
<b>Corrupto</b>	<p>(...) a Polícia Federal deve investigar as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em mais quatro Estados. (...) Os cálculos indicam que até R\$ 64,2 milhões poderiam ser desviados a título de “pedágio” cobrado pelo MST. (...) “A apuração da PF vai dizer para onde está indo o dinheiro desviado”, afirmou. “Isso pode estar subsidiando outra atividade do movimento que ainda não conhecemos”, suspeitou o ministro (OP, 16 out. 2000).</p> <p>A Polícia Federal de Naviraí começou a investigar denúncias de 20 parceiros de Itaquiraí (...) de que o MST (Movimento dos Sem-Terra) está cobrando ‘pedágio’ de até 3% sobre os recursos liberados para custeio, fomento e outros benefícios nestas áreas. (...) Segundo ele [o assentado Valdeci Pinto Oliveira], mais de 70% dos assentados querem deixar o MST, mas não sabem o que fazer, porque se não tiverem assinaturas dos técnicos ligados à entidade não há como receber os créditos contratados. (...) Um dos coordenadores do MST em Mato Grosso do Sul, Egídio Bruneto, afirmou que a entidade não vai comentar o assunto, dizendo que desconhece este termo pedágio. “Nós temos de informar a quem interessa e não a imprensa”, negando-se a explicar por que a entidade cobra dos assentados para que estes tenham o direito a receber o dinheiro público (sai do bolso de cada cidadão, através de impostos) (CE, 04 dez. 2000).</p>
<b>Criminoso</b>	<p>(...) o administrador de fazendas José Carlos dos Santos e seu funcionário Odair José Rodrigues, denunciaram os sem-terra acampados em uma área da Fazenda Santo Antônio (...) ao chegarem na porteira da fazenda, foram surpreendidos por uma saraivada de balas em direção à caminhonete, que ficou cravada de balas. Odair acabou levando um tiro no nariz, que transfixiou</p>

	<p>no lado direito da cabeça, próximo à orelha e está internado em um hospital de Naviraí (<i>OP</i>, 09 set. 1999).</p> <p>As ações colocaram em risco o objetivo de cada um deles, já que para ser assentado pelo Incra, o sem-terra não pode ter antecedentes criminais. Foi aberto inquérito policial pela Polícia Civil que está apurando as duas investidas, que poderá resultar em acusações como assalto a mão armada, formação de quadrilhas e até mesmo seqüestro, porque os sem-terra obrigaram os motoristas a levar a carga até o acampamento, sob ameaça de foices e facões (<i>CE</i>, 23 fev. 1996).</p>
<b>Guerrilheiro</b>	<p>Na reunião de ontem na Assembléia Legislativa, deputados e ruralistas analisaram a cartilha que o MST usou no curso de formação de lideranças de base, realizado em Sidrolândia que reuniu militantes de seis (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, México e Paraguai) dos dezoito países convidados. “As orientações passadas no curso mostram que eles não querem terra, querem guerra”, disse Paulo Corrêa (<i>OP</i>, 19 mai. 1999).</p> <p>“Ernesto Guevara de Serna, o Che, nasceu na Argentina, na província de Rosário, em 14 de julho de 1928. Mesmo sofrendo de asma, foi um menino que se destacava pela força de vontade, pelo espírito de auto-superação, pela capacidade de liderança, pela perseverança, pela sua atitude de querer saber a fundo as coisas e pelo seu espírito de solidariedade”. Essas referências altaneiras sobre o guerrilheiro que foi um dos braços direitos de Fidel Castro, que há 40 anos vem se mantendo como ditador de Cuba, constam de cartilha distribuída para crianças em idade escolar e que participaram do II Congresso dos Sem-Terrinha, realizado de 8 a 12 de outubro (...) na capital (<i>CE</i>, 27 dez. 1999).</p>
<b>Ilegal</b>	<p>Embora a alegação maior seja a fome, a verdade é que na medida que o movimento começa a transgredir a lei e a fugir das normas, a coisa tende a ficar complicada. O MST tem um propósito legítimo que é a Reforma Agrária, mas nem por isso pode-se burlar as regras (<i>OP</i>, 15 fev. 1996).</p> <p>Ele chama o Movimento dos Sem-Terra (MST) de MSTSL (Movimento dos Sem-Terra e dos Sem Lei). “Vamos tratar os invasores como marginais, como foras-da-lei e freqüentadores das páginas policiais” (<i>CE</i>, 17 mar. 1997).</p>
<b>Ilegítimo</b>	<p>Outras pessoas, no entanto, não parecem precisar da terra como meio de subsistência. Um dos coordenadores disse informalmente durante a confraternização do dia 11 de julho no Campo Verde que possui imóvel em Terenos e Campo Grande. (...) “O desemprego está grande na cidade; a gente tem que fazer uma aventura para ver se consegue um pedaço de terra para sobreviver”, desabafou a terceira pessoa” (<i>OP</i>, 16 jul. 1996).</p> <p>Mais de 90% dos sem-terra, na verdade, vivem e trabalham nas cidades, só vestindo o uniforme do MST em finais de semana e feriados, quando se deslocam para os acampamentos, dando, então, a visão politicamente correta do movimento. Além disso, há uma estrutura eficiente de organização que garante a manutenção da luta pela terra, em que todos contribuem com uma pequena cota em dinheiro para que tudo funcione em caráter permanente (<i>CE</i>, 21 nov. 1999).</p>
<b>Justo</b>	<p>Comerciantes e moradores apóiam o movimento dos sem-terra. Eles consideram justo o movimento e acham que a presença deles não causa nenhum perigo para a cidade (<i>OP</i>, 20 mar. 1995).</p>



<b>Ladrão</b>	<p>Esta não é a primeira vez que os sem-terra saqueiam caminhões na estrada. (...) Saquear cargas é um crime sério, um atentado contra o patrimônio alheio, da mesma forma que um ladrão entra na casa sorrateiramente para roubar (OP, 22 jun. 1995).</p> <p>Um grupo de sem-terra estimado em mais de 1.500 pessoas, que estão acampadas em Mundo Novo (...), invadiu a Fazenda Savana II, localizada no município de Japorã, para roubar e matar 26 bois, duas novilhas e um cavalo, segundo queixa registrada pelo administrador da Fazenda (...). A coordenação regional do MST confirmou a invasão e o roubo dos bois... (CE, 04 ago. 1998).</p>
<b>Organizado</b>	<p>Existem nove equipes, de higiene, saúde, alimentação, segurança, religião, trabalho, esporte educação e a coordenação geral. A cidade é dividida em núcleos, agrupando as famílias que vieram de um mesmo local, cada um com seu responsável (OP, 20 mar. 1995).</p> <p>O acampamento dos sem-terra tem um regime interno rígido, que as lideranças fazem cumprir à risca. (...) as famílias se dividem em grupos (...) Os barracos, feitos de lona, são separados e recebem uma numeração de acordo com os grupos. (...) Nos grupos de famílias são escolhidos líderes que ficam responsáveis por determinadas tarefas. Um é designado para cuidar da segurança, outra fica responsável pela saúde, um terceiro pela higiene e ainda há os encarregados da alimentação, da educação, dos barracos, do esporte, sem contar com uma pessoa responsável pela liturgia. (...) A agilidade dos sem-terra em se organizar para fazer uma invasão também impressiona (CE, 14 mar. 1997).</p>
<b>Pacífico</b>	<p>O coordenador disse que, apesar da situação crítica, não existe nenhuma intenção dos sem-terra de invadir Itaquiraí e promover saques no comércio. “A população é nossa aliada e não inimiga” (OP, 16 mar. 1995).</p>
<b>Perigoso</b>	<p>As aulas nas escolas do município de Itaquiraí foram suspensas pela prefeitura da cidade, sob a alegação de que as famílias de sem-terra estão ameaçando invadir instituições de ensino e saquear supermercados. Pelo menos 40 homens da Polícia Militar estão na cidade com o objetivo de evitar novas manifestações (...) A situação na cidade é tensa (CE, 17 mar. 1995).</p>
<b>Político</b>	<p>(...) o MST passou a se nortear, essencialmente, como um movimento político partidário de esquerda e está levando, em alguns casos, seus membros para o abismo. Obviamente que os sem-terra tem liberdade para defender o partido político que desejarem. Mas daí transformar o MST de um movimento reivindicatório em instrumento político e de pressão social é, em suma, desviar-se da finalidade (OP, 27 fev. 1997).</p> <p>O MST lança uma nova investida na sua luta por um pedaço de terra. em Mato Grosso do Sul. As famílias que estavam acampadas a alguns quilômetros do município de Bandeirantes (região Norte) estão na Capital, onde pretendem manter uma longa vigília até que o Inkra destine novas áreas para assentamento no interior do Estado. A decisão dos sem-terra, entretanto, não deixa dúvidas de que está muito mais próxima de se transformar num ato político, do que propriamente atender a luta por uma causa justa (CE, 29 jul. 1996).</p>
<b>Revolucionário</b>	<p>Agora não vê quem não tem olhos de ver que a coisa começa a adquirir contornos semi-revolucionários. São invasões, dezenas delas, e a ameaça de</p>

	<p>continuar com essas ações à margem da lei, contando inclusive com a participação de novos participantes, que seriam trabalhadores urbanos agora convidados a integrar grupos de invasores (<i>OP</i>, 09 out. 1995).</p> <p>O senador Lúdio Coelho (PSDB) acusou ontem o Movimento dos Sem-Terra (MST) de protagonizar uma ação revolucionária que quer tomar conta do País a partir do campo (<i>CE</i>, 18 mar. 1997)</p>
<b>Socialista</b>	<p>Na reportagem do jornal [Estado de São Paulo], os ministrantes disseram que “para se chegar a reforma agrária, e ao socialismo, serão necessárias todas as formas de lutas possível, tendo sempre em mente o poder” (<i>OP</i>, 29 jun. 1995).</p> <p>Pregando o socialismo, o MST arrasta famílias e desempregados para conflitos no campo” (<i>CE</i>, 14 mar. 1997).</p>
<b>Violento</b>	<p>Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – invadiram ontem a fazenda Indiana em Japorã, comarca de Mundo Novo e após espancar e seqüestrar os dois funcionários, entre os quais o capataz, acabaram “fechando” o gado no curral, onde abateram 27 animais (<i>OP</i>, 03 ago. 1998).</p> <p>(...) ao resistir à invasão [o segurança] teve as mãos amarradas para trás e o braço direito quebrado. Seus dois auxiliares (...) também foram amarrados do mesmo modo (...) Um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, explicou que a invasão deveria ser pacífica, porém houve reação por parte dos vigilantes, o que provocou violência por parte dos sem-terra (<i>CE</i>, 17 jun. 1996).</p>

Após a identificação e levantamento de todos os adjetivos atribuídos ao MST, percebemos que todos eles imputavam valores às ações do movimento, ora de forma positiva, ora negativa. Em uma segunda leitura, visualizamos naqueles adjetivos três grandes conjuntos de valores: legais, morais e políticos.

A presença de valores no cotidiano da sociedade é explicado por Heller (1989, p. 4-8), que afirma que “o decurso da história é o processo de construção de valores”, conceituado por ela como “tudo aquilo que produz diretamente a explicitação da essência humana ou é condição para tal explicitação”, e considerado existente “independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais”. Ou seja, os valores fazem parte da vida da humanidade, dão movimento à sua história, mesmo que ela não se dê conta disso.

A identificação dos valores tornou o caminho teórico mais claro, pois eles são determinantes para a existência das representações sociais. Para Lefebvre (1978), representar é colocar em perspectiva e valorar ao mesmo tempo. Ao discutir a força das representações, o autor argumenta que isso é possível devido aos valores a elas agregados, seja positivamente ou negativamente:

O mundo atual, em vez de interpretar a vida com símbolos, figuras e fatos históricos, produz signos e imagens e, principalmente, representações. Representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos. Representações que simulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades (...) Uma série de pares reaparecem, recriados por essas representações, modificados e despidos de movimento: agora o par *bom* e *mau* se transforma em *bom* ou *mal*, assim como o puro ou impuro, masculino ou feminino, amigo ou inimigo, sagrado ou profano, luz ou trevas (LUFTI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 95).

Foram exatamente dualidades o que encontramos nas representações do MST, nos periódicos estudados: legal ou ilegal; violento ou pacífico. O próprio jornal *Correio do Estado*, em seu editorial de novembro de 2000, percebeu esse fato e o escreveu de forma direta: “Qualquer referência ao MST, abre-se o flanco do contra ou a favor. Não há alternativa” (*CE*, 10 nov. 2000).

De acordo com Moscovici (2003), nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos do mundo, é próprio das representações, que assim permitem às pessoas se comunicarem e se orientarem em seu mundo material e social, controlando-o. O que é importante considerar sobre representações, ainda, é que mesmo nascendo de determinados grupos da sociedade, elas se dirigem a todos e são incorporadas no devir social, deslocando os verdadeiros fins da relação do sujeito (indivíduo ou grupo) com o objeto, que são a dominação e a exploração. Assim, os dominantes, através da representação, reforçando alguns aspectos do objeto e deixando outros de lado, podem, sem mentir, passar uma imagem que perpetua dominação.

E é exatamente a imagem do MST reforçada na produção dos textos e imagens publicados nos jornais que pretendemos estudar. Na análise dos documentos, vamos identificar que aspectos do movimento foram fortalecidos ou esquecidos nos relatos de fatos que o envolveram, relacionando esses aspectos com os valores da sociedade da qual os jornais fazem parte.

Como já identificamos os valores, optamos por criar uma categoria para cada um e nelas enquadrar os documentos a serem analisados, de acordo com as suas representações:

a) valores legais – estão de acordo com a concepção de “legal”, aqui considerada como “lei jurídica”:

A lei jurídica ordinária é uma regra elaborada pelo legislador, para ordenar, dirigir o comportamento do homem que vive em sociedade, determinando como deve ser sua conduta (...) a lei jurídica se faz imperativa, porque é a fórmula de um comportamento que deve ser mantido em determinada circunstância. Descreve como deve ser o comportamento e o que deve ser obedecido como se

fosse um imperativo do dever e, com isso, haverá a possibilidade do Poder Público intervir com a força, em defesa do direito ameaçado ou violado, a fim de manter, efetivamente, a vida em comum na sociedade (DOWER, 1996, p. 11).

Os documentos enquadrados nesta categoria referem-se às ações do MST julgadas como de acordo ou não na lei, como ocupação de propriedade privada, roubo, desvio de dinheiro público, porte ilegal de arma e desacato à autoridade;

b) valores morais: estão de acordo com o conceito de “moral”, aqui entendido como regras, normas, valores e motivações que governam o agir e a conduta humana (LOGOS, 1989, p. 956). A noção de regra e de norma é distinta da noção de lei. A regra pode ser isenta de necessidade. Norma é uma regra que concerne apenas às ações humanas e não tem por si valor necessitante: por exemplo, as normas de natureza moral não são coercitivas como as leis jurídicas (ABBAGNANO, 2000, p. 601).

Os textos aqui enquadrados referem-se a qualidades atribuídas ao MST e aos seguidores do movimento no julgamento de sua conduta – como justos, pacíficos, violentos e baderneiros.

c) valores políticos: construídos a partir do conceito de “política”, aqui entendido como o governo dos homens e a administração das coisas. “Como tal, é susceptível de ser considerada como arte, como ciência, como ideologia, como filosofia, como metafísica, como ética e como teologia” (LOGOS, 1989, p. 330). No caso, vamos considerar a ideologia, compreendida pela referida enciclopédia de filosofia como “justificação do poder, como o seu ponto de honra perante as massas que domina ou intenta dominar, como o símbolo daquilo que importa crer” (p. 331).

Aqui se enquadram os textos que se referem às ações do MST com características ideológicas, como as de pressão ao governo: ocupações de propriedades rurais já em processo de desapropriação, saques a caminhões de alimentos para negociar cestas básicas com o Incra, ocupação de espaços públicos para exposição das reivindicações do movimento (caminhadas em ruas ou rodovias, reuniões com o governo, manifestação em praças públicas, acampamentos em órgãos públicos); reuniões e congressos internos para decidir as diretrizes da luta do movimento; uso de crianças nas caminhadas e como linha de frente nas ocupações de terra e conflitos com a polícia; disputas políticas com outros movimentos sociais rurais, legitimidade do movimento enquanto representante dos sem-terra e relação do MST com práticas e doutrinas como o comunismo, a guerrilha, a revolução e o socialismo.

Essa sistematização facilitou muito a interpretação do conteúdo dos documentos. Seguindo o referido caminho teórico-metodológico, identificamos a frequência e ou a ausência dos valores, que geraram os dados expressos nas tabelas a seguir, a serem analisados adiante.

**Tabela 4 - OP: valores expressos nos documentos**

<b>Valores</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Políticos</b>	123	81	204
<b>Legais</b>	22	138	160
<b>Morais</b>	24	6	30
<b>TOTAL</b>	169	225	394

**Tabela 5 - OP: valores expressos nos editoriais**

<b>Valores</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Políticos</b>	2	5	7
<b>Legais</b>	2	7	9
<b>morais</b>	5	2	7
<b>TOTAL</b>	9	14	23

**Tabela 6 - CE: valores expressos nos documentos**

<b>Valores</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Políticos</b>	54	63	117
<b>Legais</b>	8	118	126
<b>Morais</b>	4	5	9
<b>TOTAL</b>	66	186	252

**Tabela 7 - CE: valores expressos nos editoriais**

Valores	Positivos	Negativos	TOTAL
Políticos	0	6	6
Legais	0	10	10
morais	0	2	2
TOTAL	0	18	18

### **3.1 Valores da sociedade nas páginas dos jornais**

O período de 1995 a 2000 foi muito significativo para o MST no que diz respeito à aparição de seu nome na imprensa de Mato Grosso do Sul. Em números, foram 646 referências feitas a ele, contabilizando os jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*. A partir dos dados das tabelas construídas, vamos analisar como o movimento foi representado nesses documentos, que aspectos de sua luta foram priorizados e ressaltados e quais deles se tornaram recorrentes.

A principal e mais importante constatação é que ambos os jornais fortaleceram os aspectos negativos do MST. Como percebemos nos números expressos nas tabelas 4 e 6, em *O Progresso*, 57% dos documentos reforçaram as características negativas, ou seja, 225 em 394; no *Correio do Estado*, foram 74%, ou seja, 186 referências entre 252. Somando o resultado estatístico dos dois periódicos, temos 64% dos documentos expressando antipatia ao movimento.

O principal valor responsável por essas representações foi o legal. Nos dois jornais, o ato dos sem-terra em ocupar propriedades rurais alheias foi a questão mais presente. Dos 160 documentos de *O Progresso* que se basearam naqueles valores, 138 eram de antipatia, ou seja, 86%; no *Correio do Estado*, o grau de reprovação foi ainda maior: em 126 documentos, 118 julgaram ilegais os atos do MST, o que representa 94% do total.

Esses dados não surpreendem na medida em que considerarmos a força do significado da propriedade privada em nossa sociedade, que encontra nas propostas do MST uma ameaça à ordem estabelecida. No Brasil, a propriedade possuiu valor estratégico e simbólico, como foi visto no primeiro capítulo: quanto mais terra, maior o poder de

influência. Em Mato Grosso do Sul, Estado que se formou e tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias, o valor simbólico da terra assume grande expressão. Inclusive, a maioria de sua classe política é constituída por fazendeiros.

A propriedade privada é um direito garantido na constituição brasileira (artigo 5º, inciso XXII) e se constitui em um dos pilares do capitalismo. O MST, ao propor novas formas de acesso e uso da propriedade da terra, perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade capitalista. Cada sociedade produz representações de acordo com os seus valores e tem, na imprensa, uma instituição que, no ato de noticiar, põe em circulação essas representações e reforça os seus valores. Assim, o valor simbólico que a propriedade privada carrega foi tema de muitas notícias que se referiram ao movimento.

Defender esse direito garantido por lei contra as investidas dos movimentos sociais é, inclusive, a principal bandeira da luta dos ruralistas organizados em associações como a União Democrática Ruralista e o Movimento Nacional dos Produtores e o tema que permeou todos os seus discursos noticiados na imprensa, por nós identificados. Em agosto de 1997, esta última entidade, juntamente com a Federação da Agricultura de MS – Famasul, Associação dos Criadores de MS – Acrisul, Sindicato dos Pecuaristas de Gado de Corte de MS e Sindicato Rural de Campo Grande, enviou à Assembléia Legislativa do Estado um documento, cujo conteúdo exposto abaixo representa a força do significado do direito de propriedade:

O direito de propriedade é, segundo consenso dos autores e opinião unânime dos religiosos e teólogos *sérios*, anterior à própria lei. Esta se baseia naquele. Sem o direito de propriedade garantido não há lei que sobreviva, não existe sociedade que se organize e nem justiça que se imponha ... (OP, 28 ago. 1997 e CE, 29 ago. 1997)<sup>37</sup>. (Grifo nosso).

Ou seja, o direito de propriedade privada assume um valor mais forte do que a própria lei! De fato, o conceito de propriedade foi construído antes de qualquer legislação, ainda na Roma Antiga. Mas o que devemos considerar como fundamental para o valor que ela assume no Brasil é a origem do seu direito individual garantido na legislação do país. A atual constituição brasileira – bem como as que as antecederam – foi inspirada no primeiro código civil da França (1804). Dois terços deste reservou-se à razão de ser burguês na

---

<sup>37</sup> Ao nomear alguns religiosos e teólogos como “sérios”, o discurso das associações ruralistas parte do pressuposto de que existem os “não sérios”. Os qualificados por eles de forma negativa são os integrantes da CPT, entidade da Igreja Católica que congrega religiosos que apóiam a luta organizada pelos movimentos sociais rurais, como discutimos no primeiro capítulo.

terra: a propriedade. Pela lei, ela estava liberta do domínio feudal e protegida do Estado, pois se alegava que ela era anterior a este último. A posse e a venda ficaram facilitadas e ao proprietário foi garantida a mais ampla liberdade e poderes no que dizia respeito ao uso de sua propriedade.

No Brasil, o acesso às áreas devolutas por contrato de compra e venda começou a existir a partir da Lei de Terras, em 1850 (Lei nº 601), quando a terra passou a ter valor econômico e deixou ser concedida por meio de sesmarias ou posses livres. Segundo Martins (1984), a lei foi criada exatamente no período da abolição da escravatura (em 1850 cessa o tráfico negreiro) para evitar que os trabalhadores livres viessem a ocupar o território brasileiro, que também era livre. Para o autor, isso esvaziaria do campo a população de trabalhadores, já que todos podiam ter a sua propriedade. Com a lei, as pessoas só teriam acesso à terra quando tivessem recursos para comprá-la. Esse sociólogo também atribui à economia cafeeira outro fator que influenciou a legislação, pois era preciso limitar a posse aos imigrantes estrangeiros que para cá vieram para trabalhar nos cafezais.

A Lei nº 601 vigorou até a mudança do regime imperial e a promulgação da 1ª constituição Republicana, em 1891. Com a implantação do sistema federativo, os estados-membros passaram a ter o domínio das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios. Nesse momento, ela passa a ser utilizada como forma de poder das oligarquias regionais, que passaram a distribuí-la de acordo com seus interesses políticos e econômicos. O sistema corroborou para o nascimento e o fortalecimento dos poderes locais. Como os presidentes da República foram geralmente sustentados no poder central na medida em que reconheciam a independência local e regional dos políticos, isso implicava em tolerar a existência de exércitos privados desses chefes políticos para proteção de suas posses, realidade que só passou a se modificar a partir do Estado Novo, que comentamos no primeiro capítulo.

Já o conceito de função social de propriedade somente apareceu na legislação brasileira em 1964, por meio do Estatuto da Terra, pois já não se podia ignorar as desigualdades sociais provocadas pela monopolização da propriedade por parte de poucas pessoas. Apesar da lei prever a desapropriação de terras que não cumprem sua função social, percebemos que, desde 1964, isso somente aconteceu em função da explosão de focos da organização social. Dessa forma, pela necessidade de "apaziguar" os ânimos dos



trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, etc., foram feitas algumas restrições ao direito de propriedade e concedidos alguns direitos a eles.

Mas foi somente a Constituição de 1988 que se referiu expressamente à função social da propriedade em diversos artigos (artigo 5º, inciso XXIII, que trata da função social da propriedade como elemento para sua defesa; artigo 170, inciso III, que fala da função social da propriedade como princípio da atividade econômica; art. 182, parágrafo 2º, que limita a função social da propriedade urbana e art. 184, referente à propriedade rural).

Ou seja, em 1988 foi instituído, de forma clara, que o direito de propriedade só poderia ser garantido se esta cumprisse com sua função social da propriedade. Embora a lei preveja a desapropriação por interesse social, sempre foi garantida a prévia indenização de seu proprietário, o que significa que a concentração da terra continua, invariavelmente, a se revestir em concentração de riquezas. Mesmo para aquela área que não cumpre a sua função social e é desapropriada e indenizada mediante títulos da dívida pública, ainda existe a possibilidade de se negociar e trocar esses títulos por dinheiro à vista, através de negociações com instituições financeiras, que chegam até a superfaturar os valores destes títulos.

Atualmente, a atuação dos movimentos sociais e de suas práticas inovadoras vem conquistando a aplicação da lei, mas também vem ganhando muitos opositores, que não aceitam a perda das suas posses. O conflito social, por colocar em embate valores, garantias e interesses, é um momento em que a justiça pode ser facilmente questionável. Nos conflitos agrários, por exemplo, o que seria mais justo: o interesse individual do proprietário ou o interesse coletivo da comunidade? Na verdade, a resolução desses impasses sofre influência das ideologias sobre as quais está construída a sociedade, dos questionamentos sociais, das relações de poder e da correlação de forças dentro dessa relação de poder. Como a acumulação de capital é um valor que se sobrepõe à função social da propriedade no Brasil, os interesses individuais geralmente são priorizados.

Seguindo essa lógica, já podemos visualizar como o MST se tornou visível na imprensa: é caracterizado como invasor, não respeitador do direito de propriedade privada. Já o aspecto legal da luta do movimento, que é reivindicar os imóveis rurais que não cumprem sua função social – cuja desapropriação para reforma agrária está prevista na constituição – foi raramente mencionado.

Na seqüência, inserimos uma charge do jornal *O Progresso* publicada em 12 de julho de 1999 que representa a “invasão” de uma fazenda pelo MST. Notamos que a propriedade foi ilustrada como sendo ocupada pelo boi e o MST “atacou” a terra por meio de uma ação surpresa:



Figura 2 – Charge do MST “agarrando” a terra

Porém, em nossa análise confirmamos que boa parte das propriedades ocupadas pelos sem-terra já tinha sido legalmente considerada de interesse social para a reforma, mas enfrentavam um processo burocrático para desapropriação, que só veio a se efetivar, de fato, a partir das pressões dos movimentos rurais. Esses aspectos também foram representados de forma positiva pelos jornais, porém em menor proporção.

Quanto às representações baseadas nos valores morais, elas se apresentaram em poucos documentos nos dois periódicos – 30 em *O Progresso* e 9 no *Correio do Estado* – e reforçaram mais os aspectos positivos, em detrimento aos negativos – no primeiro jornal, 6 eram de antipatia, ou seja, 20%; no segundo, foram 5, ou seja, 55%.

Os valores morais são um dos mais complexos da humanidade, mas também os mais representativos da explicitação da essência humana, à qual Heller (1989) se referiu, pois eles surgem na vida social para orientar as ações humanas e regular a relação entre as

pessoas. É através deles que a sociedade emite juízos sobre a conduta dos indivíduos, baseando-se nas definições de bom/mau, bem/mal, certo/errado. Porém, eles são válidos apenas em um contexto específico, no quadro de uma cultura determinada.

Pensemos então no MST: questionar a função social da propriedade diferencia a conduta do movimento se comparada aos demais indivíduos da mesma sociedade à qual pertence, sociedade esta que normalmente utiliza a terra para a reprodução do capitalismo. Considerando a concepção de sujeito dominante e dado que a constituição da sua identidade supõe a construção da figura do outro, o MST ocupa o lugar do “outro”, que Mariani traduz como o lugar do “Mal”:

É possível [...] compreender que há um consenso instaurado sócio-historicamente sobre o que é o Mal. Creio ser possível dizer, em termos discursivos, que se trata, - o Bem/campo do Mesmo e o Mal/campo do Outro – de dois sentidos estabilizados e em circulação, ambos capazes de promover a identificação *a priori*, em função do efeito de reconhecimento, das situações em que os homens de bem estão sendo respeitados ou aquelas em que eles podem vir a ser atingidos em seus direitos de posse (MARIANI, 1998, p. 84).

Aqui está um exemplo explícito da ambivalência das representações, que assim se apresentam para desambigüisar o mundo e fazer com que cada objeto seja nomeado, reconhecido e controlado por todo o grupo a ele pertencente. No caso do MST, o “Mal” foi representado nos documentos que o qualificaram como violentos e o “Bem” foi representado pela qualidade de justos e pacíficos. De acordo com Lefebvre (1978), a interpretação do mundo através de representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos é uma característica forte das representações sociais para simular a vida e dissimular as relações concretas.

Com relação aos valores políticos, apenas no jornal *Correio do Estado* a maioria dos documentos evidenciou os aspectos negativos: de 117 documentos, 63 eram de antipatia, ou seja, 54%; já no jornal *O Progresso*, dos 204 documentos que expressavam valores políticos, 123 reforçaram os aspectos positivos, ou seja, 60%. Os valores políticos presentes nos documentos estão relacionados às representações da ideologia do MST, percebidas pela imprensa tanto nas ações organizadas dos sem-terra como também nos discursos das lideranças, onde são expostas as diretrizes do movimento.

Os números de *O Progresso* dão a impressão de que o MST foi visto, politicamente, de forma positiva, mas isso não ocorreu. O que sucedeu é que, ciente da força política que o MST estava conquistando por meio da mobilização de suas bases – o

que ficou comprovado com o aumento do número de desapropriações – o jornal procurou pautar a forma de luta do MST, ou seja, mostrar a ele que certas ações eram válidas e deveriam ser assumidas pelo movimento, pois assim eles seriam representados de forma positiva pelo jornal e ganhariam simpatia da população.

Essa “sugestão” de como agir foi transmitida pelos editoriais (como veremos adiante), que aconselharam ao MST a não “burlar as regras” ou “ferir os princípios da lei”, nem se comportar de maneira “sectária” como vinha fazendo até então, “incitando” a violência e a “baderna” por meio dos saques e invasões, mas reivindicar pela terra lançando mão de atos “pacíficos”. O jornal se referia a ações que não levavam os sem-terra para o embate com o governo ou fazendeiros, como caminhadas em vias públicas, vigílias em frente a órgãos públicos, reuniões com representantes do governo, todas noticiadas no periódico representando o movimento como reivindicador aberto a diálogo e ordeiro. As manifestações que de fato traziam resultado para a luta pela terra o jornal representou de forma negativa.

Com o passar do tempo, como as ações do movimento se tornaram mais contundentes e não atendiam às expectativas de *O Progresso*, este passou a enquadrar o MST como um movimento “político e de pressão social” desviado de sua finalidade, que deveria ser a reforma agrária. Essa representação passou a ser recorrente a partir de 1997. No *Correio do Estado*, ao contrário, essa representação esteve presente desde 1995, no ano inicial de nossa análise.

O principal fator que deu força às representações políticas negativas do MST foi o seu vínculo com a esquerda, tanto em termos político-partidários – no caso sua aproximação com o PT – como em termos ideológicos. Esquerda e direita caracterizam distintas concepções sociais e econômicas de modelos políticos diferentes. O fato de a primeira ser vista com antipatia pela sociedade ocidental é assim explicada por Orlandi: “na instância do político, a ‘direita’ sofre um processo de naturalização pelo qual é normal ser de direita; a esquerda, ao contrário, é um exercício de alteração do normal, sendo posto como aquilo que pode fazer o mal” (MARIANI, 1998, p. 10). Novamente temos aqui a idéia do “outro”, que exemplifica a visão maniqueísta do mundo, que separa o bem do mal. Assim, o MST foi representado como comunista, manipulador de trabalhadores, revolucionário que incentivava a guerrilha para tomar o poder.

Apresentados, portanto, a origem dos valores presentes nas representações do MST, vamos demonstrar, a seguir, as particularidades de cada periódico.

### 3.1 Valores morais

Optamos por discorrer primeiro sobre os documentos que se referiram aos valores morais porque eles aparecem, essencialmente, nos primeiros anos de nosso recorte temporal. Em *O Progresso* a predominância de aspectos morais positivos se deve, em boa parte, aos editoriais. Porém, eles também estavam presentes em notícias e artigos, que se concentraram no ano de 1995. As representações construídas sobre o MST foram “justo” e “pacífico”. Entendemos que a noção de justiça está relacionada às representações positivas que muitos grupos do sul do Estado criaram a partir da experiência da CAND e que tiveram, em alguns documentos do jornal douradense, a explicitação de seu discurso.

O MST, apesar de apresentar uma luta antiga no Brasil, é um movimento novo. Em Mato Grosso do Sul, ele foi um dos primeiros a se organizar oficialmente. Moscovici (2003) lembra que o desconhecido é perturbador e só abandona essa condição ao se tornar conhecido. Nesse processo de “familiarização do novo”, as pessoas identificam-no com o já conhecido e para isso fazem uso das representações.

Por isso, acreditamos que as primeiras representações do MST foram positivas devido a uma relação que muitos fizeram da proposta do movimento com a CAND, considerada o primeiro projeto de reforma agrária na região da Grande Dourados. Com o passar do tempo, quando diferentes ações do MST passaram a ser explicitadas e ele passou a mostrar que tinha o seu próprio projeto de reforma agrária, outros valores passaram a ser considerados nas representações em *O Progresso* e as características negativas prevaleceram.

Em 1995, as notícias do jornal douradense demonstraram certa comoção devido às condições de pobreza dos acampados em Itaquiraí. Percebemos que o jornal procurou direcionar suas entrevistas para demonstrar que aquela situação se constituía em um problema social e que aquelas famílias lutavam por uma causa justa e por isso deveriam ser atendidas.

Duas notícias publicadas no dia 20 de março de 1995 representaram bem essa postura. Uma delas baseou-se em entrevistas com comerciantes e moradores urbanos de Itaquiraí, nas quais eles se manifestaram favoráveis à luta do movimento e consideravam-na justa, assim como a presença dos sem-terra não apresentava nenhum perigo para a cidade. A declaração da inexistência do perigo foi uma contraposição do que estava sendo divulgado por outros veículos de comunicação, a exemplo do *Correio do Estado*.

As notícias divulgadas pelo *Correio do Estado* construíram uma imagem de aqueles trabalhadores rurais eram uma ameaça à população urbana, que temia por ataques e saques. Porém, ninguém chegou a ser entrevistado. Esse mesmo fato foi tratado de forma diferente pelo *O Progresso*, que foi à cidade, entrevistou pessoas e registrou os seguintes depoimentos: “Eles merecem a terra”; “A cidade melhorou muito desde que fizeram o assentamento. Acho que esse povo deveria ser assentado aqui porque a cidade vai ganhar com isso” (*OP*, 20 mar. 1995).

Mas o clima de medo construído pela imprensa era forte. Comprovamos isso também em *O Progresso*: sua equipe de reportagem foi até o acampamento na fazenda Sul Bonito e ficou “impressionada” com a boa receptividade no local, o que nos leva a crer que ela temia que fosse diferente. O repórter assim relatou: “O coordenador Emerson Giacomeli fez questão de mostrar todo o acampamento, desfazendo a impressão divulgada pela própria imprensa de que os sem-terra são violentos, conforme a opinião da classe dominante” (*OP*, 20 mar. 1995). Ou seja, já existia uma imagem negativa construída anteriormente.

Ao se referir à “opinião da classe dominante”, o jornal incorporava, naquele momento, o discurso do MST em seu texto. Porém, como o discurso desfavorável ao movimento predominou por meio de segmentos influentes na sociedade e foi mais contundente a partir de 1997 devido à organização dos ruralistas, será este último que vai prevalecer em *O Progresso*.

Outra questão tratada pelos dois jornais foi a presença de crianças nos acampamentos. Sabemos que embora o MST também seja composto por solteiros, sua luta é construída principalmente pela mobilização de famílias – e nelas estão marido, esposa e filhos. Esse símbolo está claramente explicitado em sua bandeira, onde homem e mulher aparecem lado a lado, representando a unidade familiar:



Figura 3 – Foto de bandeira do MST<sup>38</sup>

No *Correio do Estado*, a participação das crianças foi destacada como uma ação irracional do MST, como ficou reforçado no editorial de julho de 1996: “impor às crianças todo tipo de sofrimentos, com riscos, inclusive de atropelamentos nas rodovias, chuva, frio e fome, para justificar a causa, não pode ser considerado um movimento organizado e racional” (*CE*, 27 jul. 1996).

Em 1997, o assunto foi retomado pelo *Correio do Estado* quando o jornal cobriu as ações dos sem-terra no acampamento na fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí:

São crianças que estão perdendo a infância embaixo de barracos de lona... (...) O caso (...) não vem sendo acompanhado por nenhum órgão governamental, como o Juizado da Infância e Juventude. Existem cerca de 30 acampamentos de sem-terra em Mato Grosso do Sul com dezenas de crianças. O próprio MST faz destes menores uma bandeira, para comover autoridades, na luta pela posse da terra (*CE*, 17 mar. 1997).

O lado positivo da matéria foi a denúncia do descaso governamental da questão social instalada no Estado, visivelmente representada nos acampamentos. Mas o negativo

---

<sup>38</sup> Fonte: Jornal *Correio do Estado*, 06 mai. 2000.

foi a interpretação simplista sobre a presença das crianças no local. A característica peculiar do MST de envolver todas as pessoas da família na luta pela terra foi mais uma forma de organização criticada pelo jornal, que publicou uma foto de crianças trabalhando.

É comum no cotidiano das famílias trabalhadoras do meio urbano que os filhos auxiliem os pais nas tarefas domésticas e a ação não se caracteriza como exploração da mão-de-obra infantil. Porém, a publicação da foto ilustrando os filhos dos trabalhadores rurais ajudando com a louça não pretendeu mostrar isso. Baseados no conteúdo da notícia acima citada, percebemos que o jornal foi tendencioso ao escolher aquela imagem para acompanhar a matéria. Foi uma forma sutil de forçar os leitores a questionarem a conduta das famílias sem-terra para com suas crianças e a formarem a mesma opinião do periódico de que aqueles menores estavam sendo “usados” pelo MST para pressionar o governo. Aliás, o texto não citava a prática do trabalho infantil no acampamento: o fato ficou registrado apenas na fotografia, que ocupou um espaço maior do que aquele na página, demonstrando a intenção do editor de destacar o conteúdo da ilustração.



**Figura 4 – Foto de crianças no acampamento na Fazenda Santo Antônio**

Quanto ao *O Progresso*, este jornal nunca questionou o fato. Apenas citou, em 1995, a privação econômica das famílias acampadas em Itaquiraí e a morte de sete menores causada pela falta de alimentos. Aliás, foi nessa matéria que identificamos a única imagem registrada pelo jornal apenas de crianças, retratando atividades comuns da infância tanto de ricos como de pobres, como brincar de carrinho:





**Figura 5 – Foto de crianças em acampamento em Itaquiraí**

As matérias de *O Progresso* publicadas no começo de 1995 foram bem recebidas por simpatizantes e apoiadores da luta do MST, como identificamos em uma carta e em um artigo, cada um de um leitor do jornal. A carta foi da professora Ceres Morais, da área de História da UFMS, Câmpus de Dourados. Ela elogiou a isenção do jornal no relato da situação dos sem-terra acampados em Itaquiraí:

Pela primeira vez um órgão de imprensa tratou o problema das famílias acampadas com absoluta independência, reconhecendo que elas não apresentam ameaça alguma para as pessoas que moram na cidade e a importância do Movimento dos Sem-Terra e seu verdadeiro objetivo na luta pela reforma agrária (*OP*, 20 mar. 1995).

Já o artigo publicado foi do professor Cláudio Freire de Souza, da área de Educação da UFMS, também do Câmpus de Dourados. Ele expôs o mesmo ponto de vista que defendemos em nossa tese: as representações de que os trabalhadores sem-terra representavam perigo à segurança do Estado na verdade escondiam o medo que vários grupos tinham das forças populares e que isso representasse para o seu poder político. O artigo ainda identificava os sem-terra como os expropriados do campo que foram obrigados a vir para a cidade, local que não possuía a estrutura necessária para atendê-los, onde passaram a ser favelados, sem perspectivas, e tratados, por todos os governos, de “forma desrespeitosa como se fossem forasteiros vagabundos” (*OP*, 19 abr. 1995).

Porém, a maioria dos documentos analisados em *O Progresso* não considerava legítimo o vínculo de trabalhadores urbanos no MST como fazia o leitor citado, nem mesmo a direção do jornal, apesar desta reconhecer que os sem-terra foram excluídos do campo por políticas agrícolas passadas. Eles foram representados como interesseiros que se aproveitavam de um problema social para benefício próprio, em busca de receber terra gratuita do governo.

Aliás, a “aptidão” para o trabalho no campo foi o mais importante critério do governo federal para incluir as famílias nos projetos de assentamento, demonstrando a visão economicista da reforma agrária proposta pelo Estado em contraposição ao uso social da terra, proposto pelo MST, para acabar com o problema da fome e do desemprego no país. A partir disso o Incra desenvolveu seus próprios métodos de avaliação dos acampados no que se refere à sua habilidade com o trato da terra.

Em Mato Grosso do Sul, esse trabalho iniciou pelos sem-terras da Fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, onde se formou o maior acampamento do país, em 1997. O resultado da pesquisa concluiu que a maioria deles – incluindo quase a totalidade de seus coordenadores – não possuía perfil agrícola e estava desclassificada para o programa nacional de reforma agrária (*OP*, 07 out. 1997). Apesar da alegação dos dirigentes do movimento de que todos os acampados eram trabalhadores e mesmo os que nunca trabalharam na terra poderiam aprender a fazê-lo, *O Progresso* considerou o fato em seus editoriais seguintes como “infiltração de pessoas alheias e sem tendência para a labuta da terra” (*OP*, 08 out. 1997), que “enxergam nesse movimento uma oportunidade de ganhar dinheiro” (*OP*, 12 set. 2000).

A “infiltração” daquelas pessoas sem “perfil agrícola” foi apontada por editoriais de ambos os jornais como o fator responsável pelo abandono ou venda dos lotes pelos sem-terra contemplados (*OP* 08 out. 1997 e *CE* 09 abr. 1998). *O Correio do Estado* foi mais agressivo, sugerindo ao Incra “repassar o atestado de incompetência ao Movimento Sem-Terra, que tudo julga e nada faz para deter ‘o desvio de finalidade’ dentro do próprio meio” e aproveitou para dizer que a prática de venda servia para “mostrar à sociedade que dentro do movimento, que prega a justiça social e condena o Governo por qualquer ato em direção à reforma agrária, também existe a corrupção”.

A venda e o abandono de alguns lotes ocorreram, de fato, mas não pela única causa apontada pelos jornais. A principal foi a escassez ou muitas vezes a inexistência de recursos governamentais destinados aos assentamentos. O próprio *Correio do Estado*

publicara uma matéria (apesar de pouco visível pelo pequeno espaço que ocupou na página) com um depoimento do coordenador do MST, Egídio Bruneto, onde ele relatava a falta de estrutura nas propriedades, motivo que levava alguns trabalhadores a abandoná-las para viver em acampamentos à espera de terra melhor para serem assentadas (CE, 09 abr. 1996).

Esse fato reforça o que apontamos no primeiro capítulo sobre o governo federal: este não conseguia atender às demandas daqueles trabalhadores no que dizia respeito às informações técnicas e incentivos financeiros. Tanto que as oportunidades políticas que o movimento conquistou com a assistência que prestava às famílias preocuparam o governo, que logo tentou impedir esse crescimento do movimento ao mudar sua política agrária, em 1999.

E foi exatamente naquele ano que o tema voltou com força à pauta do *Correio do Estado*. O Incra divulgou uma pesquisa constatando alguns casos de famílias assentadas em Mato Grosso do Sul que venderam o lote após receberam crédito para construir casa e iniciar lavoura. Apesar daquelas pessoas só terem conseguido terra após passarem pelo critério de “vocação para administrar uma propriedade rural”, o jornal tentou evidenciar que isso acontecia porque as pessoas vinculadas ao movimento eram de origem urbana: “são pedreiros, eletricitistas, encanadores, motoristas ônibus e até taxistas, conforme levantamento feito pelo Incra” (CE, 21 nov. 1999). A insinua o do Incra era de que a existência (não comprovada) de “cursinhos sobre preparo do solo, plantio de cereais e produ o de hortifrutigranjeiros” freqüentados pelos trabalhadores conseguiam alterar a sele o efetuada pela entidade.

Para dar mais veridicidade àquelas insinua es, o *Correio do Estado* procurou evidenciar, com fotos, que os acampamentos ficavam abandonados durante a semana e lotados nos fins de semana, transformando-se em locais de lazer, com atividades como “jogos de carta, rodadas de terer  e chimarrão e muita conversa amistosa entre os amigos. Crianças e adolescentes jogam bola, nadam nos rios e córregos, correm pelos campos, ignorando a aparente miséria dos acampamentos” (CE, 21 nov. 1999). Essas imagens serão apresentadas e melhores discutidas no decorrer deste capítulo.

### 3.3 Valores legais

Nesta categoria de valores, os aspectos negativos foram maioria. As representações recorrentes sobre o MST nos dois jornais foram a de “invasor” e “saqueador”. Ambos os conceitos estão relacionados com a apropriação indevida e com a violência. Invadir é o ato de entrar violentamente em algum lugar e dele tomar posse. Esta palavra eventualmente foi substituída por “ocupar”, mas “invadir” predominou. Ocupar também se refere à conquista de espaço, mas pressupõe que aquele espaço esteja desocupado e representa uma ação de posse pacífica. A palavra “ocupação” é utilizada pelo MST, já que sua ação se baseia na reivindicação de propriedades improdutivas, ou seja, não ocupadas.

Saquear, em primeiro lugar, significa um ato feito por grupo. Em segundo, representa ação de roubo, que é realizado mediante violência ou ameaça. O ato praticado pelos sem-terra, porém, é denominado pelo movimento como “recuperação de alimentos”, ou seja, os alimentos que foram produzidos no campo agora retornam para seu lugar de origem, para alimentar os que lá vivem.

A seleção dessas palavras na construção dos textos jornalísticos remete ao que já falamos sobre as técnicas para a produção das notícias que, além de padronizar e facilitar o trabalho da redação, colabora para fazer circular o discurso dominante, a partir da determinação do que é importante ser divulgado, como e de que forma. Ou seja, optar por “invadir” em detrimento de “ocupar”, reproduz o pensamento e os valores que predominam naquela sociedade, ainda que o jornal não se considere a serviço de grupos determinados.

Além de invasor, outras notícias dos dois periódicos que se basearam em valores legais construíram representações do MST como “criminoso” e “perigoso” e tiveram a polícia como principal fonte de informação.

No *Correio do Estado*, as representações de perigoso e criminoso foram recorrentes desde 1995. Como já abordamos anteriormente, o jornal começou aquele ano redigindo uma série de matérias que noticiaram um clima de terrorismo em Itaquiraí devido ao medo da população urbana de um ataque dos sem-terra, apesar de nada disso ter acontecido e do movimento ter negado qualquer tipo de ameaça. Mesmo publicando as negativas das lideranças do movimento, os textos foram tendenciosos, os títulos afirmavam que os sem-terra estavam ameaçando saquear a cidade, as escolas estavam suspendendo as aulas com medo de uma invasão e a população estava tentando pressionar os acampados

para que estes deixassem o município. Não identificamos, porém, uma pessoa sequer entrevistada, além do prefeito (CE, 15, 16, 17 mar. 1995).

Em 1996, as ações do MST começaram a ser descritas no *Correio do Estado* como notícias típicas das páginas policiais (apesar de não ser), onde a principal fonte de informação foi a polícia. Essa tendência permaneceu durante todos os anos de análise e os textos se caracterizaram como uma cópia fiel aos boletins de ocorrência, sempre destacando a ação como criminosa.

Tomamos como exemplo duas matérias de fevereiro de 1996, que noticiaram a apropriação, pelos sem-terra, da carga de arroz de um caminhão na BR-163. O problema social do qual as famílias eram vítimas em nenhum momento foi pauta. A prioridade foi dizer que “os saqueadores poderão ser acusados por assalto a mão armada, formação de quadrilha e seqüestro...” (CE, 14 fev. 1996) e que aquelas ações colocavam em risco o objetivo das famílias, pois para serem assentadas, não poderiam ter antecedentes criminais (CE, 23 fev. 1996).

A violência foi muito valorizada nos documentos do *Correio do Estado* que descreveram ocupações e desocupações de propriedades rurais, mas sempre noticiada como proveniente dos sem-terra, nunca da polícia, da segurança armada ou qualquer outro ator envolvido. Um exemplo foi em junho de 1996, na fazenda Santa Emília, no município de Taquarussu. Quando os sem-terra entraram na propriedade, a ação foi relatada pela Polícia Civil como “uma das mais violentas do gênero”, pois o chefe da empresa que fazia a segurança do local foi fortemente agredido e chegou a ser hospitalizado em Presidente Prudente (SP). Já a reintegração de posse, liderada pela Polícia Militar, foi descrita como uma ação que ocorreu sem o menor problema (CE, 21 jun. 1996). Os sem-terra não foram entrevistados, apenas a polícia.

Outro exemplo que retiramos do *Correio do Estado* foi em 1998, quando foi noticiado o abate de bois na fazenda Savana II, no município de Japorã. O enfoque da matéria não foi a situação de pobreza e de fome dos sem-terra, mas sim a violência que o proprietário da área relatou à polícia:

(...) os sem-terra ameaçaram os trabalhadores e habitantes da propriedade rural, gritando que matariam todos, caso não “fechassem” o gado em um curral, para que fosse abatido. (...) as cenas foram de brutalidade e selvageria. Cada gesto do que parecia uma multidão furiosa e faminta foi filmado e fotografado, porém, um grupo de calculadamente mil homens, cercaram os policiais e obrigaram a entregar filmes e fitas das imagens, que foram destruídas na frente dos agentes (CE, 04 ago. 1998).

Em *O Progresso*, tomamos como exemplos dois conflitos entre fazendeiros e sem-terra, um em 1998 e outro em 1999. Ambos os textos foram escritos pela reportagem do jornal e publicados na página policial, fundamentados apenas no testemunho dos fazendeiros, sem nenhuma contraposição ao depoimento do MST, ou seja, de forma totalmente parcial, demonstrando uma prática contra todas as normas de objetividade jornalística.

A primeira matéria se referiu ao abate de 27 bois na fazenda Indiana, no município de Japorã, para servir de alimento aos acampados. O que jornal escreveu que “a classe pecuarista” estava reclamando que o Ministério Público não estava observando os saques do MST, mas sim fazendo “vista grossa” e que, de acordo com “informações extra-oficiais”, o proprietário havia solicitado a presença de policiais do Departamento de Operações de Fronteira - DOF<sup>39</sup>, já que o Ministério Público local não se “prontificou” em solucionar o problema (*OP*, 03 ago. 1998). Como percebemos, os dados foram publicados por meio de um texto redigido a partir do juízo de valores emitidos pelo repórter e da reprodução do discurso ruralista conservador.

A outra matéria divulgou a denúncia de atentado à vida do administrador da fazenda Santo Antônio José Carlos dos Santos e do funcionário Odair José Rodrigues, provocado pelos sem-terra. A segunda vítima foi hospitalizada devido a um tiro no nariz (*OP*, 09 set. 1999). Mais detalhes do acontecimento não foram divulgados, pois o jornal utilizou apenas os dados que constavam no boletim de ocorrência registrado pelos denunciantes, mas não entrevistou os acusados.

O MNP aproveitou o ocorrido para publicar um anúncio no *Correio do Estado*, no dia 27 de setembro de 1999, afirmando que o objetivo do MST era matar, roubar e transgredir a lei. A questão legal do direito de propriedade privada foi o elemento no qual se baseou o anúncio: nele estava uma cobrança direta ao governo do Estado para a efetivação das reintegrações de posse não cumpridas e ao governo federal para punir os infratores.

---

<sup>39</sup> O DOF é a polícia mais repressiva de Mato Grosso do Sul, composta por policiais militares e civis. Ela foi estruturada na Secretaria de Segurança Pública em 1987, com o nome de GOF – Grupo de Operações de Fronteira, para fazer policiamento na área fronteira com o Paraguai. Por dois anos sua estrutura administrativa ficou sediada em Campo Grande, mas em 1989 foi transferida para Dourados. Em 1999 passou a policiar também a fronteira com a Bolívia.

# Matar!

## Esta é a Lei do MST



Fotos tiradas dia 4 de Setembro/99, na Fazenda Santo Antônio, Município de Itaquirai - MS, onde já foram abatidos pelos integrantes do MST, aproximadamente, 400 cabeças de gado. Neste mesmo dia, um peão foi baleado por este grupo, tendo uma das balas entrado pelo seu nariz e saído pelo seu ouvido!

Peão Baleado: Odair José Rodrigues Coutinho - BO Nº 3.123/99 Naviraí/MS - 04/09/99

A Fazenda Santo Antônio foi vistoriada e dada como produtiva pelo INCRA. Mesmo assim, já acumula 3 Mandatos de Reintegração de Posse não cumpridos pelo Governo Estadual e 2 Pedidos de Intervenção Federal em andamento. Ela faz parte do Grupo Bertim, empresa que emprega 7.500 pessoas em nosso país.

- ✓ **É esta a Lei que deve reger nosso país?**
- ✓ **É justo a Reforma Agrária de FHC beneficiar marginais?**
- ✓ **Mandato de Reintegração de Posse é Lei! Até quando continuará não sendo cumprido?**
- ✓ **Será que um dia quem produz neste país será respeitado e quem mata, rouba e transgride o direito a propriedade será devidamente punido, conforme a Lei?**

Sr. Governador ...  
Sr. FHC...

... um novo século se aproxima.  
Que até lá possamos ter respostas coerentes à dar aos nossos filhos.

MNP/MS - Ajude-nos a lutar pelo que é seu  
Filie-se: (0 XX 67) 726-6438



Figura 6 – Anúncio patrocinado pelo MNP

O anúncio evidencia a relação conturbada que se estabeleceu entre os ruralistas e o Zeca do PT no primeiro ano do mandato deste. Em 1999, como veremos adiante, os

fazendeiros lançaram duras críticas à administração petista por não concordarem com os impostos rurais e com o aumento do número de ocupações de propriedades realizadas pelos sem-terra, pois atribuíam este fato à aproximação ideológica entre o PT e o MST, alegando que a postura do governador de não despejar os sem-terra das fazendas os incentivava a agir.

O anúncio ocupou um quarto de página do jornal e procurou ilustrar suas afirmações com fotos e com dados oficiais da polícia para não deixar dúvidas sobre o que alegava: usou duas fotografias de ossadas de bois que teriam sido abatidos pelos sem-terra e citou o número e a data do boletim de ocorrência registrado. Além do texto e das fotografias, observamos que as cores usadas na produção da peça publicitária – preto e vermelho – também foram escolhidas para colaborar com as representações negativas atribuídas ao movimento, como uma forma de associá-lo à violência e à morte. E, para contrapor ao MST, a associação dos produtores imprimiu, no canto inferior direito do anúncio, a sua logomarca, que fora criada por meio da apropriação de vários elementos da bandeira brasileira para representar a ordem e o progresso.

Como observamos nas matérias dos dois jornais e no anúncio do MNP, as ações dos sem-terra foram tratadas como caso de polícia. Responder aos problemas sociais com repressão policial dos movimentos de reivindicação é histórico no Brasil, remontando os tempos da escravidão. Estudando a formação da nação brasileira, percebemos que o reconhecimento da cidadania não foi prioridade: em primeiro lugar sempre veio o direito econômico. Priorizar o direito econômico permitiu ao Brasil construir a formação de um Estado que suporta privilégios de classe, concretizados por meio da transferência do dinheiro público para o privado, ação que coloca em prática um mecanismo de perpetuação do atraso e das desigualdades.

Nas primeiras constituições brasileiras, os artigos referentes ao indivíduo e suas garantias ficavam em segundo plano, se relacionados à toda a organização do Estado brasileiro. Já na Constituição Federal de 1988, que foi influenciada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, os direitos e garantias individuais e coletivos aparecem logo no início do texto, enquanto os artigos relativos à organização do Estado e à defesa do patrimônio surgem no final caracterizando, assim, a supremacia da pessoa em relação à estrutura do Estado. Porém, a sociedade brasileira ainda não conseguiu se libertar de práticas conservadoras.



Mesmo com uma constituição tão bem escrita, a democracia no Brasil ainda está limitada à vivência dos aspectos formais da democracia representativa, mas não incorporou o exercício pleno da cidadania, apesar da sociedade ter assistido ao nascimento e fortalecimento de um grande número de movimentos e organizações populares que a reivindicam. Ou seja, a prática de reprimir policialmente os “pobres” permanece e a imprensa noticia como um comportamento normal, inclusive reproduzindo-o ao recorrer à polícia para utilizar como fonte principal (às vezes como a única) para redigir suas matérias e legitimar aquele discurso.

Nas figuras impressas a seguir, identificamos essa realidade no cotidiano dos sem-terra: a presença da polícia na ação de despejo dos assentamentos ou para impedir a entrada das famílias na propriedade rural. A figura 7 corresponde a uma charge publicada no jornal *O Progresso* em 23 de novembro de 1999 e a figura 8 é uma fotografia publicada no *Correio do Estado* em 21 de setembro de 2000, onde mostra os soldados do exército fazendo policiamento na fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG), para evitar a entrada daqueles trabalhadores, que estavam no lado de fora da porteira:



Figura 7 – Charge de polícia e MST em *O Progresso*



**Figura 8 – Foto de polícia e MST no *Correio do Estado***

Como vimos na Figura 8, até o representante máximo da república brasileira – o presidente – respondia às ações dos movimentos sociais com a repressão armada. Além da iniciativa de enviar o exército para sua fazenda, Fernando Henrique ainda conduziu, por meio da imprensa, a discussão da questão social como “caso de polícia”, responsabilizando o MST por isso e não a sociedade ou o próprio governo:

De acordo com o presidente, o movimento “ultrapassou o limite da legalidade” e por isso suas ações serão reprimidas com ações policiais e judiciais. (...) Para o governo, estimulado pela Igreja e deixando à margem os partidos políticos, o MST transformou a questão social em uma questão de polícia<sup>40</sup> (OP, 03 mai. 2000).

A notícia citada refere-se a uma resposta do presidente ao ato de ocupação de prédios públicos em diferentes cidades do país pelo MST. Em seu depoimento, Fernando Henrique prometeu “usar a força da lei contra as invasões, prendendo e processando os invasores”, na expectativa que o movimento recuasse. Auxiliares do presidente (a matéria não citou nomes) afirmaram que o problema do movimento não era fundiário e sim político, pois os prédios invadidos eram ligados ao Ministério da Fazenda. Outro auxiliar

---

<sup>40</sup> Nesta notícia, observamos a relação que se faz do movimento com a Igreja Católica, por meio da CPT, e a influência que a ideologia desta assume como incentivadora do desrespeito às leis.

do governo (também não identifica a pessoa) acrescentou que a reação enérgica de FHC era necessária, “não somente com palavras, mas com atos, para evitar o fortalecimento do movimento”. O ministro da Justiça, José Gregori, determinou à Polícia Federal a abertura de inquéritos para apurar as responsabilidades pela invasão. Segundo o ministro, “o governo tem o compromisso de manter o estado democrático de direito e, por isso, isto não será tolerado, uma vez que o MST age de forma totalmente antidemocrática”. Ficou claro, nessa matéria, que a intenção do governo era impedir o fortalecimento do movimento dos sem-terra e continuar defendendo o interesse das minorias, utilizando-se de representações negativas do movimento em nome de uma democracia que na verdade sempre foi negada aos pobres.

Não podemos negar que a violência por parte dos sem-terra existe, sim, mas devemos entendê-la como uma resposta e resistência deles à violência cotidiana a que estão submetidos ao tentarem sobreviver em condições que negam os princípios mais elementares de direitos enquanto seres humanos: falta de alimento, de moradia e de trabalho. A exclusão em que vivem aquelas famílias gera significados no plano de suas representações que muitas vezes dificultam a construção de utopias de um futuro melhor e os leva a estratégias consideradas radicais e agressivas pelo *status quo* dominante.

Farias (2002, p. 89) entrevistou os assentados na Fazenda Sul Bonito com o objetivo de analisar as experiências e sentimentos por eles vividos quando estavam acampados. A autora nos explica que aquele período é marcado por rompimentos, pela falta de referência, compondo um estado de incertezas: “... a situação de estar acampado é a marca de um momento transitório não definitivo, mas violento, ambíguo, inusitado, que cria um contexto de perdas e de medo, como se cada família estivesse fora do mundo conhecido e reconhecido como seu lugar”.

Esse momento de desenraizamento ao qual estão submetidos os sem-terra é avaliado por Gohn (2000, p. 124-125) como um fator que corrobora para que as redes de sociabilidade e de solidariedade se enfraqueçam. “Com isso, o sentimento de pertencimento se esvai porque se vive em condições contínuas de risco. Vive-se do efêmero, da espera, do itinerante, de um nomadismo compulsório”.

Existe ainda a violência à qual os sem-terra são esporadicamente submetidos, que se concretiza nos atos de despejos realizados pela Polícia Militar. Essa é comumente descrita pela imprensa como o cumprimento da lei e como uma ação pacífica, dentro da ordem. Porém, sabemos que essas representações não condizem com o que acontece na realidade.

De acordo com os dados da CPT e do MST, 217 trabalhadores rurais foram mortos, no Brasil, durante conflitos de terra, entre 1995 e 2000.

Quando a violência foi noticiada como proveniente dos seguranças armados contratados pelos ruralistas não foi representada pelos jornais como negativa, mas sim como uma “defesa”, uma forma de “garantir a propriedade”, assegurar que aquele grupo pudesse produzir em “paz”. Em março de 1997, o *Correio do Estado* publicou uma matéria redigida por agência de notícias, onde o único entrevistado foi o fazendeiro de Minas Gerais Luís Resende, que estava organizando a reativação da UDR naquele Estado. Ao contrário do que os repórteres fazem quando noticiam as ações praticadas pelo MST, o jornalista responsável por esse texto não questionou a legalidade das ações executadas pelos grandes proprietários de terra.

Na matéria, Luís Resende defendia a contratação de segurança armada, onde a ordem era para que os seguranças tratassem as invasões usando o armamento a altura das mesmas: “Para nós, não importa que sejam armas com AR-15 ou canhão. Nós queremos é a proteção da propriedade para trabalharmos e produzirmos a paz (...) Eles terão a autorização: entrou atira. Eles estarão lá é para manter a ordem” (*CE*, 17 mar. 1997). E o entrevistado ainda chamava o MST de MSTSL – Movimento dos Sem-Terra e dos Sem Lei: “Vamos tratar os invasores como marginais, como foras-da-lei e freqüentadores das páginas policiais”.

Ou seja, o problema social advindo da questão agrária deveria ser solucionado por meio da repressão armada. Como Luís Resende criticava a “omissão” do governo no cumprimento da lei de defesa de propriedade privada, ele acreditava que o emprego da força era a única maneira dos fazendeiros evitarem a “impunidade” dos invasores.

Aliás, a impunidade das lideranças do MST foi tema para ruralistas discursarem contra o movimento, na imprensa. Tomamos como exemplo um anúncio da Famasul, publicado em 25 de novembro 1999, em *O Progresso*. O documento se referia ao acampamento que os sem-terra haviam formado, na semana anterior, em frente à fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), de propriedade de Fernando Henrique Cardoso. No texto, a entidade responsabilizava o presidente por aquele ato, pois quando o movimento “invadiu” a primeira propriedade rural o governo não impôs a lei, não determinou que a polícia “contivesse a desordem e conduzisse os baderneiros à cadeia” e agora nada adiantava dizer que o acampamento em frente à sua propriedade era “um insulto e uma provocação”:

A tolerância com os métodos do MST pode ter sido compreensível há cinco anos, quando ainda existiam ilusões sobre a natureza “social” do MST. De lá para cá, no entanto, os seguidores do Sr. João Pedro Stedile só fizeram radicalizar seus métodos (...) Enquanto o governo achar que uma invasão pode ser “pacífica”; que existe margem de negociação com o MST – o MST não negocia: determina e exige a rendição do governo nos termos que impõe; e como este teme que sua imagem internacional seja arranhada<sup>41</sup> se o “diálogo” for interrompido, Stedile e Cia. continuarão usufruindo de imunidade que lhes permite infringir a lei, afrontar as autoridades e acuar o presidente da República (OP, 25 nov. 1999)

Mas no documento encontramos uma referência ao aspecto que temos defendido nesta dissertação: a tentativa de impedir a organização da classe trabalhadora, tirando dela a legitimidade de sua luta e atribuindo a ela outros interesses. No anúncio, a Famasul alegava que o MST não era um grupo organizado de pessoas que queriam uma gleba de terra para trabalhar, sustentar a família e construir seu futuro, mas sim um movimento político que “escolheu métodos violentos – invasões, seqüestros, saques – de atuação, incompatíveis com o regime democrático”. A “democracia” solicitada, mais uma vez, era aquela que já discutimos: destinada a uma minoria.

Apesar dos ruralistas cobrarem a intervenção policial para impedir as ações do MST, ela sempre esteve presente, como já salientamos. Mas os intimados pela justiça para responderem a crimes geralmente foram os trabalhadores rurais e não a polícia ou os proprietários rurais, inclusive por atos não cometidos. Foi o que aconteceu com José Rainha Júnior, um dos coordenadores nacionais do MST. Ele foi acusado de co-autoria no homicídio do fazendeiro José Machado Neto e do policial militar Sérgio Narciso, ocorrido de Teodoro Sampaio (SP), em 05 de junho de 1989, sendo que ficou provado, no segundo julgamento, em 1997, a ausência daquele trabalhador no local do conflito que culminou as mortes. A absolvição de José Rainha contrariou o que até então se tentava fazer: condenar politicamente a luta pela reforma agrária no Brasil.

A acusação de Rainha foi tema de diversas notícias na mídia nacional. Em *O Progresso* e no *Correio do Estado* apareceu em duas, uma em cada jornal. No periódico douradense, foi publicada uma matéria de agência de notícias, em 28 de julho de 1997, relatando que o coordenador do MST tentava evitar o segundo julgamento na comarca de

---

<sup>41</sup> O texto se refere aos primeiros anos da administração de Fernando Henrique, quando sua imagem ficou prejudicada por causa dos massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás, eventos que repercutiram internacionalmente e demonstraram a violência com que o Brasil tratava a questão agrária. As pressões que o presidente passou a ter após aqueles conflitos foram fundamentais, inclusive, para que o seu governo reorientasse a política agrícola, como já abordamos no primeiro capítulo.

Pedro Canário (ES), pois o líder considerava parciais os juízes de lá. Rainha recebeu grande apoio de movimentos sindicais, CPT e organizações de direitos humanos de diversos países. A matéria ainda dizia que sua esposa, Diolinda Alvez de Souza, tinha viajado naquele dia para a Europa para fortalecer o contato com aquelas organizações (OP, 28 jul. 1997).

Três semanas depois o *Correio do Estado* publicou um *release* elaborado pela assessoria do deputado estadual Hosne Esgaib (PMDB), onde o político se posicionava contra a decisão de Diolinda recorrer à justiça de outros países, pois essa atitude era a representação da política do MST de “desacreditar o Judiciário brasileiro, salvaguarda da disciplina social no País” (CE, 20 ago. 1997). Porém, o cumprimento da disciplina social no Brasil geralmente é cobrado apenas dos pobres.

O deputado ainda utilizou o espaço a ele concedido no jornal para acusar o MST de estimular o confronto de classes no campo e plantar a violência entre os produtores rurais e famílias humildes de sem-terra. Classificou os líderes do movimento de “bandidos” porque “subvertiam” a lei, “insuflavam” invasões de terras e outras propriedades. Hosne ainda se dizia preocupado com a “revolução” que o MST mostrava querer fazer e terminou seu depoimento afirmando que “na região da fronteira de Mato Grosso do sul é motivo de “muito medo”. A região à qual o deputado se referiu compreende o sul do Estado e é a de maior conflito de terras. Já o medo citado por ele, na nossa avaliação era o da classe dominante perante a força política que o MST estava conquistando.

Apesar de toda essa conjuntura apresentada, também houve documentos em *O Progresso* que se referiram às ações do MST que se fizeram dentro da lei e da ordem, representando o movimento como pacífico. Seleccionamos dois representativos dessa característica, que se referiram à marcha para Brasília, em 1997, porém nenhum deles foi redigido pela equipe de reportagem do jornal.

O primeiro é uma matéria redigida por uma agência de notícias, que discorria sobre a organização do trânsito e da polícia do Distrito Federal para garantir a segurança dos participantes da marcha. Foi o único texto encontrado, dentre todos os documentos dos dois jornais analisados, que publicou uma opinião que considerava a foice e o machado como símbolos e trabalho dos sem-terra e não como armas. Quem concedeu a entrevista foi o governador de Brasília, Cristovam Buarque (PT), que determinou à polícia a permissão da entrada daqueles instrumentos no ato público que o MST estava preparando para se realizar na Esplanada dos Ministérios (OP, 14 abr. 1997).

Aliás, essa matéria contrapõe um anúncio do MNP publicado no *Correio do Estado*, dois anos depois: nele os ruralistas acusavam o hábito dos sem-terra de ameaçarem a integridade física das pessoas, invadirem e depredarem propriedades privadas e públicas: “os sem-terra ditam regras e impõem medo à sociedade ordeira e trabalhadora, que rejeita a violência como forma de pressão. Os instrumentos que deveriam simbolizar o trabalho – a foice e o machado são usados para intimidar e até agredir as pessoas...” (CE, 06 ago. 1999).

O outro documento em *O Progresso* que aparentemente se mostrava positivo – mas que apresentou contradições, como logo veremos – foi um artigo, também proveniente de agência, em que o autor apoiava a marcha, pois aqueles trabalhadores rurais sem-terra

(...) mostraram que podem fazer manifestações dentro da lei e da ordem, como é característica de uma sociedade democrática evoluída. (...) o movimento dos Trabalhadores Sem-Terra demonstrou que é possível uma organização disciplinada e coesa para se exigir resultados dos nossos empregados que estão no governo em nosso nome e por nossa conta (OP, 23 abr. 1997).

Mas o seu apoio somente existiu porque, como consta no texto, “ninguém quebrou nada, ninguém agrediu, ninguém saiu ferido, nenhuma propriedade pública ou privada foi violada”. Ou seja, sendo o evento do MST, era esperado que houvesse violência.

Nos jornais de referência nacional, a marcha deu popularidade ao movimento. De acordo com Gohn (2000), no período da manifestação, a maior parte da imprensa deixou de tratar os sem-terra como um “bando de radicais”, mas esses ganharam o status de cidadania de trabalhadores em luta pela reforma agrária, num exercício de democracia. Porém,

(...) a partir de maio de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo [...] Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram divulgados como manchetes. Todos os destaques passaram a ser para os acampados dos “recém-invasores” (GOHN, 2000, p. 147).

Em *O Progresso*, os documentos que se referiram à marcha também ressaltaram aspectos positivos do MST, mas não representaram alterações significativas nas representações do movimento, pois o evento foi pouco divulgado, aparecendo mais em artigos enviados por agências do que em notícia. Como a prioridade do jornal era noticiar fatos de repercussão local ou estadual, o ano de 1997 reforçou as ações ilegais dos sem-terra, devido à intensa cobertura das suas ações de pressão ao governo – como ocupações

de propriedades rurais , que se intensificaram naquele período – e ao surgimento do MNP, que atacou fortemente o MST em Mato Grosso do Sul, através da imprensa.

No *Correio do Estado*, a marcha foi tema de um editorial que reconhecia a proporção internacional que a questão agrária brasileira havia conquistado, mas o jornal aproveitou para dizer que aquela popularidade não poderia servir de justificativa para a forma como os sem-terra vinham atuando (*CE*, 18 abr. 1997). Ou seja, seu discurso de atribuir valores negativos às práticas do MST continuou.

O último fato importante noticiado nos jornais que envolveu a justiça e o MST aconteceu em 2000: o movimento foi alvo de denúncias de cobranças “ilegais” de contribuições aos assentados. No segundo semestre daquele ano, o governo mobilizou a Polícia Federal para investigar as possíveis irregularidades no MST, no que dizia respeito à sua administração financeira. Tudo isso porque o movimento cobrava, dos assentados, contribuições estipuladas sobre o percentual dos recursos federais liberados para infraestrutura nos assentamentos, verba que a entidade destina para o seu trabalho organizativo, já comentado no primeiro capítulo.

Aliás, esse é um dos exemplos de como a organização do MST não é compreendida de forma positiva pela sociedade. Contribuições para entidades de classe são comuns e aceitáveis legalmente. Nessa lógica, o sem-terra, agora de posse de sua propriedade e com outra condição financeira – devido principalmente à luta mediada pelo MST –, estaria agindo de forma correta ao contribuir com a entidade que o representa. Mas essa lógica não foi aplicada pelo governo e pela imprensa quando se tratou do MST e a prática foi denominada como cobrança de “pedágio”.

A notícia passou a circular nos jornais a partir de dados repassados pelo governo federal, que demonstrava suspeitas de que o dinheiro estaria subsidiando outra atividade do movimento que a sociedade “desconhecia”. Na matéria de *O Progresso*, o ministro interino do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, aproveitou o momento para dar legitimidade à política agrária (*O Novo Mundo Rural*), afirmando que o governo intensificaria suas ações para mostrar ao pequeno agricultor que não havia necessidade dele depender do MST para conseguir dinheiro para safra. Isso seria feito a partir de um levantamento dos assentados para que o governo os passasse para a categoria de pequenos produtores, quando eles estariam submetidos aos mesmos benefícios dos pequenos e não gozariam dos benefícios de assentados. “Se isso acontecer, o movimento ficará enfraquecido” (*OP*, 16 out. 2000).



A afirmação do ministro reforça a nossa tese de que o objetivo era desmobilizar a organização popular por meio da construção de representações e políticas que deslegitimassem a sua luta e fragilizassem as suas organizações. No caso específico, percebemos uma proposta de impedir que o MST viabilizasse verba para suas atividades.

Como uma forma de enfatizar os argumentos construídos pelo governo, o *Correio do Estado* publicou uma matéria, dois meses depois, com depoimentos de assentados que se sentiam lesados com a cobrança daqueles valores, como foi o caso de Valdeci Pinto de Oliveira, do assentamento Guassu, em Naviraí. A matéria dizia que, “segundo ele, mais de 70% dos assentados querem deixar o MST, mas não sabem o que fazer, porque se não tiverem assinaturas dos técnicos ligados à entidade não há como receber os créditos contratados” (CE, 04 dez. 2000). O jornal afirmou que algumas lideranças do movimento em Mato Grosso do Sul não quiseram comentar o assunto e que o coordenador estadual Egídio Bruneto dizia desconhecer o termo “pedágio”, enquanto outros afirmaram que o “pedágio” não era obrigatório e a maioria dos assentados não pagava (CE, 04 dez. 2000).

Quanto à afirmação do assentado, obviamente que os conflitos no interior do MST existem e são de várias naturezas. O método de trabalho proposto pelo movimento muitas vezes esbarra nas concepções já arraigadas nos sem-terra, advindas de práticas anteriores. Porém, tanto os assentados como as algumas lideranças têm consciência dessas questões e procuram retrabalhá-las. Gohn (2000) e Farias (2002) abordaram esse assunto em seus trabalhos e nos mostram que os trabalhadores procuram ressignificar suas experiências anteriores e assimilar novas ações, almejando adquirir novas habilidades no mundo do trabalho porque as condições econômicas que vivenciam os obrigam a caminharem nessa direção. Mas certas tradições e costumes só se alteram ao longo de tempo.

Um exemplo de conflito entre sem-terra e MST diz respeito às ações de resistência, quando a maioria dos trabalhadores prefere se manifestar sem grandes embates com os fazendeiros. Percebemos essas diferenças ideológicas no interior do movimento em uma matéria do *Correio do Estado*, publicada em 1997. O texto se referia a um grupo que resolveu deixar de seguir as normas do MST porque discordava das suas ações no acampamento da fazenda Santo Antônio. No texto, o acampado Antônio Gutemberg de Andrade criticava o abate de gado e a organização dos sem-terra para um possível confronto armado com a polícia designada para cumprir o despejo dos invasores (CE, 13 out. 1997).

O trabalho cooperativo é outro exemplo, este nos dado por Gohn (2000), em seu livro. A autora afirma que as propostas de trabalho cooperado do MST muitas vezes não são bem compreendidas ou aceitas pelos assentados:

Por exemplo, cada cooperado tem que repassar para a cooperativa 2% do que produz para custear os gastos de infra-estrutura da cooperativa. Disto resulta um outro ponto complicado nos dia-a-dia dos assentamentos, que é a dificuldade da participação das pessoas após tornarem-se com-terra (GOHN, 2000, p. 117).

A contrariedade do assentado Valdeci em repassar para o MST uma porcentagem da verba recebida nos parece ser da mesma natureza do exemplo de Gohn. Porém, tratar a questão na imprensa como corrupção por parte do MST é muito mais do que simplista: é tendencioso. E o *Correio do Estado* imprimiu a mesma postura nos editoriais: a direção deste jornal escreveu no dia 13 de outubro de 2000 que aqueles valores indicavam desvio irregular de recursos que deveriam se destinar a reforma agrária para financiar atividades políticas dos sem-terra, julgando que o problema não era de cunho ideológico, mas de moralidade e ética (CE, 13 out. 2000).

Um mês depois, o editorial procurou fortalecer as suas denúncias contra o movimento, censurando as organizações denominadas no texto como “esquerdas de todas as envergaduras” e “setores retardatários da sociedade” por apoiarem as ações do MST (CE, 10 nov. 2000). Ou seja, os grupos que saíam em defesa dos sem-terra também eram representados de forma negativa.

As acusações de que o MST utiliza dinheiro público para financiar ações ilegais continuam até hoje e cada vez mais se mostram como uma estratégia de tentar tirar do MST a forma que ele possui de viabilizar verba para suas atividades. No início de 2004, o Senado instalou a CPMI da Terra com o objetivo de analisar a condução da reforma agrária e os movimentos sociais representantes tanto dos trabalhadores como dos proprietários de terra, além de investigar as causas da violência e dos conflitos no campo para apontar soluções concretas para a questão agrária no Brasil.

Na prática, porém, a CPMI mostrou que estava interessada em investigar um “suposto” desvio de dinheiro público pelo MST, tentando criminalizar o movimento perante a sociedade brasileira. A comissão quebrou o sigilo bancário de duas entidades autônomas que apóiam as ações de reforma agrária do governo e do MST e que têm o governo federal como principal fonte de recursos: a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – Anca e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda –

Concrab. Entre os convênios e parcerias nos acampamentos e assentamentos, as duas organizações desenvolvem projetos de saúde, de meio ambiente, de cultura, de formação e de cooperação agrícola.

Temos aí um importante elemento para analisar a construção das representações: a o MST luta para fazer com que a lei seja cumprida, mas é representado como ilegal. Como isso procede? Lefebvre (1978) explica que as representações servem para dissimular os verdadeiros fins da relação do sujeito (no nosso caso a classe dominante) com o objeto (no nosso caso o MST), que é a dominação e a exploração. A representação se vale do reforço de alguns aspectos do objeto (no caso o ato dos sem-terra entrarem em uma propriedade que já tem dono) e do abandono de outros (no caso a referência à função social da terra ou mais ainda: o direito que aqueles trabalhadores tem de trabalhar e sustentar sua família) para construir, sem mentir, uma realidade que se torna recorrente e perpetua a dominação.

E quais seriam os verdadeiros fins do sujeito que assim se refere ao MST? Pensamos que é impedir a mobilização popular, impedir que a conquista da reforma agrária seja feita pelo povo organizado, utilizando, para isso, estratégias de deslegitimá-los perante a sociedade. O ato de impedir que o movimento construa sua própria história é o que Lefebvre (1978) chama de bloquear de tempo histórico, típico das representações.

O MST, ao transformar suas reivindicações em realidade, tornou-se ator de um processo nacional, ou seja, conquistou certo poder político. Esse poder preocupava os dominantes, pois representava a transferência do seu poder para o protagonista da luta e a possibilidade de prevalecer os ideais vinculados e ele, que já começava pela própria concepção de posse e uso da terra. Essa leitura ficou perceptível em alguns documentos dos dois jornais que apresentaram críticas de diversos segmentos da sociedade ao presidente Fernando Henrique e ao governador Zeca do PT de permitirem que o MST “ditasse as leis no campo”, de cederem a cada pressão do movimento, desapropriando terras ou direcionando recursos.

### **3.3 Valores políticos**

Nos primeiros anos correspondentes à nossa análise percebemos que tanto *O Progresso* como o *Correio do Estado* já demonstravam admitir uma imagem negativa do MST, concebida anteriormente devido às conquistas alcançadas por meio de ações políticas do movimento, a exemplo das ocupações de fazendas.

Diante daquele avanço político do MST, *O Progresso* começou a “aconselhar” o movimento a se organizar por meio de outras formas de ações, argumentando que assim aqueles trabalhadores conquistariam a simpatia popular e então teriam mais êxito. No entanto, Gilmar Mauro, um dos seus coordenadores nacionais do MST, explicou em 1999 o significado das ocupações de propriedades rurais para o grupo:

Se alguém souber de outra forma de luta que dispense a ocupação de terra (...), que nos comunique, porque nós também não gostamos de fazer ocupação, é desgastante morar no barraco de lona, tomar banho no rio e não ter banheiro adequado. Mas até agora foi a única forma que encontramos de fazê-la (GOHN, 2000, p. 117).

Quando Gilmar Mauro afirmou que a ocupação de terra era a única forma de implantar a reforma agrária, ele procurou reforçar que o movimento não encontrou outra possibilidade de luta que trouxesse resultados concretos para as suas reivindicações. Percebemos, então, que a proposta de *O Progresso* era uma tentativa de tirar dos trabalhadores as conquistas que vinham fortalecendo-os como uma organização popular.

Assim, os fatos políticos gerados pelo MST que corresponderam pela maior parte das representações positivas no jornal foram aqueles que não envolveram ocupações de terra. Como numericamente aqueles eventos foram muitos, no levantamento de todos os documentos do periódico identificamos a maioria das representações políticas do MST demonstrando simpatia.

Para exemplificar essas representações positivas, vamos expor o conteúdo de três matérias de *O Progresso*: uma de 1995, escrita pela equipe de reportagem do jornal, uma de 1997 e outra de 1998, sendo as duas últimas redigidas por agência de notícias. A primeira se referia ao Congresso Nacional do MST, que se realizaria em Brasília, nos dias 24 a 27 de julho, para o qual o movimento em Mato Grosso do Sul pedia apoio financeiro de políticos e simpatizantes para o deslocamento até a capital federal. O texto se baseou apenas na entrevista realizada com o coordenador Emerson Giacomelli e assim enfatizou: “os sem-terra querem que a reforma saia do papel e que o presidente Fernando Henrique cumpra as promessas de campanha” (*OP*, 12 jul. 1995).

O segundo exemplo noticiou uma ocupação do Incra em Campo Grande pelos sem-terra, em um momento em que o movimento organizava ação semelhante nas sedes daquele órgão em várias capitais brasileiras para reivindicar o cumprimento de uma pauta nacional entregue ao presidente, onde constavam pedidos de aumento de créditos aos assentados (*OP*, 27 out. 1997).

O último exemplo trata de um protesto às margens da BR-163, a 30 km do centro de Itaquiraí, onde cerca três mil sem-terra passaram a manhã do dia anterior rezando ajoelhados, colocando em prática uma forma pacífica de protestar contra a demora do governo em receber e atender às reivindicações do MST. A matéria afirmou que os acampados

decidiram que todas as manhãs repetirão o ritual, até a solução do problema. Homens, mulheres e crianças ocuparam cerca de dois quilômetros das duas laterais da rodovia, decididos a não promover mais saques a caminhões ou fazer pedágios para garantirem alimento – eles têm denunciado que esta é a única forma de matar a fome (*OP*, 10 mar. 1998).

Do *Correio do Estado*, selecionamos duas notícias que também representaram o MST de forma positiva, ambas redigidas pela equipe de reportagem e descrevendo ações pacíficas para pressionar o governo federal no que diz respeito à agilização do processo de reforma agrária. A primeira foi sobre uma ocupação do prédio do Incra, em dezembro de 1995, quando as lideranças se reuniram com o superintendente do órgão e expuseram suas reivindicações, assim relatadas: “Segundo um dos líderes, não estão sendo reivindicadas nova terras, mas apenas a desapropriação de áreas que já vêm sendo desapropriadas e se encontram invadidas por famílias de sem-terra, que temem despejos” (*CE*, 06 dez. 1995)..

A outra matéria divulgou uma reunião entre a coordenação estadual do MST com representantes da Pastoral da Terra, OAB-MS e CUT, em julho de 1997, onde o grupo preparou uma série de manifestações que começariam nos próximos dias. Os principais eventos previstos seriam uma vigília no prédio do Incra, em Campo Grande, no próximo dia; um ato público em Corumbá durante a possível visita do presidente Fernando Henrique, no dia 25 daquele mês; e a IV Romaria de Terra, a ser realizada em Ivinhema. O texto ainda publicou o depoimento do coordenador do movimento: “Segundo Bruneto, a movimentação é para fazer com que o Incra apresse a implantação de novos assentamentos, pois já não acredita existir tempo para cumprir a meta de assentar 2.200 famílias este ano...” (*CE*, 22 jul. 1997).

Mas, na maioria das vezes, o *Correio do Estado* procurou desviar o assunto principal dos atos públicos do MST, que era a luta pela reforma agrária, para emitir julgamentos das ações de protesto, qualificando-as como tumultuadoras do trânsito ou das atividades normais dos órgãos públicos ocupados pelos sem-terra (*CE*, 12 jun. 1995). Era uma forma tendenciosa de influenciar o leitor a também atribuir mais importância para esses fatos em detrimento às reivindicações dos trabalhadores.

Outra representação negativa do MST no *Correio do Estado* foi a organização nos acampamentos. O documento abaixo demonstra que essa característica do MST foi percebida como um regime que privava o trabalhador rural de se expressar livremente:

O acampamento dos sem-terra tem um regime interno rígido, que as lideranças fazem cumprir à risca. (...) as famílias se dividem em grupos (...) Os barracos, feitos de lona, são separados e recebem uma numeração de acordo com os grupos. (...) Nos grupos de famílias são escolhidos líderes que ficam responsáveis por determinadas tarefas. Um é designado para cuidar da segurança, outra fica responsável pela saúde, um terceiro pela higiene e ainda há os encarregados da alimentação, da educação, dos barracos, do esporte, sem contar com uma pessoa responsável pela liturgia. (...) Como as lideranças impedem que os acampados falem, fica difícil conhecer os sem-terra... (CE, 14 mar. 1997).

O fragmento citado se refere a uma matéria produzida pela equipe do jornal sobre o cotidiano do acampamento na fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, uma semana depois da entrada dos sem-terra no local. A organização nos acampamentos é uma característica na qual o MST se destaca, pois controlar centenas de famílias expostas a todo tipo de situações que comentamos ser comum naquele período transitório e não permitir que elas abandonem o seu sonho de uma vida digna é uma tarefa difícil. O movimento faz uma divisão de tarefas e atribui funções específicas a cada grupo, inclusive determina quem são os responsáveis para o contato com a mídia. Aliás, esse trabalho institucional com relação aos meios de comunicação é comum em grandes organizações empresariais, que atribuem tal atividade às suas assessorias de imprensa, com as quais os repórteres estão acostumados e respeitam. Por que com o MST deveria ser diferente? Porque, como estamos insistindo desde o início, por trás dos textos jornalísticos existia um projeto político da classe dominantes de impedir a organização dos trabalhadores por meio da construção de representações negativas que os desmobilizassem perante a sociedade.

As afirmações do jornal campo-grandense, porém, contradizem algumas matérias de *O Progresso*, como a de 20 de março de 1995, quando a equipe de reportagem foi ao acampamento na fazenda Sul Bonito, entrevistou vários acampados, contou a história de vida de vários deles e noticiou os aspectos organizativos do grupo de forma positiva:

Apesar das condições sub-humanas de privação por um mínimo de conforto, eles conseguem manter um esquema de organização exemplar, onde todos participam. (...) Existem nove equipes, de higiene, saúde, alimentação, segurança, religião, trabalho, esporte educação e a coordenação geral. A cidade é dividida em núcleos, agrupando as famílias que vieram de um mesmo local, cada um com seu responsável (OP, 20 mar. 1995).

No ano de 1995, como já comentamos, o *Progresso* manteve uma postura de simpatia ao movimento, pois corresponde a um período em que o jornal ainda não tinha se dado conta da força política que o MST representava.

Mas as representações de ações políticas do MST que prevaleceram nos dois jornais nos últimos anos foram as negativas, cuja representação recorrente foi de guerrilheiro revolucionário que, através dos sem-terra, objetivava tomar o poder e era uma ameaça para a segurança nacional. A confusão começou em maio 1999, quando a revista de circulação nacional *Isto É* teve acesso a uma cartilha que foi usada por um curso aos sem-terra promovido pelo MST e pela Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo – Cloc, no município de Sidrolândia, naquele mês. O texto da cartilha expunha as conquistas do movimento, os métodos pedagógicos implantados nos acampamentos e assentamentos e as suas práticas em busca da igualdade dos povos através da socialização dos bancos, dos meios de comunicação e do Estado.

A interpretação daquele texto pelos jornalistas da *Isto É* resultou em uma matéria publicada no dia 12 de maio, onde a revista denunciava a existência de uma Liga Operária e Camponesa treinando homens armados em vários pontos do país para prepararem atos violentos para desestabilizar o governo. Aquela matéria foi suficiente para que políticos conservadores e ruralistas sul-mato-grossenses introduzissem seus discursos nos jornais do Estado para reforçar as acusações contra as ações do MST.

A primeira notícia por nós identificada foi em *O Progresso*, que relatou uma reunião entre deputados estaduais do PTB e PFL com representantes das entidades ruralistas MNP, Acrisul e Sindicato Rural de Campo Grande, onde todos demonstravam “temor” pelos “riscos imprevisíveis diante dos treinamentos de guerrilha a que os sem-terra estão submetidos” e pela “internacionalização do movimento, que parte para a violência e a conquista do poder, através dos sem-terra” (*OP*, 19 mai. 1999). O mais interessante foi a indignação do grupo devido à participação do governador Zeca do PT no evento:

“A presença do representante maior de Mato Grosso do Sul num encontro com líderes guerrilheiros é preocupante, pois seria o mesmo que o presidente Bill Clinton participasse de uma reunião da Klu Klux Klan para definir sobre o extermínio de negros e judeus nos Estados Unidos”, compara o presidente do Sindicato Rural da Capital, lembrando que o governo não deve se envolver nesse tipo de encontro (*OP*, 19 mai. 1999).

A presença do governador no curso do MST fez com que os opositores de Zeca do PT atribuíssem a ele conivência com as ocupações de fazenda e os responsabilizassem por

deixar os sem-terra criar um clima de instabilidade no Estado, de acordo com a afirmação do deputado estadual do PTB, Paulo Corrêa, publicada na matéria (*OP*, 31 mai. 1999). Este deputado, juntamente com seus correligionários, aproveitaram a oportunidade de estarem reunidos no I Simpósio Estadual do PTB no final de maio, em Dourados, para exporem suas opiniões no jornal da cidade, que foram publicadas sem nenhum tipo de contestação e sem nenhuma contraposição do MST. Um dos depoimentos foi do então deputado federal e ex-governador por São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho: “temos e vamos denunciar esse treinamento de guerrilha na Câmara. Ninguém é contra quem quer terra para produzir, mas não podemos admitir os que querem passar por cima da lei através da guerra” (*OP*, 31 mai. 1999).

Em junho, quando José Rainha Junior, um dos coordenadores nacionais do MST esteve em Dourados para conhecer o trabalho de reflorestamento de uma associação douradense, a reportagem de *O Progresso* o entrevistou sobre o tão falado curso em Sidrolândia. O texto destinou um parágrafo para a resposta de José Rainha, dizendo apenas que ele desmentiu a notícia divulgada com exclusividade por *O Progresso* e alegou que a denúncia de Corrêa visava impedir a organização do MST (*OP*, 29 jun. 1999). O restante da matéria de quase meia página foi utilizada para afirmações do próprio repórter de que guerrilheiros haviam, sim, treinados militantes sem-terra de vários países e que os ensinamentos dos cursos resultaram, logo em seguida, na ocupação de várias fazendas no Brasil, pelo MST.

Este é um exemplo de uma notícia tendenciosa, onde o repórter seleciona os dados a serem noticiados negando qualquer distanciamento ideológico do assunto, emitindo julgamentos e expondo os valores que permeiam as suas representações de verdade. Em nenhum momento o jornalista questionou o entrevistado sobre o conteúdo do texto da cartilha usada no curso ou discorreu sobre a afirmação de José Rainha de que a estratégia do governo era impedir o crescimento político do MST. O próprio título construía uma idéia de medo da população ante as ações do movimento: “MS teme ações de guerrilha do MST”.

O repórter optou por citar alguns trechos de uma reportagem publicada três dias antes no jornal de circulação nacional *O Estado de São Paulo*, que ainda explorava o assunto do curso em Sidrolândia, para desqualificar a resposta de José Rainha. A matéria do periódico paulista afirmava que os ministrantes do curso disseram que para se chegar à reforma agrária e ao socialismo, eram necessárias todas as formas de lutas possível, tendo



sempre em mente o poder. *O Progresso* fez referência ao texto do outro jornal e apenas citou que o líder do MST, ao ser interrogado em Dourados sobre afirmação, “preferiu” dizer que a denúncia era “bobagem” (*OP*, 29 jun. 1999).

Um dia após a entrevista de José Rainha, a direção de *O Progresso* também se manifestou no editorial, tentando imprimir uma “clara certeza” de que, mesmo as lideranças do MST negando a formação de guerrilhas, elas existiam, pois as ocupações inesperadas não aconteciam por acaso, eram coisas premeditadas, calculadas e organizadas (*OP*, 30 jun. 1999).

Já discutimos anteriormente sobre a força negativa que as concepções ideológicas do MST ganharam no imaginário social e são legitimadas na imprensa. Nos documentos acima enxergamos a associação das idéias de esquerda do movimento com a ameaça comunista, restabelecendo o anticomunismo ainda presente na sociedade.

Essas representações ainda guardam resquícios de uma ideologia política ocidental construída desde a fundação do PC na Rússia, em 1917 (no Brasil em 1922), mas que começou a permear mais fortemente o imaginário social após a Segunda Guerra Mundial, através da Igreja Católica: o conservadorismo anticomunista. A defesa da propriedade foi a norteadora daquelas idéias, o que inclusive resultou no golpe de 1964 no Brasil, já discutido no primeiro capítulo. Como comunistas foram representadas as ligas camponesas, no nordeste, na década de 1950; como comunistas foram representadas as reformas de base de João Goulart, no início da década de 1960<sup>42</sup>. A possibilidade de perda da propriedade privada ainda continua construindo representações de comunistas, que na década de 1990 atende pelo nome de MST.

Abaixo, na afirmação do ex-ministro da Justiça Armando Falcão, publicada no jornal *O Progresso*, temos mais uma constatação da força negativa do comunismo e a relação que muitos fazem dessa doutrina com o MST e sua entidade fundadora - a CPT, no que diz respeito às ocupações de terras improdutivas:

Ele (d. Paulo) [Evaristo Arns] é um agitador contumaz, que só se identifica como padre, pelo fato de usar batina. Ele é um Luiz Carlos Prestes de batina (...) o cardeal arcebispo de São Paulo sequer obedece ao Papa João Paulo II, que desrecomenda o envolvimento da Igreja em questões políticas. (...) o MST não

---

<sup>42</sup> Arakaki (2003) estudou as representações do Golpe de 1964 na imprensa douradense e identificou que, naquela época, *O Progresso* tratava os conflitos pela posse da terra como ações subversivas, coisa de comunista.

passa de um braço de uma esquerda que vive sonhando com o retorno do comunismo (*OP*, 27 fev. 1997).

Mariani (1998), em sua pesquisa de doutorado, comprovou que a palavra “comunismo” nos jornais brasileiros de referência nacional, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido sempre negativo:

Hegemonicamente, a produção de sentidos para “comunista” gira em torno do “inimigo”, o outro indesejável. Se o lugar do inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação “comunista”, então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos (MARIANI, 1998, p. 107-108).

Alguns símbolos valorizados pelo MST reforçam essa representação de comunista, a começar pela sua bandeira, onde o vermelho é predominante. Essa cor é relacionada diretamente com o comunismo, usada inclusive para nomeá-lo, como demonstra Mariani ao listar as denominações de comunismo que encontrou na imprensa nacional, demonstrando como essa cor carrega significados: adeptos do credo vermelho, perigo vermelho, audácia vermelha, credos sanguinários da Russa vermelha, jogo vermelho, vaga passional vermelha (1998, p.121).

O MST ainda apresenta outros elementos ideológicos de uma proposta socialista, como a busca de uma sociedade mais justa - alicerçada nas relações fraternas e solidárias e privilegiando ações coletivas - e o culto de líderes mortos que acreditavam no socialismo, como Che Guevara, Antônio Conselheiro, Lênin, Marx. Inclusive a história desses líderes é estudada nos cursos de formação e estão presentes nas camisetas dos sem-terra e nas agendas do MST. Na edição de 16 de novembro de 2000, o jornalista de *O Progresso* fotografou um sem-terra em ato público vestindo uma camiseta do Che Guevara e assim escreveu: “Um fato que chamou muita atenção da imprensa nacional, que esteve presente, foi a grande quantidade de pessoas que estavam vestidas com camisetas estampada com a foto histórica do revolucionário argentino Che Guevara, que ajudou tomar Cuba e morreu na Bolívia” (*OP*, 16 nov. 2000). Portanto, reforçando alguns fatos a partir de valores fortes na sociedade de onde e para quem se fala, a representação do MST comunista foi construída.



**Figura 9 – Foto de sem-terra com a camiseta do Che Guevara**

Mariani (1998) lembra que para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos (o que não impediu que os partidos comunistas e socialistas fossem fundados em todos os continentes): no cinema, na imprensa, em obras ficcionais e em tratados sociológicos. A década de 1990, período que identificamos como o da “vitória” do capitalismo sobre o comunismo – que é representado pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pela queda do muro de Berlim –, sinalizou aquilo que há muito se murmurava: nos países comunistas, a censura imposta pelos governos autoritários camuflava mordomias e abusos por parte do poder.

Muitas produções midiáticas aproveitaram o momento para fazer denúncias, generalizar para a estrutura social questões particulares. “Para a propaganda anticomunista do mundo capitalista, nada melhor do que comprovar aquilo que antes era dito apenas no espaço ficcional” (MARIANI, 1998, p. 21)<sup>43</sup>. E, assim, construiu-se uma posição política de consenso sobre o comunismo.

---

<sup>43</sup> Um exemplo de revelação do centralismo e dirigismo do Estado, da falta de liberdades individuais e da falência do modelo sócio-econômico na imprensa foi as reportagens que apresentaram, com imagens e depoimentos, a diferença entre o estágio de desenvolvimento das duas Alemanhas.

Desde 1995, o nome do MST já vinha sendo associado à guerrilha em *O Progresso*, mas foi em 1999 que a representação ganhou força. No país, pairava um certo desconforto, na elite de “direita”, a difusão de idéias de “esquerda” e o avanço territorial de partidos a ela relacionados, principalmente o PT que, além de ampliar o número de seus representantes nas esferas políticas, tinha levado seu candidato à presidência por três vezes ao segundo turno. Como o MST sempre esteve próximo aos ideais daquele partido, entendemos, então, porque que as ações dos sem-terra ganhavam força, no imaginário social, de uma guerra para a tomada do poder, a exemplo dos países comunistas.

No âmbito estadual, O PT já tinha chegado ao poder, em 1999, por meio da eleição do governador, que sofreu forte oposição por ser acusado de “conivente com o MST” pelo fato de não cumprir as liminares de reintegração de posse expedidas pela justiça. A administração petista foi responsabilizada, por seus opositores, pelo fato de Mato Grosso do Sul ter apresentado um dos maiores números de novos acampamentos naquele ano, o que atraiu a atenção da imprensa nacional.

Em março de 1999, Mato Grosso do Sul já havia registrado 26 novos acampamentos de sem-terra. O editorial de *O Progresso* do dia 13 dizia que esse fato “devia ser levado mais a sério pelo Governo do Estado, mesmo sendo do PT, um partido que historicamente vem incentivando esse tipo de coisa” (*OP*, 13 mar. 1999). Dois meses depois, em notícia de 19 de maio de 1999, já citada, o jornal douradense relatou a presença do governador em Sidrolândia, no curso de formação de militantes que o periódico descreveu como treinamento de guerrilha. O acontecimento serviu para reforçar as acusações de “conivência” do governo com a ação dos sem-terra.

O fato do número de acampamentos ter aumentado no Estado expressava a forte mobilização popular que o MST e outros movimentos rurais estavam conseguindo em suas bases. Quanto ao não cumprimento de liminares de reintegração de posse, isso ocorreu porque o governador procurou conduzir a situação sem precisar lançar mão de despejos por meio da polícia, mas de forma a atender as reivindicações dos sem-terra, afinal, aqueles trabalhadores representavam as forças sociais que o elegeram. Tal atitude não foi aceita pelos ruralistas, que defendiam a repressão policial dos “invasores”.

No *Correio do Estado*, também identificamos documentos que construíram a imagem do MST como comunista. Um deles foi uma entrevista de uma página inteira com o presidente da Famasul, José Armando Amado, em que o assunto principal era a luta que os fazendeiros haviam travado com o governo do Estado, devido à criação do fundo para

recuperação de estradas estaduais – Fundersul e às ocupações de terras. No seu depoimento, o representante da classe ruralista alegou que o MST era uma entidade ideológica e que os seus líderes ainda achavam que tomariam o poder através da revolução no campo, como aconteceu na Rússia em 1913. “Só que eles esqueceram que o mundo agora é outro. Eles não conhecem os conceitos rudimentares de democracia<sup>44</sup>” (CE, 28 nov. 1999).

Mas o fato que repercutiu nos setores políticos conservadores foi o II Congresso dos Sem-Terrinha (crianças filhos de sem-terra), em outubro de 1999, em uma escola estadual de Campo Grande. A cartilha usada no evento para os cursos lá ministrados chegou nas mãos dos deputados estaduais e foram recebidos da mesma forma que a cartilha usada no curso de militantes no ano anterior, em Sidrolândia: como uma ameaça de guerrilha.

O jornal publicou uma notícia no dia 27 de novembro, cujo texto foi redigido pela equipe jornalística, baseada apenas no discurso do deputado estadual Antônio Carlos Arroyo (PTB), proferido na tribuna da Assembléia Legislativa, e em alguns trechos da cartilha. Nenhum integrante do MST foi entrevistado. Na matéria, Arroyo convocava Pedro Kemp, secretário estadual de educação, para que ele fosse à Assembléia Legislativa explicar como a secretaria permitia que escolas do Estado utilizassem um material didático que ensinava a revolução para os filhos de sem-terra.

Toda a confusão se instalou porque constavam, na cartilha, referências positivas a alguns líderes mortos, destacando-se o Che Guevara, um dos mais importantes comandantes da Revolução Cubana. Na cartilha dizia que Che era o exemplo mais completo do que devia ser um revolucionário: “sem se apegar à sua Pátria, dedicou sua vida de luta pela liberdade dos trabalhadores. Primeiro em Cuba, depois no Congo (África) e, finalmente na Bolívia, onde foi assassinado no dia 08 de outubro de 1967, a mando dos imperialistas norte-americanos” (CE, 27 dez. 1999).

O jornalista que redigiu o texto demonstrava indignação ao relatar elementos da cartilha que discutiam a proposta de educação do MST, a qual expunha o seu objetivo de construir uma escola onde as crianças não apenas estudassem, mas trabalhassem, se

---

<sup>44</sup> Observando outros depoimentos da classe ruralista na imprensa percebemos que ela cobrava dos sem-terra, insistentemente, o exercício da democracia. Porém, notamos que o modelo de democracia defendido pelos trabalhadores não era o mesmo dos fazendeiros. Estes últimos, na verdade, cobravam a manutenção de privilégios há anos concedidos a eles, pelo Estado.

amassem e se preparassem para se organizar para assumir o luta do seu povo; uma escola onde o professor fosse companheiro dos alunos e os ajudasse a se tornarem sujeitos; uma escola onde todos se tornassem companheiros a tal ponto que cada um conseguisse abrir mão de pequenas alegrias individuais, sempre que isso fosse necessário para o avanço e o bem-estar coletivo.

Em outra matéria, dois dias depois, foi relatado que o deputado estadual José Roberto Teixeira (PFL) tinha enviado a cartilha ao Ministério da Justiça, ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, à procuradoria da Infância e Adolescência, aos senadores e aos deputados federais sul-mato-grossenses para uma “análise profunda”, pois o referido deputado considerava um absurdo a “exaltação a Ernesto Che Guevara, um dos principais colaboradores do hoje ditador de Cuba, Fidel Castro...” (CE, 29 dez. 1999).

A referida notícia também foi redigida baseada apenas no depoimento do deputado, sem nenhum contraponto do MST ou das famílias de sem-terra. O tom sensacionalista construído pelo entrevistado foi impresso no texto, que comentava que o deputado reconhecia as desigualdades sociais, “mas não é pregando conquistas pela força e derramamento de sangue que ocorrerão mudanças”, pois para o legislador a cartilha estava pregando guerrilha e mudança de regime às crianças de sete anos. Foi descrito, ainda, que o deputado sabia que no MST existiam “muitos trabalhadores que têm Deus no coração e, com certeza, discordam do que estão ensinando nessas cartilhas para seus filhos<sup>45</sup>” (CE, 29 dez. 1999).

Essa relação do projeto pedagógico do MST com a guerrilha foi descrita nos jornais a partir de uma interpretação feita pelos deputados, incorporada no discurso do jornal. Tanto que a ilustração publicada pelo *Correio do Estado* foi produzida pela redação do periódico a partir de um julgamento (totalmente parcial) de que o ministro também interpretaria o texto da cartilha com indignação:

---

<sup>45</sup> Neste documento está um exemplo claro da presença do anticomunismo católico.



**Figura 10 – Ilustração do ministro com a cartilha dos sem-terrinhista**

Mas devemos expor algumas características do projeto pedagógico do MST para entender porque foi construída aquela representação de “guerrilha”. Características essas que estão presentes em todos os seus cadernos de formação de base, como o utilizado em Sidrolândia.

De acordo com Gohn (2000), o projeto educativo do MST parte do pressuposto de que o caminho para a libertação é a conscientização, pois esta possibilita aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo, distinguirem os interesses antagônicos e esclarecerem as contradições sociais. Por isso, o movimento não estabelece distinção entre educação e política, mas procura criar um processo pedagógico que se insere num universo político de luta contra as relações hegemônicas do capital que desqualificam todo e qualquer saber que não está em de acordo com as imposições do sistema capitalista dominante. A denúncia e a luta contra as estruturas dominantes são parte da construção dessa consciência.

Os cursos do MST visam fortalecer a organização popular. Eles se baseiam no paradigma da análise da realidade – quando o participante toma consciência de sua classe, de seu papel e de seu destino histórico (reconhece-se como “pobre”) – para posteriormente iniciarem a capacitação científica e técnica daquela classe, onde a categoria “povo” ganha centralidade como ator histórico.

A educação proposta não é um processo apenas de absorção das informações transmitidas pelos intelectuais, mas é uma construção de conhecimento por meio de uma relação estabelecida entre as informações recebidas e a realidade vivida dos alunos.

No seu projeto pedagógico, o MST atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso à terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão. Em seus cursos de formação, o movimento busca desenvolver a consciência dos alunos participantes, ou seja, busca formar atores políticos com uma determinada cultura política e com um olhar crítico sobre a realidade.

Gohn (2000, p. 128) explica que o novo conhecimento adquirido se realiza por um processo de acúmulo de informações que se sobrepõem: história de vida de personagens famosos, teorias sobre o trabalho, histórias de lutas de outros povos, histórias de revoluções famosas<sup>46</sup>, etc. “Por meio da transmissão de conteúdos, cada vez mais abrangentes, mas todos versando sobre os mesmos temas e problemas (...) realiza-se o processo de confronto com a realidade vivida e a tomada de consciência”. Essa consciência transforma aqueles acampados para lutar por uma meta: transformar o mundo pela ótica dos interesses da classe que eles representam – os pobres, os excluídos.

Mas a representação de “guerrilheiro” não foi apenas da classe política: também foi construída pela polícia. Em novembro de 2000, um ano depois da matéria sobre o congresso dos sem-terra, o *Correio do Estado* publicou outra intitulada “Acampamento sob ordens de guerrilha”, onde se referia a textos de um caderno que um dos acampados da fazenda Santo Antônio usava para os cursos de formação e que foi apreendido pela polícia civil em uma ação de despejo. O referido caderno foi descrito, pelo repórter, como “uma espécie de cartilha, uma espécie de Diário da Guerrilha”. Nele constava um desenho de um campo de futebol que a polícia acreditava ser a “organização de guerrilha do acampamento dos invasores. De um lado os ricos, latifundiários, empresários e políticos; de outro, os sem-terra, sem-teto, desempregados, prostitutas, assentados. (...) O desenho foi feito dia 4 de setembro sob o título *Formação de Acampado M.S.T*” (CE, 20 nov. 2000).

---

<sup>46</sup> Daí a explicação da inserção das biografias de líderes como Che Guevara e a construção do aluno como “sujeito” (termo usado pelo MST, mas que nós preferimos chamar de “ator”). Esses métodos educacionais também fazem parte da mística, pois identificamos neles uma proposta de motivar os alunos a fim de prepará-los para a luta e a resistência nos acampamentos.



O desenho do caderno ao qual a notícia se referiu está inserido a seguir. Nele temos uma representação da consciência de classe que o MST procura criar nos trabalhadores rurais, através dos cursos de formação de militantes e de sua base. A consciência de ser pobre/sem-terra/excluído é o marco referencial de toda a luta do MST na busca pela justiça social<sup>47</sup>.



Figura 11 – Desenho do caderno de acampado na fazenda Santo Antônio

Porém, segundo uma estratégia de desqualificar as ações do MST, o texto do caderno foi representado como uma ameaça do movimento à ordem social.

Percebemos que o leitor também se apropriou daquele discurso com naturalidade. Um mês depois da matéria anteriormente citada, Luiz Manzione, advogado em Campo Grande, publicou um artigo intitulado “Invasões guerrilheiras”. Seu texto discorria sobre as dificuldades que os fazendeiros sul-mato-grossenses enfrentavam para sobreviver, como as pragas da lavoura, a febre aftosa, os impostos e os encargos sociais, considerados pelo autor do texto como “leões para serem mortos pelos ruralistas”. Mas o advogado afirmava que aquela classe se deparava agora com um “leão mais forte e mais perigoso do que todos: os guerrilheiros invasores de terras”:

Estes “**guerrilheiros**”, formados em técnicas nicaraguênses e zapatistas, com cartilhas fornecidas pelos seus líderes que lhes dão orientação para sua ação

---

47 Aliás, é a partir dessa consciência de “pobre” que o movimento criou ícones emblemáticos para diferenciá-lo da categoria a qual pertence: o boné vermelho, as foices e enxadas, a camiseta com o emblema do MST, tudo para lhe conferir uma identidade.

criminosa, chegam a comandar o Incra, impondo àquela autarquia federal a instauração de processo administrativo de desapropriação em propriedades por eles nominadas (CE, 19 dez. 2000).

O artigo acusava o Incra de deixar de cumprir a lei para se “curvar” ante ao MST e emitir laudos “facciosos e tendenciosos”, considerando improdutivas propriedades que eram produtivas. Na verdade, o que os ruralistas não admitiam eram ter parte de suas fazendas desapropriadas após serem avaliadas como improdutivas, o que representava uma vitória da mobilização dos trabalhadores.

Reforçando aquelas representações negativas construídas sobre o MST, identificamos os discursos de um ator de peso na sociedade: o governo federal. Em 2000, ele ampliou suas críticas por meio da imprensa, intensificando sua estratégia de desqualificar as ações dos movimentos rurais perante a população, objetivando enfraquecê-los. Esta posição, como já destacamos, teve início em 1998, quando o presidente Fernando Henrique tentava se reeleger e precisava melhorar sua imagem desgastada pelas pressões sociais que vinha sofrendo por parte dos grupos organizados, principalmente pelo MST,

Qualificá-los como baderneiros se tornou discurso recorrente de FHC, que assim julgava as manifestações do movimento nos órgãos públicos (CE, 22 abr. 2000). O deputado federal Xico Graziano, do mesmo partido do presidente, deu continuidade à representação construída por Fernando Henrique ao comparar as ações do MST às das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, só porque os trabalhadores organizados no Brasil pressionavam o governo e se mostravam insatisfeitos com as políticas públicas por ele adotadas.

### **3.4 Valores morais, legais e políticos nos editoriais**

A tabela 5 nos mostra que O *Progresso* fez referência ao MST em 23 editoriais, 14 deles expressando aspectos negativos, ou seja, 61%. Suas opiniões foram relativamente equilibradas entre os valores legais, morais e políticos, e apenas os morais apresentaram mais aspectos positivos. Consideramos que essas representações do MST estiveram intimamente relacionadas com a visão de reforma agrária da diretora, Adiles Torres.

Para Adiles, o principal benefício da reforma agrária era o desenvolvimento econômico que representaria para o Brasil e sua opinião sobre ela expressou uma visão que poderia ser classificada de desenvolvimentista ou progressista, considerando o contexto

histórico e social de Mato Grosso do Sul. O jornal *O Progresso* defendia a idéia de que assentar os sem-terra era a alternativa para uma “nova colonização” do Estado, necessária para aumentar a escassa população de MS e elevar a participação deste na produção de alimentos para o país.

Em função disso, inicialmente *O Progresso* se mostrou favorável à organização do MST. Em 1995 o movimento foi citado, pelo jornal, como legítimo representante dos sem-terra, um “exemplo de perseverança e cidadania” (*OP*, 13 set. 1995), fundamental para pressionar o governo e assim garantir a socialização das terras, que estava nas mãos de tão poucos.

*O Progresso* sugeria que o governo incentivasse o êxodo urbano através do assentamento dos sem-terra, pois esses eram, na verdade, excluídos do campo em função das políticas agrícolas passadas. Para o jornal, a volta e a fixação desse grupo no meio rural lhes trariam renda e os transformariam em consumidores potenciais para uma indústria que então se interessaria em se instalar no Estado, já que existiria demanda para seus produtos (*OP*, 22 e 23 jul. 1995)<sup>48</sup>.

O jornal acreditava que o desenvolvimento passava pela pequena propriedade, justificando seu ponto de vista ao citar experiências de outros países, que o Brasil não seguiu por ter tratado, no passado, a reforma agrária como coisa de comunista:

Nunca é demais lembrar que um dos principais fatores que levaram os Estados Unidos a serem a grande potência mundial é a reforma agrária, procedida com sucesso no século passado. **Por um equívoco histórico, até pouco tempo, a reforma agrária neste País era tratada como “coisa de comunista”. Ainda bem que o processo histórico corrige os erros do passado.** A reforma agrária no Brasil urge como uma necessidade para apagar os focos de desavenças no campo e como um ingrediente imperativo para o crescimento econômico da nação (*OP*, 31 mai. 2000). (Grifo nosso)<sup>49</sup>.

*O Progresso* até propôs ao Estado que encontrasse uma forma de destituir pacificamente os latifúndios e transformá-los em colônias de produção, referindo-se

---

<sup>48</sup> Adiles fez uma breve referência a uma antiga pesquisa que concluíra que Mato Grosso do Sul precisaria ter o dobro da sua população para que as indústrias se interessassem em se instalar no Estado. Ela acreditava que a inclusão social dos sem-terra era a solução mais rápida e eficiente para criar essa demanda industrial.

<sup>49</sup> O próprio Weimar Torres tratou a reforma agrária como coisa de comunista, em artigos que publicou em *O Progresso*, diante das reformas de base de João Goulart, na década de 1960. Este assunto foi tratado por ARAKAKI (2003). Como vimos na análise dos documentos do jornal de 1995 a 2000, essa representação ainda se mantém.

constantemente à “socialização da terra” instituída por Getúlio Vargas, na década de 1950, quando este criou a CAND:

Há 50 anos, Getúlio Vargas, mesmo com o rótulo de ditador e centralizador, fez Reforma Agrária na região de Dourados. Esta parte do Brasil não seria a mesma não fosse essa decisão histórica. Os assentamentos existentes no estado são, por sua vez, sinônimos de prosperidade (*OP*, 13 de set. 1995).

A cidade de Dourados cresceu a partir da Colônia Agrícola Nacional (Cand), um projeto de Reforma Agrária da década de 50. Os governos e principalmente quem se opõe à idéia de Reforma, precisa entender que a miséria e os desajustes sociais têm muito a ver com o êxodo rural, com a prática de uma agricultura competitiva e não de subsistência (*OP*, 23 ago. 1996)<sup>50</sup>.

O exemplo da CAND como modelo positivo de socialização da terra ganhava ainda mais legitimidade a partir de dados estatísticos que o jornal recebia sobre a pequena propriedade. Baseado em uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que revelava que os agricultores familiares brasileiros eram mais eficientes no uso da terra que os patronais, *O Progresso* reiterou seu apoio à reforma agrária:

Esta conclusão reforça a tese da reforma agrária não só para fortalecer agricultura familiar e amenizar a tensão social, mas para ser um meio permanente de desenvolvimento sustentável. (...) Segundo a FAO, socializar a terra pode ser interpretado como um imperativo econômico. Outros países do continente asiático, europeu e americano alavancaram seu desenvolvimento com reformas desta natureza. (...) O incentivo da agricultura familiar e a reforma agrária são coisas que devem ser feitas para o próprio bem do país (*OP*, 31 ago. e 01 set. 1996).

Diante desses dados que convergiam para o sucesso da reforma agrária, *O Progresso* a apoiava. Mas isso não significou que aceitava que essa conquista viesse do MST, o que constatamos a partir da identificação de uma série de representações ambivalentes da luta do movimento, nos documentos do referido periódico. A apropriação de alimentos foi um exemplo. O jornal se mostrou comovido com a privação econômica das famílias acampadas, alegou que a organização seria a melhor alternativa para aquele grupo pressionar o governo para ter seus direitos devolvidos, mas julgou a atitude de apropriar de um bem alheio ora como ilegal, ora como moralmente aceitável, diante da fome.

---

<sup>50</sup> *O Progresso* ressalta os pontos positivos da CAND também nas edições de 24 e 25 jun. 1995, 24 abr. 1996, 28 mai. 1996, 02 abr. 1998, 19 mai. 1998 e 16 set. 1999. Para o jornal, implantar uma reforma agrária nos moldes da Colônia Agrícola seria uma forma do governo atual entrar “para a história ao lado de Getúlio Vargas” (*OP*, 24 e 25 jun. 1995).

Em junho de 1995, *O Progresso* considerou que os sem-terra eram “seres humanos discriminados pelo sistema capitalista” e que certamente teriam poucas chances de mudarem de vida de forma isolada, por isso agir em grupo para saquear era a arma que eles tinham (*OP*, 22 jun. 1995). De fato, a existência dos sem-terra tem sua origem na expropriação, que foi resultado do avanço do capitalismo no campo, como já foi estudado por vários autores, como Martins:

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (1993, p. 50-51).

Em 1995 *O Progresso* continuou tratando os sem-terra como excluídos socialmente e buscando justificativas positivas para os seus atos. No dia 13 de setembro daquele ano, identificamos um editorial se referia a uma notícia do dia anterior, em que os acampados da fazenda Sul Bonito, em Itaquiraí, tomaram uma carga de alimentos de um caminhão pertencente a uma rede de supermercados do Estado. Tanto a matéria como o editorial mostravam que aqueles trabalhadores rurais e suas famílias viviam em situação de extrema miséria, não estavam conseguindo empregos nas fazendas nem conseguindo ajuda do Estado e por isso se apropriaram daquele alimento para negociá-lo com o governo, em troca de cestas básicas. O jornal noticiou o fato como uma ação pacífica e ainda disse: “O termo saque talvez seja forte, pois, a ação foi pacífica (...) Saque é um ato praticado por vândalos e quando ficam marcas de violência”. (*OP*, 13 set, 1995). Aquela carga, semanas depois, foi entregue intacta e as cestas básicas foram garantidas, caracterizando a ação como uma forma de pressão ao governo.

Porém, no ano seguinte *O Progresso* se contradisse ao noticiar outro evento da mesma natureza: argumentou que a alegação dos sem-terra era a fome, mas na medida em que o movimento começava a transgredir a lei e a fugir das normas, a situação tendia a ficar complicada: “O MST tem um propósito legítimo que é a Reforma Agrária, mas nem por isso pode-se burlar as regras” (*OP*, 15 fev. 1996).

A partir de 1997, o jornal passou a reforçar a imagem negativa do MST devido à sua organização política, porém reforçando sua opinião favorável à reforma agrária. Em março daquele ano, afirmou que as autoridades deviam se sensibilizar com “a realidade do

brasileiro que pede por terra, independente dos direcionamentos políticos que são dados ao MST e do fato de existirem oportunistas em seu meio” (*OP*, 09 abr. 1997).

Essa sensibilidade do jornal pela privação econômica do trabalhador rural sem-terra aconteceu quando o Brasil e mais 13 países foram levados a discutir a desigualdade no campo, através da exposição das fotos do brasileiro Sebastião Salgado. As fotografias ilustravam as ocupações de terra no Brasil e o cotidiano dos acampamentos em beira de estradas e dos assentamentos. Sebastião Salgado ficou impressionado com a organização do MST e com os resultados econômicos e sociais nas áreas de assentamento e então idealizou a exposição cedendo os direitos autorais para reprodução e exposição internacional.

O evento aconteceu poucas semanas depois que o MST havia recebido um prêmio do governo da Bélgica em reconhecimento de suas ações para o desenvolvimento do Brasil. Ou seja, para alguns grupos como os internacionais, que não disputam poder com o avanço do MST, o movimento era visto como essencial para o fim das desigualdades sociais no país onde atuava.

A exposição teve como objetivo levar a discussão da questão agrária para o meio urbano e conquistar o apoio deste grupo para a reforma agrária. Na oportunidade do evento, *O Progresso* aproveitou para reforçar suas críticas ao governo pela morosidade da implantação da reforma, pois aquela demora contribuía para que os conflitos no campo se intensificassem (*OP*, 14 e 16 mar. 1997).

Na visão do jornal, a ausência de uma política de reforma agrária do governo só reforçaria as estratégias do MST, que cada vez mais assumia ares de guerrilha e violava os princípios da lei para atingir seus propósitos por meio dos saques, das invasões e da apropriação de gado (*OP*, 04 ago. 1997), ou seja, se tornaria perigoso (*OP*, 08 ago. 1997).

O MST passou a ser representado como perigoso justamente quando o Brasil registrou um grande número de assentamentos, ou seja, os movimentos sociais rurais começavam a somar conquistas. *O Progresso* procurou, a partir dali, deslegitimar as ações do MST por meio de suas representações fortes: como um movimento político-partidário de esquerda desviado de sua finalidade inicial que era a reforma agrária (*OP*, 27 fev. 1997) e como um grupo de baderneiros invasores de terras alheias, infratores do direito de propriedade da terra assegurado na constituição (*OP*, 02 abr. 1998). Em função do perigo

que se tentou atribuir ao MST, o jornal constantemente cobrou a intervenção do Estado para reprimir as ações dos sem-terra (*OP*, 19 set. 2000).

Porém, nesse ínterim, identificamos alguns editoriais que, mesmo reconhecendo as ações negativas do MST, aconselharam o movimento a mudar de postura para conquistar a simpatia popular, já que sua luta era legítima. Seleccionamos dois fragmentos que consideramos necessário citar:

Os coordenadores do MST não podem pecar pelo desespero. A causa não está perdida mas se a baderna persistir e crimes como os saques a caminhões continuarem sendo cometidos, o movimento só somará pontos a seu desfavor, enquanto ele tem que conseguir exatamente o contrário, mais e mais apoio da sociedade (*OP*, 18 jul. 1997).

(...) um movimento que é justo na sua essência, legítimo, mas que vem se comportando de uma maneira irresponsável – ou melhor, é preciso reconhecer que nem todos os integrantes se comportam de maneira tão rebelde assim. A questão agrária está inserida dentro de um contexto social muito maior e **O Progresso** já afirmou por diversas vezes que os sem-terra precisam ganhar a simpatia popular em vez de se comportarem de maneira sectária, corporativista e revanchista (*OP*, 16 ago. 2000).

Os dois editoriais citados foram interpretados por nós como uma tentativa do jornal de pautar as ações do MST. Defendemos a tese de que a forma de luta do movimento concretizada na ocupação de fazendas era a maior responsável pelas suas conquistas, pois como já demonstramos no primeiro capítulo, as desapropriações somente ocorreram a partir da forte pressão dos movimentos sociais rurais.

Porém, para o jornal, essa conquista não significava a concretização da reforma agrária tanto defendida por ele: traduzia o avanço político do MST. Portanto, era preciso desmobilizá-lo, tirar dele a popularidade conquistada. Para isso, além da estratégia de procurar caracterizar ações de pressão do movimento como infração da lei, *O Progresso* passou a estimular os atos nos quais os sem-terra não eram levados para o embate com o governo ou com os fazendeiros.

E, se os líderes dos sem-terra tivessem o “juízo” recomendado por *O Progresso* ainda em 1997, o jornal acreditava que a “revolução social” que o país tanto precisava para derrubar a barreira da miséria estaria prestes a ser iniciada (*OP*, 09 abr. 1997). Mas, como ficou claro, a revolução proposta pelo jornal não deveria ser conquistada pela mobilização popular, mas pela classe dirigente. Ou seja, era uma tentativa de bloquear a história que o movimento buscava construir para si.

Já no *Correio do Estado*, a tabela 7 nos mostra que o MST foi assunto de 18 editoriais, todos fortalecendo os aspectos negativos: 10 se basearam em julgamentos legais (56%), 6 em políticos (33%) e 2 em morais (11%). Em nenhum momento este periódico atribuiu legitimidade ao movimento: para o jornal, o MST não representava os sem-terra e por isso não estava interessado na reforma agrária, mas se valia de um problema social existente para “manipular” os trabalhadores rurais com suas idéias “revolucionárias”, que na verdade tinham a intenção de instituir a “anarquia no campo”:

A reforma agrária (...) continua a oferecer o caldo de cultura ideal para o cultivo de radicalismos à esquerda, aproveitados politicamente, quase sempre desinteressados em resultados práticos. A volta dos saques, o recrudescimento das tensões atendem, assim, de imediato, aos interesses dos que não desejam a reforma agrária, ganhando argumentos que desapareceriam em tempos de negociação franca, ou de avanços objetivos em busca de solução para a questão fundiária. Os que preferem transformar a luta política numa batalha campal, e do sangue e suor alheios extraírem fôlego para continuarem gritando palavras de ordem também não saem perdendo (*CE*, 23 ago. 1995).

O editorial citado – o primeiro publicado em nosso período de estudo - não esconde a preocupação do jornal com a organização política do movimento. Esta opinião esteve acompanhada de uma série de reportagens mostrando que os trabalhadores rurais acampados estavam criando um clima de terrorismo em Itaquiraí e a população urbana estava se sentindo ameaçada, pois temia por ataques e saques ao comércio. Em nenhuma matéria, porém, algum morador foi entrevistado. Lendo-as temos a impressão de um clima de instabilidade implantado na cidade desde março de 1995, quando escolas, comerciantes e repartições públicas suspenderam suas atividades alegando que os sem-terra estavam ameaçando invadir as instituições de ensino e saquear supermercados (*CE*, 16, 17 mar. 1995). Já era agosto e nenhum dos ataques suspeitados pelo jornal tinha ocorrido.

No dia 18 de março de 1995, o jornal ainda noticiou um manifesto da classe política e comercial de Itaquiraí, endereçada ao governador, pedindo a retirada dos acampados, pois a comunidade de Itaquiraí sentia-se “ameaçada em sua segurança e integridade familiar, bem como entristecidos com a imagem negativa que fatos como os saques e as invasões de propriedades trazem para o município e toda a região” (*CE*, 18 mar. 1995). Ou seja, não existia para o governo uma proposta de resolver o problema social existente, mas sim transferi-lo para outro local para não “manchar” a imagem dos políticos locais e isso era divulgado pelo jornal como um fato extremamente normal, sem nenhum questionamento, afinal, os sem-terra representavam, para ele, um bando de anarquistas.



Desqualificar o MST não significava que o *Correio do Estado* era contra a reforma agrária. O jornal sempre se manifestou favorável a ela, pois reconhecia que ela representava um ganho para a economia do país e colocá-la em prática significava incorporar ao processo produtivo milhares de famílias ou novas propriedades (CE, 23 ago. 1995). Porém, o que desde o início nos ficou claro foi que o periódico tentava impedir que a reforma fosse implantada por meio de uma conquista da organização popular, assim como *O Progresso* também não permitia.

Para isso, o *Correio do Estado* procurou deslegitimar o movimento perante a sociedade representando suas ações como político-partidárias e ilegais. Em julho de 1996, disse que o MST havia se transformado em palanque e por isso passava a apresentar objetivos obscuros (CE, 29 de jul. 1996). O texto se referia a uma manifestação que o MST estava prevendo para acontecer no Incra, em Campo Grande, onde as famílias acampadas no município de Bandeirantes ficariam em vigília em frente ao órgão até que ele destinasse novas áreas para assentamento no interior do Estado. O jornal representou o protesto como político e não como uma luta por uma causa justa, que era a reforma agrária.

O texto ainda comentou que o processo de reforma agrária vinha “trilhando o caminho legal”, pois o Estado vinha desempenhando um papel importante “na luta por melhores condições de vida a uma população que aprendeu a conviver com a miséria em busca por um pedaço de terra”. Mas como o jornal afirmava que o objetivo do MST não era a reforma, aquela iniciativa pacífica do governo foi descrita pelo periódico como “instigada por várias facções políticas, que transformaram o movimento em palanques para garantir espaços em prefeituras, câmaras e assembleias de todo o Brasil”. O problema para o *Correio do Estado*, portanto, não era a concretização da reforma agrária: era a organização do MST e a força política que isso representava.

Essa postura se tornou mais perceptível com o passar dos anos. Em 1996, o governo federal começou a agilizar os processos de desapropriação, já que a crise instalada no campo ganhou a mídia internacional depois dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA). O número de assentados foi grande, como percebemos na tabela 1, no primeiro capítulo. O *Correio do Estado* publicou, na metade daquele ano, um editorial demonstrando satisfação com o rompimento do “imobilismo” do governo, mas também mostrou preocupação de que as ações fossem colocadas em prática de acordo com as reivindicações dos movimentos sociais e não como uma alternativa econômica (CE, 07 jun. 1996).

O jornal não aceitava que o governo cedesse às pressões do MST desapropriando terras e investindo em infra-estrutura nos assentamentos, enquanto os grandes proprietários de terras não tinham acesso a nenhum tipo de financiamento para assistência técnica: “Se a intenção é fazer justiça, que ela seja ampla. A prioridade deve ser a mesma para todos, independentemente de cada uma delas” (CE, 09 jan. 1997).

Nesse mesmo editorial, o *Correio do Estado* expôs a justiça à qual reivindicava: era a mesma dos ruralistas, que discutiam na Câmara Federal a aprovação de um projeto de lei que previa que as terras ocupadas não poderiam ser vistoriadas para fins de desapropriação para reforma agrária até um ano após a desocupação. A aprovação do projeto era, para o jornal “uma luz no fim do túnel” capaz de impedir o “avanço indiscreto do MST” e “eliminar algumas certezas absurdas concebidas pelos articuladores políticos do MST”, surgindo como “uma concessão de um ‘habeas-corpus’ aos proprietários e produtores rurais, que poderão dormir tranqüilos diante de um mecanismo eficiente contra os invasores, que ameaçam e rondam suas terras em busca de um futuro incerto” (CE, 09 jan. 1997)

Em março de 1997, o presidente Fernando Henrique começou a organizar seu governo para que os ministérios da Saúde, Educação, Planejamento e Transportes passassem a investir nos assentamentos. Essa postura foi interpretada pelo *Correio do Estado* como um incentivo para as ações do MST de “desrespeito à Lei”, como ficou evidenciado no editorial de 14 de março de 1997: “A cada demonstração de boa vontade do Governo Federal, os sem-terra retribuem desse jeito: com enxadas, pás, foices e lona, arrebentam cercas e constroem acampamentos. Como se a atitude pudesse representar a instalação imediata da reforma agrária no país” (CE, 14 mar. 1997).

O jornal tentava mostrar que a forma de organização do MST somente se concretizava por meio da manipulação das famílias de sem-terra, que “pegaram carona nos discursos absurdos e promessas mirabolantes das lideranças do movimento” (CE, 14 mar. 1997). As “promessas mirabolantes” aos quais o jornal se referiu evidenciam a representação que o jornal construiu sobre a mística desenvolvida entre lideranças e famílias, já comentada no primeiro capítulo. As simbologias utilizadas para trazer o futuro para o presente, como os hinos, os cantos, as fotos e as expressões são geralmente interpretadas, pelos grupos externos ao movimento, como utopia e enganação dos trabalhadores. O *Correio do Estado* o acusava de pregar o socialismo para levar os desempregados para os conflitos no campo. Aquela forma de organização era descrita pelo

periódico como perigosa, mas pensamos que essa representação foi construída porque o MST levava as famílias a agirem, a serem autores de um processo e não mais sujeitos passivos.

Atribuir qualidades aos atores sociais significava fortalecer a mobilização popular e enfraquecer o poder de quem sempre o teve. Visualizamos esse pensamento do *Correio do Estado* no editorial que ele criticou a política agrária de Fernando Henrique Cardoso, pois julgava que o governo federal estava isolando a classe ruralista, estava deixando “de garantir melhores condições para quem já produz, para apostar em ações políticas equivocadas, direcionadas para incentivar a anarquia, como revelam as invasões comandadas pelo MST” (CE, 17 abr. 1997).

A opinião foi emitida baseada na apropriação literal do discurso dos fazendeiros de Mato Grosso do Sul, que organizaram, no dia 16 de abril de 1997, uma manifestação para cobrar ações favoráveis à

classe produtora que, nos últimos meses, tem assistido à ascensão do MST por conta de inúmeras concessões que tem recebido da cúpula federal. Em contrapartida, os ruralistas não receberam nada, além da nova taxaço do Imposto Territorial Rural (ITR), juros escorchantes dos financiamentos do Banco do Brasil, e nenhuma linha de crédito especial para suprimir a queda vertical dos preços dos seus produtos (CE, 17 abr. 1997).

A classe ruralista estava, naquele começo de 1997, se organizando. Em agosto realizou uma carreata em Campo Grande reunindo, de acordo com o *Correio do Estado*, cerca de quatro mil manifestantes para “cobrar do Estado o fim da anarquia generalizada que tomou conta do País, por meio do Movimento Sem-Terra” (CE, 05 ago. 1997). O jornal reforçou que ninguém desejava – e essa era uma posição já mais do que esclarecida – impedir a reforma agrária no Brasil, mas era inaceitável o método “imposto” pelo MST para conseguir a reforma. E ainda comparava a atuação do movimento com a dos grandes fazendeiros, dizendo que enquanto o primeiro provocava problemas de toda ordem, o segundo estava plantando e produzindo riquezas para o país. O texto terminou exigindo uma resposta do governo, pois do contrário, um conflito maior seria inevitável. Soava como uma ameaça dos ruralistas, transmitida pelo editorial.

O *Correio do Estado* incorporou o discurso intimidador dos fazendeiros com a maior naturalidade, mas ao se referir às ações do MST indagava a si e aos leitores onde estaria o Estado de Direito. Este é uma prerrogativa da democracia que protege todos os cidadãos, sem distinção. Porém, exigir a defesa dos direitos de alguns grupos em

detrimento de outros, como o jornal estava fazendo, não se caracteriza o exercício do Estado de Direito.

Então nos perguntamos: que prioridades o governo brasileiro, em toda a sua história, tinha dado, até então, para os pequenos produtores rurais? De acordo com o que vimos no primeiro capítulo, o Brasil se constituiu como um Estado de classe, ou seja, sempre desviou dinheiro público para uso privado, deixando de utilizá-lo para obras e atividades de interesse público para atuar em favor da grande empresa capitalista, notadamente na política de incentivos fiscais do regime militar. Martins (1993, p. 46) afirmou que embora os governos reconhecessem que a maior parte da alimentação do país era produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até então não tinham produzido uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para aqueles produtores.

E, no momento em que o governo começava a apontar investimentos para a pequena produção rural, os grandes ruralistas se sentiram ameaçados. Boa parte de Mato Grosso do Sul é formada por latifúndios; muitas pequenas propriedades foram absorvidas pelas grandes, principalmente no período de regime militar. Uma ruptura na história já sedimentada dessa sociedade era vista por ela como uma alteração do normal e causava apreensão.

Em 1999, o *Correio do Estado* se valeu de novos fatos para mostrar à população que o MST não estava interessado na reforma agrária: iniciou uma crítica ao vínculo de trabalhadores urbanos desempregados ao movimento, “sem nenhuma vocação para a agricultura e a pecuária” (*CE*, 04 jan. 1999). Para o jornal, esse era o motivo pelo qual o número de sem-terra estava aumentando às margens das rodovias ao mesmo tempo em que muitos eram assentados. De fato, o movimento também é formado por várias categorias de excluídos e parte delas é da área urbana, geralmente aqueles cuja família foi expropriada do campo em políticas agrícolas passadas. Mas a razão do número de acampamentos estar aumentando era a grande articulação que o MST estava realizando em suas bases.

Se o êxodo de vários trabalhadores do campo para a cidade, principalmente durante o regime militar, até hoje é aceito como um processo natural, por que o inverso demonstrava resistência da sociedade? A origem dos acampados não era o principal problema, como desejava mostrar a imprensa. O problema era a organização deles. Representá-los como “inaptos” para o trabalho rural escondia as verdadeiras intenções de

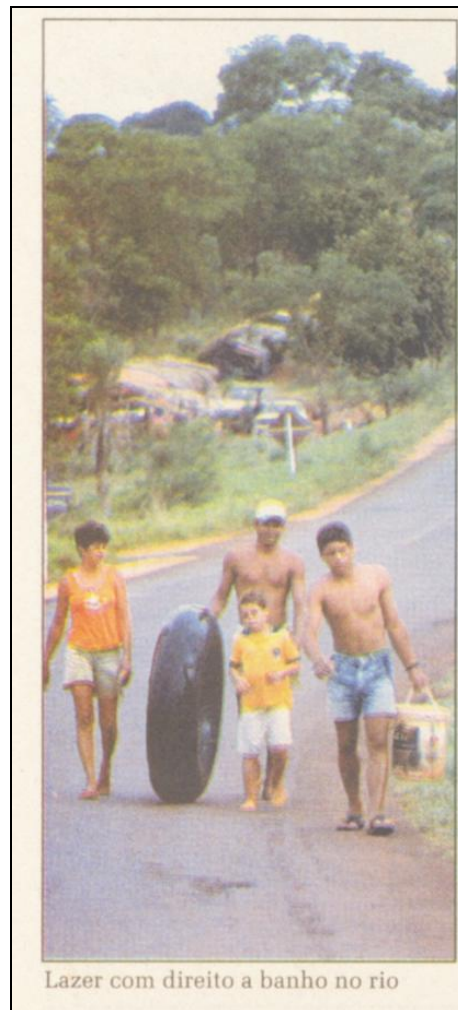
alguns segmentos que o jornal já demonstrou que defendia, como os ruralistas e o próprio governo.

Mas o *Correio do Estado* tentou provar que as suas alegações tinham fundamento e publicou, em novembro de 1999, uma matéria afirmando que os acampamentos não eram habitados por sem-terra, mas por trabalhadores urbanos que utilizavam o local para lazer nos finais de semana, pois nos demais dias estavam em suas casas, nas cidades. Nenhum acampado foi entrevistado, mas o jornal citou o exemplo de um acampamento da Fetagri, em Campo Grande, cujo líder morava na área urbana. Apesar de não se tratar do MST na matéria, foi ele o criticado no editorial daquele dia.

Sabemos que os movimentos sociais rurais modernos possuem parte de sua estrutura organizativa na cidade, portanto o exemplo citado não apresenta nenhuma anormalidade. Mas o jornal procurou não deixar margem de dúvidas sobre aquilo que ele estava apresentando: fotografou partes do acampamento vazio, como uma residência (barraca de lona) que possuía uma mesa, interpretada pelo periódico como o espaço para os jogos de baralho, e pessoas andando na rodovia, descritas na matéria como se dirigindo para um banho de rio.



**Figura 12 – Foto de residência de acampado**



**Figura 13 – Foto de acampados na rodovia**

Diante de todos aqueles fatos apresentados e comprovados pelas fotografias, o editorial procurou induzir os leitores a concluírem o mesmo que o jornal:

Uma das conclusões possíveis a que os leitores podem chegar é que os acampamentos são apenas símbolos que refletem uma imagem nada agradável de conflito social, mas que no fundo são instrumentos de manipulação política a serviço de propósitos ideológicos dos grupos que lideram o movimento (CE, 21 nov. 1999).

Uma fotografia, como qualquer outro documento, não está ileso da ideologia do seu autor e representa partes do real, pois sua técnica permite captar apenas alguns fragmentos do ambiente. Ou seja, tem o poder de reforçar as representações de seu produtor, que através dela amplifica alguns aspectos e deixa outros de lado. Kossoy (2001), ao estudar as fontes fotográficas nos estudos históricos, concluiu que as diferentes aplicações da fotografia não podem ser vistas apenas como fenômeno ilustrativo isolado do contexto sociopolítico e cultural. Portanto, entendemos que o uso daquelas fotos serviram para

legitimar o discurso do jornal, que procurava representar o MST como desviado de sua finalidade ao usar os sem-terra para se articular politicamente..

Já em 2000, o principal assunto que rendeu editoriais negativos foi a investigação em vários Estados, pela Polícia Federal, de cobrança de “pedágio” aos trabalhadores rurais assentados pelo MST, ou seja, uma porcentagem sobre os valores recebidos em financiamentos para plantio. No julgamento do jornal, se o cidadão conseguiu um pedaço de terra por meio da atuação do MST, nada mais óbvio que contribuísse para o seu fortalecimento, mas o *Correio do Estado* foi pragmático ao dizer que “o argumento até seria compreensível não partisse de premissa falsa” (CE, 13 set. 2000). Como já comentamos, a verba administrada pelo MST ainda é alvo de crítica e seu “desvio” continua sendo objeto de investigação.

Observamos, nos seis anos de nosso recorte, que tanto *O Progresso* como o *Correio do Estado* registraram diversas ações do MST e situações que o envolveram, como a privação econômica, a violência, a capacidade de organização, a forma de financiamento, os grupos de excluídos que constituem os sem-terra, as ideologias, os projetos educacionais e políticos e a simbologia representada por meio da prática da mística, do uso foice e da enxada, da bandeira, etc.

Todos esses elementos captados pelos jornais são reais. Porém, a liberdade que imprensa possui para selecionar o que pode ou não ser divulgado levou tanto *O Progresso* como o *Correio do Estado* a priorizarem pautas que abordavam conflitos, e estes sempre provenientes dos trabalhadores. Ou seja, os fatos foram construídos de acordo com os valores dos atores envolvidos na produção dos periódicos, das relações sociais e comerciais que a empresa jornalística estabeleceu com determinados grupos e dos projetos políticos que ela defendia.

Comparando o conteúdo priorizado nas notícias ao conteúdo dos julgamentos emitidos nos editoriais dos dois jornais, percebemos como um esteve relacionado ao outro, demonstrando a influência das diretrizes ideológicas do veículo de comunicação no trabalho jornalístico e comprovando que a independência editorial não existe.

Como Adiles simpatizava com a idéia da implantação de pequenas propriedades rurais porque tinha como referência o progresso que a CAND trouxe para a região em que vivia, seu jornal se posicionou, inicialmente, favorável ao MST. Porém, quando as ações dos sem-terra se tornaram contundentes e outras forças sociais começaram a se opor ao

crescimento político do MST, por meio da imprensa, identificamos um certo recuo da empresária, aspecto que ficou visível nas pautas de suas notícias, que priorizaram abordar aspectos negativos da luta pela terra. Já o *Correio do Estado* manteve a posição de crítico conservador do começo ao fim e os diferentes tipos de documentos publicados no periódico se mostraram alinhados ideologicamente às forças ruralistas.

Ou seja, comprovamos a tese que sustentamos desde o início desta pesquisa: os jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*, apesar de se mostrarem favoráveis à reforma agrária, imprimiram em suas páginas os interesses sociais dominantes de desmobilizar a organização popular que reivindicava a distribuição de terras. Os periódicos construíram, ao longo do período, representações que deslegitimavam a luta dos movimentos sociais rurais e limitavam o seu crescimento político.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos dos jornais sul-mato-grossenses *O Progresso* e *Correio do Estado* nos permitiu visualizar a imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra que se tornou recorrente naqueles meios de comunicação: grupo de invasores violentos e perigosos, ameaçadores da ordem. Podemos afirmar que forças sociais dominantes encontraram espaço naqueles periódicos para a produção e transmissão de suas ideologias, por meio da construção dessas representações negativas sobre o movimento.

Para que chegássemos a esta conclusão, procuramos conhecer um pouco sobre a história e as práticas tanto do MST como daqueles jornais. No primeiro capítulo, reconstruímos fatos importantes da luta pela terra no âmbito nacional e estadual, demonstrando como as políticas agrárias brasileiras colaboraram para o surgimento de movimentos de trabalhadores expropriados do campo em busca da igualdade no acesso à terra – a exemplo do MST –, bem como procuraram reprimir esses grupos organizados.

Ainda no primeiro capítulo visualizamos, nos anos de 1995 a 2000, um período de conquistas para o MST: o número de famílias que ganharam terras foi grande, assim como a popularidade do movimento na imprensa. A conjuntura que começava a se mostrar favorável às organizações sociais rurais também contribuiu para despontar no cenário brasileiro atores contrários ao projeto do MST: a UDR, o MNP e o próprio governo federal.

No segundo capítulo, demonstramos que as técnicas utilizadas para a produção de um jornal servem para esconder toda a subjetividade que permeia a construção das notícias e para fazer com que estas se pareçam isentas e mediadoras da verdade. Comprovamos esta realidade ao analisar o funcionamento de *O Progresso* e do *Correio do Estado* e as posições ideológicas que nortearam as suas escolhas, ênfases ou omissões, desde a fundação dos periódicos ao recorte temporal desta pesquisa.

Evidenciamos, ainda, que as notícias permitem o conhecimento dos aspectos do mundo que o grupo que as produziu julgou como importantes a serem divulgados. Nessa ação seletiva, alguns fatos são priorizados em detrimento de outros, chegando ao conhecimento do público carregados de representações.

Constatamos, então, que a imprensa é uma instituição complexa. Ao mesmo tempo em que exerce o direito público de informar, pertence a empresas privadas. Suas escolhas, portanto, são influenciadas pelos grupos aos quais está ligada e pelos projetos políticos que eles defendem. Comprovamos isso no segundo e terceiro capítulos, ao identificarmos a prática em *O Progresso* e no *Correio do Estado* de silenciar algumas vozes e publicizar outras. Essas escolhas não se restringiram apenas ao ato de publicar *releases* ou anúncios, mas às ações de selecionar o assunto a pautar ou as pessoas a entrevistar. Como exemplos, mostramos os hábitos de priorizar as declarações da polícia ou do governo em detrimento dos depoimentos dos sem-terra e de reproduzir o antigo comportamento de tratar a questão social como caso de polícia.

As referências que dois periódicos sul-mato-grossenses fizeram ao MST se basearam nos valores que permeiam o conceito dominante da propriedade privada na sociedade brasileira. Em nosso país, ela possuiu um valor estratégico e simbólico e, em Mato Grosso do Sul, Estado que se formou e tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias, o poder que a posse da terra concede a quem a possui é de grande expressão.

Portanto, a luta do MST por acesso à terra perturbava as relações capitalistas já estabelecidas. E, ao avançar politicamente devido a conquistas de assentamentos e de políticas públicas, o movimento passou a preocupar as forças sociais dominantes, que procuraram impedir a mobilização daqueles trabalhadores. Uma das formas encontradas foi deslegitimar o MST perante a sociedade, por meio da imprensa, criando representações negativas sobre ele, que foram criando força de acordo com os valores que agregavam.

As lutas dos movimentos populares representam uma importante fonte de mudança e transformação social: elas anunciam o que está tomando forma antes das coisas se tornarem claras e, ao reivindicarem por direitos, conquistam leis, produzem conhecimento, constroem novos valores e modificam os já existentes, alterando a agenda social. Ou seja, interferem ativamente no processo histórico.

Impedir a manifestação popular é, portanto, impedir muitas possibilidades de transformação da sociedade. Criar obstáculos para que os sem-terra, por meio de suas organizações, escrevam sua própria história é o que Lefebvre (1978) chama de bloquear o tempo histórico, típico das representações sociais. Porém, ao identificarmos a origem dessas representações e os elementos que elas carregam de conhecimento e desconhecimento sobre o MST – o que alcançamos nesta dissertação –, podemos contribuir

para que equívocos sejam resolvidos e o poder de determinados grupos seja diminuído, permitindo que o tempo histórico possa se abrir para o exercício de outras práxis: aquelas que de fato promovam a construção da cidadania.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **PERIÓDICOS CONSULTADOS**

*Jornal O Progresso* (Dourados, MS). 19 e 20 de março de 1984.

\_\_\_\_\_. 26 e 27 de julho de 1986.

\_\_\_\_\_. Janeiro de 1995 a dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. 22 de abril de 2003.

*Jornal Correio do Estado* (Campo Grande, MS). Janeiro de 1995 a dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. 07 de fevereiro de 2004.

*Jornal da Rede ALCAR*. (São Bernardo do Campo, SP). 11 de setembro de 2002.  
Disponível em <<http://www2.metodista.br/unesco>>. Acesso em 10 ago. 2005.

### **ENTREVISTAS**

Adiles Torres do Amaral. Dourados, 17 de novembro de 2004.

Dante Teixeira de Godoy Filho. Campo Grande, 09 de dezembro de 2004.

Hordonês Echeverria. Campo Grande, 09 de dezembro de 2004.

Nery Kaspari. Campo Grande, 09 de dezembro de 2004.

Valfrido Silva. Dourados, 10 de agosto de 2005.

Vander da Silva Verão. Dourados, 07 de novembro de 2004.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002. (Coleção Descobrindo o Brasil).

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memória e representações de 1964*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS. Dourados.

BELLONI, Maria Luiza. A formação na sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito. In: *Espaço Aberto* – Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n° 22, p. 121-137, jan/fev/mar/abr 2003.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. 1997. 2º v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 2. ed. São Paulo, Scortecci, 2001.

BORGES, Maria Celma Lemos. *De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Parapanema – SP*. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRASIL. *Constituição (1998)*. República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Secretaria de Comunicação da Presidência República. *Reforma Agrária: Compromisso de Todos*. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_, Ministério de Política Fundiária. *Novo Mundo Rural*. Disponível em: <<http://www.www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24>> Acesso em: 21 jul. 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. *O Mundo como representação*. Estudos Avançados, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHAUVEAU, Agnes; TÊTARD, Philipp. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CÓDIGO Napoleônico, a moderna Bíblia civil. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2004/11/26/001.htm>. Acesso em 12 ago. 2005.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da Ilusão: os pioneiros*. Dourados, ViaNova, 1995.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. *Curso Moderno de Direito Civil*. vol.1, 2. ed. São Paulo, Nelpa, 1996.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5ª ed. Ática, São Paulo, 2003.

FABRINI, João Edmilson. *A posse da terra e o sem terra no Sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. Corumbá: AGB-Corumbá, 1996.

FARIAS, Damião Duque de. O medo do comunismo. In: \_\_\_\_\_. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975)*. 2002. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH-USP. São Paulo. P. 53-66.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ª ed. São Paulo, Edusp, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2000.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. In: \_\_\_\_\_. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 9ª ed. São Paulo, Saraiva, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais*. 3ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 31-344.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

IBGE. *Censo agropecuário MS*. Rio de Janeiro, IBGE, 1975 a 1995.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987. (Série Princípios).

\_\_\_\_\_. *Linguagem jornalística*. 4ª ed. São Paulo, Ática, 1993. (Série Princípios).

LEFEBVRE, Henri. El concepto de representación. In: *La presencia e la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. p. 17-102.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.

\_\_\_\_\_. *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. Revista Brasileira: Terra e Poder, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar/ago 1986.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

LOGOS. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. 3º e 4º v. Editora Verbo, Lisboa/São Paulo, 1989.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzana; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações o possível. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 87-97.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro, Revan/Campinas, UNICAMP, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *A Militarização da Questão Agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. SP, Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In STEDILE, J. P. (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, nov. 2003.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

MNP. Disponível em: <<http://www.udr.org.br>> Último acesso em: 25 mai. 2005

MORENO, Gislaene. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.



MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

MST. *Programa nacional de formação de militantes e da base do MST*. Porto Velho, Setor de Formação MST, 2001.

MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Último acesso em: 03 ago. 2005.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

PÉBAYLE, Raymond; KOEHLIN, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. In: *Espaço e conjuntura*, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia. São Paulo, 1981. Folheto.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970-1983*. Revista Geografia – UFMS. Campo Grande, v. 8, p. 33-40, jul/dez 1998.

ROSSI, Waldemar. *A Teologia da Libertação e as transformações do mundo*. Revista Espaço Acadêmico, ano II, n. 17, outubro 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17cwrossi.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnes; TÊTARD, Philipp (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, EDUSC, 1999.

SOUZA, Cláudio Freire de. *A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS, Campo Grande, MS.

STEDILE, João Pedro; FERNANDRES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UDR. Disponível em: <<http://www.udr.org.br>> Último acesso em: 04 jul. 2004.

## ANEXOS

**Tabela 8 – Documentos analisados do jornal *O Progresso***

<b>código</b>	<b>data</b>	<b>título</b>	<b>página</b>	<b>orig</b>	<b>imag</b>
OP95001	27/01/1995	Wilson garante reforma agrária	Capa	ass <sup>a</sup>	não
OP95002	27/01/1995	Wilson garante reforma agrária a sem-terra	PC <sup>b</sup> , Geral, p. 07	ass	não
OP95003	08/03/1995	Acampados vão fazer jejum pela reforma agrária	Capa	red <sup>c</sup>	não
OP95004	08/03/1995	Acampados vão fazer jejum pela reforma agrária	PC, Cidade, p. 04	red	não
OP95005	10/03/1995	Sem-terra bloqueiam BR-163 por várias horas	Capa	red	não
OP95006	10/03/1995	Sem-terra bloqueiam BR-163 por várias horas	PC, Cidade, p. 03	red	não
OP95007	14/03/1995	Sem-terra invadem a prefeitura de Itaquiraí	Capa	red	não
OP95008	14/03/1995	Sem-terra ocupam a prefeitura e ameaçam saques	PC, Cidade, p. 09	red	não
OP95009	15/03/1995	Criança morre no acampamento de Naviraí	Capa	red	não
OP95010	15/03/1995	Morre outra criança do acampamento dos sem-terra	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95011	16/03/1995	O conflito fundiário	PC, Opinião, p. 02	red	não
OP95012	16/03/1995	Sem terra saem frustrados de reunião com o Governo	PC, Geral, p. 07	red	não
OP95013	18 e 19/03/1995	Caminhada lembra as dez mortes em acampamento	Capa	red	1
OP95014	18 e 19/03/1995	Caminhada lembra as dez mortes ocorridas no acampamento	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP95015	20/03/1995	Exemplo de perseverança	Capa	red	1
OP95016	20/03/1995	carta do leitor	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP95017	20/03/1995	Onde o lema é a conquista pela terra	PC, Cidade, p. 04	red	1
OP95018	20/03/1995	Professores opinam sobre o movimento	PC, Cidade, p. 05	red	
OP95019	20/03/1995	Moradores reconhecem o direito dos acampados	PC, Cidade, p. 05	red	1
OP95020	20/03/1995	Fazenda Sul-Bonito foi invadida 2 vezes	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP95021	19/04/1995	Questões da terra – questões do homem	PC, Opinião, p. 02	leit <sup>d</sup>	não
OP95022	26/05/1995	Latifúndio e atraso	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP95023	31/05/1995	Sem-terra pressionam governo com mobilização nacional	Capa	red	não
OP95024	31/05/1995	Sem-terra pressionam FHC em mobilização nacional	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP95025	05/06/1995	Sem-terra podem bloquear rodovias em Itaquiraí e Ivinhema	Capa	red	não
OP95026	05/06/1995	Sem-terra fazem protesto hoje em Itaquiraí e Ivinhema	PC, Cidade, p. 06	red	não
OP95027	06/06/1995	Sem-terra fecham rodovias em duas cidades	Capa	red	não
OP95028	06/06/1995	Sem-terra fecham BRs em Itaquiraí e Anastácio	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95029	08/06/1995	Trabalhadores sem-terra lotam galerias do Plenário da AL	PC, Política, p. 03	red	não
OP95030	09/06/1995	Sem-terra fazem reivindicações no INSS	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95031	14/06/1995	Indefinida a situação dos sem-terra	PC, Cidade, p. 09	red	1

<sup>a</sup> Assessoria

<sup>b</sup> Primeiro Caderno

<sup>c</sup> Redação

<sup>d</sup> Leitor

OP95032	17 e 18/06/1995	Sem-terra continuam na sede do Incra	PC, Cidade, p. 04	red	1
OP95033	21/06/1995	Sem-terra saqueiam caminhão frigorífico	Capa	red	1
OP95034	21/06/1995	Sem-terra saqueiam caminhão na Br 163	PC, Cidade, p. 05	red	1
OP95035	22/06/1995	A fome que leva ao saque	PC, Opinião, p. 02	edit <sup>e</sup>	não
OP95036	23/06/1995	Wilson garante ajuda a sem-terra	Capa	ass	não
OP95037	23/06/1995	Wilson recebe sem-terra e promete ajuda	PC, Cidade, p. 04	ass	não
OP95038	24 e 25/06/1995	A terra comunitária	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP95039	12/07/1995	Sem-terra pedem apoio para viajar à Brasília	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP95040	22 e 23/07/1995	Congresso dos Sem-Terra	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP95040	27/07/1995	Sem-Terra fazem manifestação em frente a embaixada dos EUA	PC, País, p. 09	ag <sup>f</sup>	não
OP95041	28/07/1995	Cardoso amplia crédito subsidiado para sem-terra	PC, País, p. 09	ag	não
OP95042	08/08/1995	Sem-terra vão cobrar agilidade do Incra/MS	PC, Cidade, p. 11	red	não
OP95043	10/08/1995	Sem-terra fazem manifestação em Itaquiraí	Capa	red	não
OP95044	10/08/1995	Sem-terra fazem enterro simbólico do Incra hoje	PC, Cidade, p. 14	red	1
OP95045	22/08/1995	Sem-terra de Itaquiraí tomam carga do Atacadão	Capa	red	
OP95046	22/08/1995	Sem-terra de Itaquiraí pegam carga do Atacadão	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP95047	22/08/1995	Comunidade vai cobrar providências do governo	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95048	22/08/1995	“Ninguém está preocupado com nós”, diz coordenador	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP95049	23/08/1995	Comissão viaja até Itaquiraí para ver acampamento	Capa	red	não
OP95050	23/08/1995	Comissão viaja a Itaquiraí para conhecer acampamento	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95050	23/08/1995	Representantes dos acampados se reuniram no Incra	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95051	30/08/1995	Desmonte social: o êxodo rural	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP95052	01/09/1995	Wilson busca ajuda para sem-terra	Capa	ass	não
OP95053	01/09/1995	Wilson busca ajuda federal para sem-terra	PC, Cidade, p. 06	ass	
OP95054	09/09/1995	Incra assentou 4.800 famílias de sem-terra em agosto	SR <sup>g</sup> , p. 02	ag	não
OP95055	13/09/1995	O protesto dos sem-terra	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP95056	26/09/1995	Coordenador nacional do MST está em Dourados	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP95057	09/10/1995	Sem-terra	PC, Opinião, p. 02	leit ag	não
OP95058	24/10/1995	O clima é tenso na área invadida pelos sem-terra	Capa	red	não
OP95060	24/10/1995	É tenso clima na fazenda Sul Bonito	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP95061	25/10/1995	Sem-terra não querem desocupar fazenda em Itaquiraí	Capa	red	não
OP95062	25/10/1995	Juiz concede liminar de reintegração de posse para Fazenda Sul Bonito	PC, Cidade, p. 10	red	não
OP95063	26/10/1995	Sem-terra aceitam deixar a fazenda pacificamente	Capa	red	não
OP95064	26/10/1995	Sem-terra concordam em deixar fazenda Sul Bonito	PC, Cidade, p. 10	red	não
OP95065	31/10/1995	Sem-terra não querem desocupar a Sul Bonito	PC, Cidade, p. 06	red	1
OP95066	07/11/1995	Sem-terra discutem no Incra, em Brasília, compra da Sul Bonito	PC, Cidade, p. 10	red	não
OP95067	10/11/1995	Incra pode comprar a Sul Bonito	Capa	red	não
OP95068	10/11/1995	Presidente do PT pede apoio do governo para reforma agrária	PC, Política, p. 03	red	1

<sup>e</sup> editorial

<sup>f</sup> Agência

<sup>g</sup> Suplemento Rural

OP95069	10/11/1995	Assessor do Incra vem para negociar Sul Bonito	PC, Cidade, p. 11	ass	não
OP95070	02 e 03/12/1995	Sem-terra podem enfrentar polícia em Itaquirá	Capa	red	não
OP95071	02 e 03/12/1995	Crise política pode resultar em pancadaria na Sul Bonito	PC, Cidade, p. 06	red	não
OP95072	06/12/1995	Sem-terra interditam hoje BR 163	Capa	red	não
OP95073	06/12/1995	Sem-terra interditam BR 163 para pressionarem governo	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP95074	07/12/1995	Sem-terra desocupam hoje a sede do Incra na Capital	PC, Cidade, p. 11	red	não
OP95075	13/12/1995	Sem-terra voltam a saquear caminhão	PC, Cidade, p. 10	red	não
OP95076	15/12/1995	Sem-terra deixam fazenda de forma pacífica	Capa	red	não
OP95077	15/12/1995	Sem-terra desocupam Sul Bonito para não prejudicar negociações	PC, Cidade, p. 06	red	1
OP95078	15/12/1995	Wilson busca diálogo para resolver invasão de terras	PC, Cidade, p. 10	ass	não
OP96001	04/01/1996	MST discute situação dos sem-terra no Estado	PC, Cidade, p. 05	red	1
OP96002	20 e 21/01/1996	Sem-terra desocupam sede do Incra na capital	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP96003	23/01/1996	Sem-terra fazem barreira para arrecadar dinheiro	PC, Cidade, p. 09	red	não
OP96004	15/02/1996	O MST e os saques	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP96005	17 e 18/02/1996	Sem-terras de Itaquirá vão resistir despejo	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP96006	22/02/1996	Sem-terra podem desocupar hoje a fazenda Sul Bonito	Capa	red	1
OP96007	22/02/1996	Famílias se propõem a deixar hoje a Sul Bonito	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP96008	23/02/1996	Sem-terra saem aos poucos da Sul Bonito	PC, Cidade, p. 09	red	não
OP96019	29/02/1996	Sem-terra saqueiam carga de mantimentos	PC, Cidade, p. 06	red	não
OP96010	08/04/1996	MST inicia marcha de protesto para Brasília	Capa	red	não
OP96011	08/04/1996	Sem-terra fazem marcha em Sábado de Aleluia	PC, Cidade, p. 06	red	1
OP96012	22/04/1996	Presos sem-terra que praticavam furtos no comércio	CE <sup>h</sup> , Polícia, p. 04	red	não
OP96013	23/04/1996	O massacre dos sem-terra	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP96014	23/04/1996	Fernando Henrique condena uso político do massacre	CE, país, p. 03	ag	não
OP96015	24/04/1996	Assembléia realiza protesto contra o massacre de sem-terra	PC, Política, p. 03	red	não
OP96016	25/04/1996	CNA ameaça abandonar a produção agrícola	CE, País, p. 03	ag	não
OP96017	16/07/1996	A longa e sofrida espera por um pedaço de terra	CE, Cidade, p. 02	red	1
OP96018	31/07/1996	A velha questão agrária	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP96019	23/08/1996	A CNA e os sem-terra	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP96020	23/08/1996	Sem-terra acampam na UFMS	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP96021	31/08 e 01/09/1996	Os sem-terra e os com discurso	PC, Opinião, p. 02	leit ag	não
OP96022	21/10/1996	Reforma Agrária	PC, Política, p. 03	col <sup>i</sup>	1
OP96023	04/11/1996	Tebet tem projetos para conter conflitos agrários	PC, cidade, p. 07	ass	não
OP96024	12/11/1996	Sem-terra retêm viaturas do Incra	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP96025	20/11/1996	Falta um projeto de reforma agrária para o País	CE, País, p. 02	ag	1
OP96026	20/12/1996	MST condena números do Incra e anuncia novas ocupações	SR, Capa	ag	1
OP97001	14/01/1997	PM de Dourados enfrenta Rainha no Pontal	CE, Polícia, p. 04	red	não
OP97002	23/01/1997	Sem-terra ocupam sede do Incra em Cuiabá	CE, País, p. 02	ag	
OP97003	24/01/1997	Governo quer acabar com invasões do MST	CE, Força Rural, p. 02	ag	1
OP97004	24 e 25/01/1997	Jungmann anuncia programa de municipalização	CE, País, p. 02	ag	não

<sup>h</sup> Caderno de Esportes

<sup>i</sup> Coluna

		da reforma agrária			
OP97005	17/02/1997	Reforma Agrária forçada	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP97006	20/02/1997	Sem-terra em marcha farão ato público em Campinas	CE, País, p. 02	ag	não
OP97007	21/02/1997	Adotada medida contra invasões de terra	CE, Força Rural. p. 02	ag	não
OP97008	21/02/1997	Sem-terra chegam hoje a Campinas	CE, Força Rural. p. 02	ag	não
OP97009	26/02/1997	Conflitos fundiários atrasam agricultura	PC, Cidade, p. 04	ag	não
OP97010	27/02/1997	Inversão de valores	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP97011	27/02/1997	Ex-ministro acuda arcebispo de ser “agitador contumaz”	CE, País, p. 02	ag	não
OP97012	28/02/1997	Em cena MST – artigo do advogado Florisvaldo Souza Silva	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP97013	06/03/1997	Dourados é incluída no roteiro mundial do MST	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP97014	10/03/1997	Sem-terra ocupam fazenda	Capa	red	não
OP97015	10/03/1997	Sem-terra fazem a maior ocupação do Estado	PC, Cidade, p. 04	red	não
OP97016	10/03/1997	Famasul quer ação contra MST	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP97017	11/03/1997	Juiz determina despejo de sem-terra em Itaquiraí	Capa	red	não
OP97018	11/03/1997	Juiz concede liminar para despejo dos sem-terra	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP97019	12/03/1997	Sem-terra farão ato público na 6ª feira	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP97020	15 e 16/03/1997	PM tenta evitar invasões de terra	Capa	red	não
OP97021	15 e 16/03/1997	O perigo da resistência	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP97022	15 e 16/03/1997	PM faz bloqueio para evitar entrada de sem-terra	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97023	20/03/1997	Impasse em Itaquiraí pode acabar hoje	Capa	red	1
OP97024	20/03/1997	Sem-terra decidem hoje se saem da área	PC, Cidade, p. 08	red	1
OP97025	20/03/1997	Fazenda se transformou em uma cidade de lona	PC, Cidade, p. 08	red	1
OP97026	20/03/1997	Acampados podem ser transferidos para Japorã	PC, Cidade, p. 08	red	1
OP97027	21/03/1997	Secretário admite ação militar em fazenda	Capa	red	
OP97028	25/03/1997	Wilson avalia desocupação de fazenda em Itaquiraí	Capa	ass	1
OP97029	26/03/1997	Incrá analisa crise na Fazenda Santo Antônio	Capa	ass	não
OP97030	04/04/1997	Sebastião Salgado expõe fotos dia 10 na Câmara	CB <sup>j</sup> , p. 04	red	não
OP97031	05 e 06/04/1997	Sem-terra concordam com a desocupação	Capa	ag	não
OP97032	05 e 06/04/1997	Sem-terra desocupam fazenda na segunda-feira	PC, Cidade, p. 08	ag	não
OP97033	05 e 06/04/1997	Governo vai fornecer alimentos para 60 dias	PC, Cidade, p. 08	ag	não
OP97034	08/04/1997	Sem-terra não deixam fazenda	Capa	ag	não
OP97035	09/04/1997	Sem-terra desocupam fazenda	Capa	ag	não
OP97036	09/04/1997	O anacronismo do MST	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP97037	09/04/1997	A revolução pela terra	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP97038	09/04/1997	Sem-terra deixam fazenda após um mês	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97039	10/04/1997	Sebastião Salgado expõe fotos hoje em Mundo Novo	MU <sup>k</sup> , p. 04	red	não
OP97040	10/04/1997	Exposição fotográfica começa hoje na Câmara	CB, Capa	red	não
OP97041	12 e 13/04/1997	Desocupação da Fazenda Santo Antônio é lenta	Capa	red	não
OP97042	12 e 13/04/1997	Desocupação da Santo Antônio deve levar um mês	PC, Cidade, p. 08	red	1
OP97043	14/04/1997	Marcha do MST mobiliza 26 mil policiais no DF	PC, País, p. 05	ag	não
OP97044	14/04/1997	Governo admite as foices	PC, País, p. 05	ag	não
OP97045	21/04/1997	Sem-terra consomem uma tonelada de arroz	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97046	21/04/1997	A marcha	PC, Opinião, p. 02	ag	não

<sup>j</sup> Caderno B

<sup>k</sup> Caderno Municípios

OP97047	23/04/1997	A lição dos sem-terra	PC, Opinião, p. 02	leit ag	não
OP97048	24/04/1997	O momento da oposição - Artigo	PC, Opinião, p. 02	ag	não
OP97049	30/04/1997	Acampados saqueiam caminhões com alimentos	PC, Cidade, p. 08	red	não
OP97050	05/05/1997	Sem-terra invadem fazenda no oeste de MS	PC, Cidade, p. 05	ag	não
OP97051	09/05/1997	Governo rompe acordo com sem-terra	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP97052	15/05/1997	Lição das marchas	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP97053	16/05/1997	Wilson quer pressa para situação dos sem-terra	PC, Cidade, p. 07	ass	não
OP97054	21/05/1997	Proprietários se unem contra sem-terra	PC, Cidade, p. 05	ag	não
OP97055	31/05 e 01/06/1997	Sem-terra intimidam motoristas	Capa	red	1
OP97056	31/05 e 01/06/1997	Sem-terra provocam tensão na BR-163	PC, Cidade, p. 07	red	não
OP97057	11/06/1997	Humberto Olegário está preocupado com as invasões	MU, p. 03	ass	não
OP97058	13/06/1997	“Fazer o que pode”	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP97059	13/06/1997	Terras invadidas não serão mais vistoriadas	CE, Economia, p. 02	ag	não
OP97060	14 e 15/06/1997	Sem-terra continuarão fazendo ocupações	PC, Cidade, p. 04	ag	não
OP97061	25/06/1997	Sem-terra podem fechar hoje a BR-163	Capa	red	não
OP97062	25/06/1997	Sem-terra vão fechar a BR-163 hoje à tarde	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP97063	30/06/1997	Sem-terra de Itaquiraí serão levados a Japorã	PC, Cidade, p. 04	red	não
OP97064	03/07/1997	Sem-terra fazem protesto em Naviraí	PC, Cidade, p. 06	red	1
OP97065	17/07/1997	Sem-terra fazem saques a caminhões em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97066	18/07/1997	Sem-terra e saques	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP97067	18/07/1997	Incrá não aceita trocar cestas por cargas	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97068	24/07/1997	Sem-terra ocupam o Incra	Capa	red	não
OP97069	24/07/1997	MST ocupa por seis horas sede do Incra	PC, Cidade, p. 04	red	não
OP97070	25/07/1997	Sem-terra receberão FHC com manifestação	PC, Política, p. 03	ag	1
OP97071	25/07/1997	Sem-terra apreendem 400 bois em Itaquiraí	CE, Cidade, p. 02	ag	não
OP97072	28/07/1997	Rainha tenta evitar um novo julgamento	PC, Polícia, p. 06	ag	não
OP97073	31/07/1997	Produtores rurais se unem contra sem-terra	PC, Política, p. 03	ass	1
OP97074	31/07/1997	Sem-terra prometem liberar bois e sair da área	PC, Política, p. 03	ag	não
OP97075	01/08/1997	Sem-terra deixarão a Fazenda Mestiço	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97076	02 e 03/08/1997	Produtores organizam passeata contra invasões	Capa	ag	não
OP97077	02 e 03/08/1997	Lula apóia idéia de se ocupar escolas vazias	CE, País, p. 02	ag	1
OP97078	02 e 03/08/1997	Rainha garante que ocupação de terras continua suspensa	CE, País, p. 02	ag	não
OP97079	04/08/1997	Sem-terra ameaçam saquear caminhões	Capa	ag	não
OP97080	04/08/1997	Os com terra reagem	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP97081	04/08/1997	Produtores estarão hoje reunidos com Ministro da Justiça	PC, Cidade, p. 05	ass	1
OP97082	05/08/1997	Produtores não vão tolerar mais invasões	Capa	ag	não
OP97083	05/08/1997	Manifestação do MNP foi apenas o 1º ato	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97084	05/08/1997	Sem-terra libertam gado mas continuam na fazenda	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97085	06/08/1997	Sem-terra começam a abater gado em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97086	07/08/1997	Secretário quer saída pacífica dos sem-terra	Capa	ass	não
OP97087	07/08/1997	Abate de gado é suspenso na fazenda	Capa	red	não
OP97088	08/08/1997	Sem-terra liberam gado confinado em Itaquiraí	Capa	ag	não

OP97089	08/08/1997	Morosidade agrária	PC, opinião, p. 02	edit	não
OP97090	08/08/1997	Sem-terra liberam gado confinado em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97091	09 e 10/08/1997	Sem-terra vão pedir cestas básicas mensais	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97092	12/08/1997	Incra entrega cestas básicas em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97093	14/08/1997	FHC critica aqueles que lutam com fins políticos	MU, País, p. 02	ag	1
OP97094	16 e 17/08/1997	Famasul reage contra as invasões de terras	PC, Cidade, p. 06	ass	não
OP97095	22/08/1997	Reforma Agrária	PC, política, p. 03	col	não
OP97096	26/08/1997	Lúdio Coelho quer ação contra invasões de terra	PC, Cidade, p. 06	ass	não
OP97097	29/08/1997	AL interfere na questão agrária	Capa	red	não
OP97098	29/08/1997	AL forma comissão para tratar da questão	PC, Cidade, p. 04	red	não
OP97099	04/09/1997	Governador encontra-se com sem-terra	Capa	ass	não
OP97100	04/09/1997	Wilson reúne-se com MST em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 06	ass	não
OP97101	04/09/1997	Produtores rurais lançam manifesto	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97102	05/09/1997	MS vai assentar 1.500 famílias em Itaquiraí	Capa	ass	não
OP97103	05/09/1997	Governo pretende assentar 1.500 famílias	PC, Cidade, p. 06	ass	não
OP97104	05/09/1997	Lúdio teme conflito entre o MST e UDR	SR, p. 04	ass	não
OP97105	16/09/1997	Wilson intermedia assentamento de famílias	PC, Cidade, p. 05	ass	não
OP97106	18/09/1997	Reforma agrária – perspectiva do interior	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP97107	19/09/1997	MST cria cooperativa no Vale do Ivinhema	PC, Cidade, p. 05	red	1
OP97108	20 e 21/09/1997	Sem-terra ocupam fazenda em Itaquiraí	Capa	red	não
OP97109	20 e 21/09/1997	Sem-terra voltam a ocupar a Santo Antonio	PC, Cidade, p. 07	red	1
OP97110	22/09/1997	Prefeito de Itaquiraí decreta Estado de Emergência	MU, Capa	ag	não
OP97111	23/09/1997	Movimentos armados preocupam governo	PC, Cidade, p. 05	ag	não
OP97112	23/09/1997	Sem-terra dizem que não saem da fazenda	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97113	25/09/1997	Estado tenta acordo com sem-terra	Capa	ag	não
OP97114	25/09/1997	Secretário tenta acordo com sem-terra em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97115	26/09/1997	Sem-terra estão desmatando reserva de fazenda em Itaquiraí	CE, Cidade, p. 03	ag	não
OP97116	27 e 28/09/1997	Sem-terra são acusados de abater bois em fazenda	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97117	30/09/1997	Sem-terra cercam parte da fazenda Santo Antônio	PC, Cidade, p. 08	ag	não
OP97118	01/10/1997	Aumenta o número de sem-terra em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97119	03/10/1997	Boatos fazem sem-terra ficar em estado de alerta	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97120	07/10/1997	Sem-terra de Itaquiraí não tem perfil agrícola	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97121	08/10/1997	Calcanhar de Aquiles	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP97122	08/10/1997	Wilson pede ajuda da União no caso Itaquiraí	PC, Cidade, p. 06	ass	não
OP97123	09/10/1997	Descumprimento de ordem estimula invasões	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97124	10/10/1997	Sem-terra vão resistir a despejo	CE, Cidade, p. 02	ag	não
OP97125	11 e 12/10/1997	Ministro pede prazo para sem-terra	Capa	ag	1
OP97126	11 e 12/10/1997	Sem-terra podem ser assentados em Dourados	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97127	16/10/1997	Sem-terra ocupam fazenda prometida	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97128	20/10/1997	Sem-terra devem deixar a Santo Antonio hoje	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97129	21/10/1997	Sem-terra deixam a fazenda Santo Antonio	PC, Cidade, p. 05	ag	não
OP97130	18/11/1997	Sem-terra acusam Incra de discriminação	CE, Cidade, p. 02	ag	não
OP97131	27/10/1997	Cerca de 200 sem-terra ocupam Incra do MS	PC, Cidade, p. 06	ag	não
OP97132	28/10/1997	Cerca de 100 pessoas reforçam ocupação do Incra	PC, Cidade, p. 04	ag	não
OP97133	03/12/1997	Sem-terra ocupam prefeitura de Itaquiraí	MU, Capa	ag	não
OP97134	04/12/1997	Sem-terra desocupam prefeitura	Capa	ag	não
OP97135	04/12/1997	É crítica a situação em Itaquiraí	PC, Cidade, p. 07	ag	não
OP97136	11/12/1997	Sem-terra ocupam sede do Incra em Campo Grande	PC, Cidade, p. 05	ag	não

OP98001	31/01 e 01/02/1998	Sem-terra invadem mais uma fazenda	Capa	red	não
OP98002	04/02/1998	Clima entre sem-terra é tenso no Sul	Capa	red	não
OP98003	04/02/1998	Aumenta a tensão por causa da invasão	PC, Cidade, p. 05	red	não
OP98004	07 e 08/02/1998	Sem-terra recebem cesta até 4ª feira	Capa	ass	não
OP98005	07 e 08/02/1998	Sem-terra de Itaquiraí recebem cestas básicas	PC, Cidade, p. 07	ass	não
OP98006	23/02/1998	Ocupação de fazenda no PR será tratada com prudência	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98007	18/03/1998	Sem-terra ficam feridos em confronto com a PM	MU, Capa	ag	não
OP98008	20/03/1998	Governo reabre negociação e marca reunião para 2ª feira	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98009	20/03/1998	Três mil sem-terra passam a manhã ajoelhados na BR	MU, Capa	ag	não
OP98010	23/03/1998	As invasões	PC, Opinião, p. 02	leit ag	1
OP98011	24/03/1998	Sem-terra se reúnem hoje em Campo Grande	MU, Capa	red	não
OP98012	25/03/1998	Sem-terra fazem caminhada e doam sangue	MU, Capa	red	não
OP98013	28 e 29/03/1998	Deputado acusa Inkra de ser “corrupto”	MU, Capa	ag	não
OP98014	31/03/1998	MST fez 42 ocupações em 1998	PC, Brasil, p. 05	ag	não
OP98015	31/03/1998	Sem-terra invadem fazenda em Itaquiraí	MU, Capa	red	não
OP98016	01/04/1998	É tenso o clima na Fazenda Jequitibás	MU, Capa	red	não
OP98017	02/04/1998	Invasões de terras	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP98018	02/04/1998	Fazendeiro contesta tiroteio com sem-terra	MU, Capa	red	não
OP98019	02/04/1998	Delegado desmente ferimentos em sem-terra	MU, Capa	ag	não
OP98020	03/04/1998	Sem-terra podem deixar fazenda	Capa	ass	1
OP98021	03/04/1998	Secretário de Segurança visita Fazenda Jequitibá	MU, Capa	ass	não
OP98022	07/04/1998	Brasiguaios acampam em Naviraí	Capa	red	não
OP98023	08/04/1998	Olegário quer fortalecer direito à propriedade	MU, p. 02	ass	1
OP98024	17/04/1998	Sem-terra acampam em Dourados	Capa	red	não
OP98025	17/04/1998	Protestos acontecem hoje em todo o País	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98026	17/04/1998	Sem-terra fazem vigília no Fórum de Dourados	DD <sup>1</sup> , p. 03	red	não
OP98027	18 e 19/04/1998	Sem-terra fazem passeata e ato público	DD, p. 03	red	não
OP98028	02 e 03/05/1998	Sem-terra é libertado em Naviraí	Capa	red	não
OP98029	07/05/1998	FHC diz que não tolerar desordem	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98030	07/05/1998	MST saqueia carretas com alimentos em PE	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98031	06 e 07/06/1998	Sem-terra retribuem ajuda da Prefeitura	MU, p. 3	red	não
OP98032	08/06/1998	Inkra vai assentar 334 famílias hoje	Capa	red	não
OP98033	08/06/1998	Inkra assenta hoje mais 334 famílias	DD, p. 02	red	não
OP98034	01/07/1998	Invasões e saques	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP98035	14/07/1998	Fazenda São João foi invadida por semterra	MU, Capa	ag	não
OP98036	14/07/1998	Ação de sem-terra é político-eleitoral	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98037	27/07/1998	Faltam sem-terra em Bauru	PC, Brasil, p. 06	ag	não
OP98038	31/07/1998	Sem-terra invadem a Fazenda Savana II	MU, Capa	red	não
OP98039	03/08/1998	Fazenda invadida em Japorã	Capa	red	não
OP98040	03/08/1998	Fazenda é invadida e Capataz espancado	PC, Polícia, p. 08	red	não
OP99001	03/02/1999	Zeca recebe dirigentes do Movimento Sem-Terra	PC, Política, p. 03	ass	1
OP99002	05/03/1999	MST fará protesto contra descentralização	PC, Política, p. 03	ag	não
OP99003	19/03/1999	Sem-terra já invadiram 26 fazendas este ano	Municípios, Capa	red	não
OP99004	09/04/1999	Medidas visam inibir as invasões	PC, Campo Grande, p. 08	red	1
OP99005	17 e 18/04/1999	Produtores fazem protesto nas ruas	PC, Campo Grande, p. 08	red	1
OP99006	27/04/1999	Reforma Agrária foi debatida na AL	PC, Política, p. 04	red	não

<sup>1</sup> Caderno Dia-a-Dia



OP99007	29/04/1999	Fazenda Angical é ocupada por 1200 famílias	Capa	red	1
OP99008	29/04/1999	Fazenda Angical é ocupada por 1200 famílias	MU, p. 02	red	não
OP99009	19/05/1999	Governo não cumpre os mandatos	PC, Campo Grande, p. 08	red	1
OP99010	31/05/1999	Guerrilheiros treinam os sem-terra	SR, p. 03	red	1
OP99011	11/06/1999	MST protesta contra reforma agrária	DD, p. 04	red	1
OP99012	12 e 13/06/1999	MST encerrou ontem protesto	DD, p. 04	red	1
OP99013	14/06/1999	Os atos dos sem-terra	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP99014	14/06/1999	PM desocupa fazenda e prende 12 sem-terra	PC, Polícia, p. 08	red	não
OP99015	17/06/1999	Contag e MST querem trancar estradas	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	1
OP99016	29/06/1999	Estado teme ações de guerrilha	Capa	red	1
OP99017	29/06/1999	MS teme ações de guerrilha	DD, p. 04	red	1
OP99018	30/06/1999	As guerrilhas	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP99019	09/07/1999	Sem-terra voltam a fechar rodovia	PC, Campo Grande, p. 08	ag	não
OP99020	10 e 11/07/1999	Governo libera R\$ 100 mi para sem-terra	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	não
OP99021	10 e 11/07/1999	Polícia e fazendeiros se mobilizam	PC, Polícia, p. 08	red	não
OP99022	12/07/1999	Observe como um sem-terra, ataca e agarra ansiosamente sua presa	PC, Opinião, p. 02	cha <sup>m</sup>	1
OP99023	15/07/1999	Sem-terra colocam em choque PDT e PT	PC, Campo Grande, p. 08	red	1
OP99024	16/07/1999	Produtores vão fazer protesto dia 29	PC, Campo Grande, p. 08	red	não
OP99025	20/07/1999	Invasões	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99026	20/07/1999	E por falar em revolução...(artigo de leitor)	PC, Opinião, p. 02	leit	não
OP99027	21/07/1999	O homem longe da terra...	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99028	21/07/1999	Governo atende famílias de sem-terra	PC, Economia, p. 05	ass	não
OP99029	21/07/1999	Produtores vão protestar contra invasões	PC, Economia, p. 05	red	não
OP99030	22/07/1999	MST	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99031	12/08/1999	Depois do susto, a vida volta a seu ritmo normal	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99032	12/08/1999	Produtores querem exclusão de invasor do cadastro do Incra	PC, Política, p.04	ass	não
OP99033	03/09/1999	Sem-terra queimam pasto para abate	PC, Polícia, p. 07	red	não
OP99034	09/09/1999	Sem-terra acusado de agredir policial	PC, Polícia, p. 07	red	não
OP99035	10/09/1999	Cortes do governo chegam a R\$ 2 bi	SR, p. 03	ag	não
OP99036	11 e 12/09/1999	Avança Brasil	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99037	13/09/1999	Sem-terra são assentados	MU, Capa	red	não
OP99038	18 e 19/09/1999	Caminhão é saqueado por sem-terra na 163	PC, Polícia, p. 07	red	não
OP99039	21/09/1999	Sem-terra saqueiam caminhões com 62 t	PC, Polícia, p. 07	red	não
OP99040	23/09/1999	Sem-terra ameaçam novos saques	PC, Economia, p. 05	red	não
OP99041	01/10/1999	MNP está insatisfeito com desocupações	PC, Economia, p. 05	red	1
OP99042	07/10/1999	Produtores denunciam violência no MS	PC, Economia, p. 05	red	1
OP99043	21/10/1999	Sem-terra podem resistir a despejo	MU, Capa	ag	não

<sup>m</sup> Charge

OP99044	22/10/1999	Sem-terra desocupam Fazenda Vitória	Capa	red	não
OP99045	22/10/1999	Produtores discutem a questão em Brasília	PC, Economia, p. 5	red	não
OP99046	25/10/1999	Movimento	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99047	25/10/1999	Sem-terra sofrem com a leishmaniose	MU, Capa	ag	não
OP99048	01/11/1999	PT não vincula crime à atuação junto ao MST	PC, Política, p. 03	ag	não
OP99049	01/11/1999	Sem-terra fazem ato público em Mundo Novo	PC, Política, p. 03	red	não
OP99050	10/11/1999	Sem-terra vêm reforçar manifesto	DD, p. 04	red	não
OP99051	12/11/1999	Reforma Agrária: Senadores cobram ação dos Governos Estadual e Federal	PC, Política, p. 03	anú <sup>n</sup>	não
OP99052	23/11/1999	MST em movimento	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP99053	25/11/1999	Dez a zero para o MST	PC, Economia, p. 05	anu <sup>o</sup>	não
OP99054	26/11/1999	Ruralistas e Estado defendem recadastramento	SR, p. 03	red	não
OP00001	15 e 16/01/2000	MST aguarda Plano, mas não cruza os braços	DD, p. 04	red	1
OP00002	27/01/2000	MNP diz que governo não cumpre mandatos	MU, p. 03	red	
	03/02/2000	Nova presa	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP00003	01/03/2000	Invasores de fazenda retirados em acordo	PC, Polícia, p. 08	red	não
OP00004	11 e 12/03/2000	Acampados abatem gado em fazenda	PC, Polícia, p. 08	red	não
OP00005	05/04/2000	MNP lança movimento nacional por mudanças	PC, Economia, p. 05	red	não
OP00006	08 e 09/04/2000	Produtores exigem providências de FHC	PC, Política/Economia, p. 05	red	1
OP00007	14/04/2000	MST interrompe vistoria em fazenda	DD, p. 03	red	não
OP00008	18/04/2000	MST faz manifestações em frente do Fórum	MU Capa	red	não
OP00009	26/04/2000	Sem-terra desocupam Fazenda Ramalhete	MU, p. 02	red	não
OP00010	29 e 30/04/2000	Iguais perante a lei	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP00011	03/05/2000	Ações do MST serão reprimidas, avisa governo	Capa	ag	1
OP00012	03/05/2000	Ações serão reprimidas, avisa governo	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	1
OP00013	03/05/2000	Manifestantes tomam conta de prédios da Receita	DD, p. 04	red	não
OP00014	06 e 07/05/2000	FHC quer que Estados cuidem de segurança	Capa	ag	1
OP00015	06 e 07/05/2000	FHC quer que Estados cuidem de segurança	PC, Economia, p. 05	ag	1
OP00016	06 e 07/05/2000	MST invade o centro de Campo Grande	Dia-a-Dia, p. 05	red	não
OP00017	08/05/2000	Movimento	PC, Opinião, p. 02	cha	1
OP00018	09/05/2000	Governo vai cobrar do MST danos materiais e salários de funcionários	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	não
OP00019	25/05/2000	Governo emancipa 100 assentamentos	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	não
OP00020	30/05/2000	Sem-terra invadem mais uma fazenda	PC, Polícia, p. 08	red	não
OP00021	02/06/2000	Grupos podem entrar em confronto	PC, Polícia, p. 07	red	não
OP00022	04/07/2000	Governo anuncia R\$ 2,1 bi para reforma agrária	Capa	ag	1
OP00023	04/07/2000	Governo vai liberar R\$ 2,1 bilhões	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	1

<sup>n</sup> Anúncio patrocinado pelo Sindicato Rural e MNP

<sup>o</sup> Anúncio patrocinado pela Famasul

OP00024	05/07/2000	Dinheiro para o campo	PC, Opinião, p. 02	edit	não
OP00025	05/07/2000	Exército deixa a fazenda do presidente	PC, Brasil/Mundo, p. 06	ag	1
OP00026	08 e 09/07/2000	Sem-terra: até quando os nossos governantes vão ficar omissos?	Capa	anu <sup>p</sup>	não
OP00027	10/07/2000	Ação na Justiça pode acabar com o MST	MU, p. 02	Ag	não
OP00028	26/07/2000	Família de acampados é executada	PC, Polícia, p. 08	Red	não
OP00029	27/07/2000	Esclarecidos crimes em assentamento	PC, Polícia, p. 07	Red	não
OP00030	11/08/2000	MST promete incendiar transgênicos em passeata	PC, Brasil/Mundo, p. 06	Ag	não
OP00031	16/08/2000	Audácia no campo	PC, Opinião, p. 02	Edit	não
OP00032	01/09/2000	Polícia investiga sumiço de dois líderes do MST	PC, Polícia, p. 08	Red	1
OP00033	02 e 03/09/2000	Líderes do MST são encontrados mortos	PC, Polícia, p. 08	Red	
OP00034	04/09/2000	Revelados nomes dos assassinos dos sem-terra	Capa	Red	1
OP00035	04/09/2000	Conflitos ardentes	Editorial, p. 02	edit	não
OP00036	04/09/2000	Sem-terra relata detalhes do crime	PC, Polícia, p. 08	Red	1
OP00037	05/09/2000	Polícia faz reconstituição de assassinatos	Capa	Red	1
OP00038	05/09/2000	PM reformado é mandante de crimes	PC, Polícia, p. 07	Red	1
OP00039	06/09/2000	Arma do crime não foi encontrada	PC, Polícia, p. 07	Red	1
OP00040	12/09/2000	De novo, os sem-terra	Editorial	edit	não
OP00041	12/09/2000	Incra reforça segurança por medo de sem-terra	PC, Polícia, p. 07	Red	não
OP00042	13/09/2000	Sem-terra tentam invadir Incra e são impedidos	PC, Polícia, p. 07	Ag	não
OP00043	18/09/2000	FHC cobra agilidade contra MST	PC, Brasil/Mundo, p. 06	Ag	1
OP00044	20/09/2000	Sem-terra fazem greve de fome defronte Incra	DD, p. 04	Red	não
OP00045	27/09/2000	Sem-terra querem negociar com FHC	PC, Brasil/Mundo, p. 06	Ag	1
OP00046	03/10/2000	Governo decide manter proposta ao MST	DD, p. 03	Ag	1
OP00047	04/10/2000	Acusados de execução serão interrogados 6ª	PC, Polícia, p. 07	Red	não
OP00048	07 e 08/10/2000	Acusados são interrogados	Capa	Red	1
OP00049	07 e 08/10/2000	Acusados são ouvidos pela Justiça	PC, Polícia, p. 08	Red	não
OP00050	09/10/2000	Sem-terra reafirmam invasões	Capa	Red	não
OP00051	16/10/2000	PF investiga MST em mais 4 Estados	Capa	Ag	não
OP00052	16/10/2000	MST será investigado em mais 4 Estados	PC, Economia, p. 05	Ag	não
OP00051	18/10/2000	MST do Pontal não comenta denúncias	PC, Polícia, p. 07	Ag	não
OP00053	24/10/2000	Governo amplia sindicância para apurar denúncias	PC, Brasil/Mundo, p. 06	Ag	não
OP00054	26/10/2000	Ajuda ao MST é questionada	DD, p. 04	Red	não
OP00055	16/11/2000	Sem-terra prometem novas invasões	Capa	Red	1
OP00056	16/11/2000	Sem-terra unem-se para novo avante	MU, Capa	Red	1
OP00057	16/11/2000	Ocupações a prédios públicos começam hoje	MU, Capa	Ag	1
OP00058	16/11/2000	Evento reuniu a nata da liderança dos sem-terra	MU, Capa	Red	1
OP00058	17/11/2000	Governo começa a cadastrar sem-terra	PC, Brasil/Mundo, p. 06	Ag	não

<sup>p</sup> Anúncio patrocinado pela Famasul

**Tabela 9 - Documentos analisados do jornal *Correio do Estado***

<b>código</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>página</b>	<b>Orig</b>	<b>imag</b>
CE95001	14 e 15/01/1995	Sem-terra são despejados da Fazenda Palmeira	CA <sup>q</sup> , p. 05	Red	não
CE95002	10/03/1995	Sem-terra bloqueiam pistas da BR-163	CA, p. 09	Red	1
CE95003	15/03/1995	Sem-terra ameaçam saquear em Itaquiraí	CA, p. 09	red	1
CE95004	16/03/1995	População tenta pressionar sem-terra	CA, p. 06	red	1
CE95005	17/03/1995	Escolas suspendem aulas em Itaquiraí	CA, p. 07	red	não
CE95006	18 e 19/03/1995	Sem-terra realizam protesto pacífico	CA, p. 08	red	1
CE95007	22/03/1995	Sem-terra ocupam fazenda em Nioaque	CA, p. 07	red	não
CE95008	15/05/1995	Estado tem 1.800 famílias acampadas	CA, p. 11	red	não
CE95009	06/06/1995	Sem-terra fecham três rodovias no MS	CA, p. 11	red	não
CE95010	07/06/1995	Sem-terra fazem passeata pelas ruas da Capital	capa	red	não
CE95011	07/06/1995	Protesto de sem-terra provoca tumulto	CA, p. 09	red	1
CE95012	12/06/1995	Sem-terra ainda permanecem na Capital	CA, p. 09	red	1
CE95013	13/06/995	Sem-terra ocupam prédio do Incra na Capital	CA, p. 06	red	1
CE95014	14 e 15/06/1995	PF pode retirar sem-terra de prédio do Incra	CA, p. 06	red	1
CE95015	21/06/1995	Sem-terra saquearam caminhão	Capa	red	não
CE95016	21/06/1995	Sem-terra saqueiam e levam 13,7t de carne	CA, 07	red	não
CE95017	22/06/1995	Comerciantes com medo de novos saques	CA, 07	red	não
CE95018	22/06/1995	Governador concorda em receber sem-terra	CA, 07	red	1
CE95019	23/06/1995	Estado não vai alimentar os sem-terra	Capa	red	não
CE95020	23/06/1995	Sem-terra ficam sem alimentos do Governo	CA, p. 09	red	1
CE95021	24 e 25/06/1995	Seis sem-terra serão julgados por saques	Capa	red	não
CE95022	24 e 25/06/1995	Sem-terra saqueadores vão a julgamento	CA, p. 07	red	não
CE95023	24 e 25/06/1995	Incra também nega alimentos a acampados	CA, p. 07	red	1
CE95024	27/06/1995	Sem-terra divulgam balanço e podem deixar sede do Incra	CA, p. 07	red	não
CE95025	28/06/1995	Itaquiraí teme ataque de sem-terra	Capa	red	1
CE95026	28/06/1995	Sem-terra ameaçam saquear em Itaquiraí	CA, p. 06	red	1
CE95027	11/08/1995	Sem-terra fecham BR-163 em protesto	CA, p. 07	red	não
CE95028	18/08/1995	Sem-terra cercam rodovia para saquear	CA, p. 06	red	1
CE95029	22/08/1995	Sem-terra voltam a promover saques no interior do Estado	Capa	red	não
CE95030	22/08/1995	Sem-terra saqueiam caminhão em Itaquiraí	CA, p. 09	red	não
CE95031	23/08/1995	Prejuízos são generalizados	CA, p. 02	edit	1
CE95032	23/08/1995	Comerciantes temem ação de sem-terra	CA, p. 08	red	1
CE95033	24/08/1995	Itaquiraí quer a expulsão de sem-terra	CA, p. 07	red	1
CE95034	30/08/1995	Fazendas em Nioaque invadidas por sem-terra	CA, p. 07	red	não
CE95035	04/10/1995	MST promove invasões no Pontal de Paranapanema	CA, p. 12	ag	não
CE95036	05/10/1995	MST quer assentar 20 mil em Pontal	CA, p. 12	ag	não
CE95037	09/10/1995	Sem-terra invadem fazenda no Pontal do Paranapanema	CC <sup>r</sup> , p. 12	ag	não
CE95038	17/10/1995	Sem-terra fecham rodovia em Itaquiraí	CA, p. 06	red	não
CE95039	24/10/1995	Sem-terra voltam a ocupar Fazenda Sul Bonito	CA, p. 07	red	1
CE95040	30/10/1995	Sem-terra despejados pela sétima vez de área	CA, p. 08	red	1
CE95041	31/10/1995	FHC pode anular decreto sobre fazenda Mutum	CA, p. 09	red	não
CE95042	31/10/1995	Mulher de líder sem-terra é presa em SP	CA, p. 09	ag	não
CE95043	07/11/1995	PM mobilizada para despejar sem-terra	CA, p. 09	red	1
CE95044	17/11/1995	Sem-terra começam a abandonar MST e se ligam a sindicatos	CA, p. 05	red	não
CE95045	16/11/1995	Condicional a venda da Fazenda Sul Bonito	CA, p. 09	red	1
CE95046	23/11/1995	Sem-terra já temem despejo na Fazenda Sul Bonito	CA, p. 05	red	não

<sup>q</sup> Caderno A<sup>r</sup> Caderno C

CE95047	06/12/1995	Prédio do Incra é invadido pela 2ª vez	capa	red	1
CE95048	06/12/1995	Sem-terra ocupam prédio do Incra na Capital	CA, p. 08	red	não
CE95049	21/12/1995	Sem-terra invadem mais duas fazendas no MS	CA, p. 07	red	não
CE96001	30/01/1996	Estado negocia desocupação de fazenda	CA, p. 08	red	1
CE96002	31/01/1996	Incra volta a negociar compra de fazendas	CA, p. 07	red	1
CE96003	31/01/1996	Rodovia MS-160 volta a ser bloqueada por sem-terra	CA, p. 07	red	não
CE96004	31/01/1996	Sul Bonito ainda ocupada por famílias	CA, p. 07	red	não
CE96005	06/02/1996	Sem-terra saqueiam caminhão em Itaquiraí	CA, p. 05	red	não
CE96006	10/02/1996	Sem-terra são despejados de fazendas em Bataiporã	CA, p. 05	red	não
CE96007	12/02/1996	Sem-terra ameaçam com novo saque	capa	red	não
CE96008	12/02/1996	Sem-terra podem realizar novos saques	CA, p. 09	red	não
CE96009	13/02/1996	Sem-terra fazem “pedágio” em Itaquiraí	CA, p. 07	red	não
CE96010	14/02/1996	Sem-terra saqueiam caminhão com arroz	capa	red	não
CE96011	14/02/1996	Sem-terra realizam novo saque em rodovia	CA, p. 10	red	não
CE96012	15/02/1996	Sem-terra têm prazo para deixar fazenda	CA, p. 11	red	1
CE96013	17 e 18/02/1996	PM começa a chegar a Sul Bonito	Capa	red	não
CE96014	17 e 18/02/1996	Policiais militares chegam a Sul Bonito	CA, p. 04	red	não
CE96015	23/02/1996	Sem-terra começam a deixar Sul Bonito	CA, p. 06	red	1
CE96016	24 e 25/02/1996	Famílias ainda resistem na Sul Bonito	CA, p. 07	red	1
CE96017	08/03/1996	Incra pede desapropriação da Sul Bonito	CA, p. 09	red	não
CE96018	09/04/1996	Assentamento regularizado após 10 anos	CA, p. 06	red	não
CE96019	09/04/1996	Marcha do MST chega a São Paulo	CA, p. 06	ag	não
CE96020	10/04/1996	Sem-terra já estão prontos para encontro	capa	red	1
CE96021	10/04/1996	Marcha dos sem-terra chega a capital	CA, p. 09	red	não
CE96022	10/04/1996	Violência e prisões no protesto em MG	CA, p. 09	ag	não
CE96023	18/04/1996	Sem-terra saqueiam caminhão em Nioaque	CA, p. 06	red	não
CE96024	19/04/1996	PM mata 19 sem-terra em confronto no Pará	Capa	ag	1
CE96025	19/04/1996	Polícia massacra trabalhadores rurais	CA, p. 13	ag	não
CE96026	19/04/1996	Incra responsabiliza MST	CA, p. 13	ag	não
CE96027	19/04/1996	Rainha acusa o Governo pelo Episódio	CA, p. 13	ag	não
CE96028	19/04/1996	Conflito armado no Pará era previsível	CA, p. 13	ag	não
CE96029	20 e 21/04/1996	MS não está livre de conflito de terra	Capa	red	não
CE96030	20 e 21/04/1996	MS pode registrar conflito com sem-terra	CA, p. 07	red	1
CE96031	20 e 21/04/1996	MST não sabe total de saques	CA, p. 07	red	não
CE96032	20 e 21/04/1996	Movimento cobra reivindicações do Governo	CA, p. 07	red	não
CE96033	18 e 19/05/1996	Sem-terra bloqueiam a BR-163 por duas horas	CA, p. 07	red	1
CE96034	22/05/1996	Fazendeiros do MS estão se armando	capa	red	não
CE96035	22/05/1996	Fazendeiros se armam para evitar invasões	CA, p. 07	red	não
CE96036	07/06/1996	Rumo para a reforma	CA, p. 02	edit	não
CE96037	07/06/1996	Sem-terra não querem desocupar Sul Bonito	CA, p. 08	red	1
CE96038	12/06/1996	Sem-terra e policiais brigam em Corumbá	Capa	red	não
CE96039	12/06/1996	Sem-terra são presos após confronto com PMs	CA, p. 07	red	não
CE96040	13/06/1996	Sem-terra transferidos para presídio	CA, p. 06	red	não
CE96041	17/06/1996	Grupo de sem-terra invade fazenda, agride e faz reféns	Capa	red	não
CE96042	17/06/1996	Sem-terra invadem fazenda e fazem reféns	CA, p. 06	red	1
CE96043	21/06/1996	Área em Paranhos é invadida por sem-terra	CA, p. 09	red	não
CE96044	21/06/1996	PMs despejam invasores em Taquarussu	CA, p. 09	red	não
CE96045	27/06/1996	Desocupação em Paranhos deve acontecer até sábado	CA, p. 07	red	não
CE96046	02/07/1996	Sem-terra invadem fazenda em Bandeirantes	CA, p. 05	red	1
CE96047	03/07/1996	Sem-terra têm até amanhã para deixar área	CA, p. 06	red	1
CE96048	05/07/1996	Sem-terra ameaçam formar superacampamento	CA, p. 07	red	não
CE96049	09/07/1996	Sem-terra invadem fazenda em Aquidauana	CA, p. 05	red	não
CE96050	29/07/1996	Conflito urbano	CA, p. 02	edit	não
CE96051	29/07/1996	Sem-terra vão fazer protestos na Capital	CA, p. 05	red	1

CE96052	13/08/1996	Grupo faz manifestação no Centro da Capital	CA, p. 07	red	não
CE96053	13/08/1996	Ocupações atingem mais duas áreas	CA, p. 07	red	não
CE96054	23/10/1996	Lotes em assentamento têm tamanho menor	CA, p. 06	red	1
CE96055	23/12/1996	Incrá assenta 1.483 famílias no Estado	CA, p. 08	red	1
CE97001	09/01/1997	Fim das invasões	CA, p. 02	edit	não
CE97002	24/01/1997	Manifestações em frente ao Incra	CA, p. 03	red	1
CE97003	04/02/1997	Invasores querem ter posse de área	CA, p. 05	red	não
CE97004	07/02/1997	Juiz determina despejo de invasores de terra	CA, p. 09	red	não
CE97005	07/02/1997	Ameaça de sem-terra desestimula produtor	CA, p. 11	ag	não
CE97006	15 e 16/02/1997	Sem-terra iniciam amanhã caminhada a Brasília	CA, p. 06	red	não
CE97007	13/03/1997	Fazenda Santo Antônio deve ser desocupada hoje	CA, p. 08	red	não
CE97008	14/03/1997	Sem-terra resistem a despejo em Itaquiraí	capa	red	1
CE97009	14/03/1997	Justiça urgente	CA, p. 02	edit	não
CE97010	14/03/1997	Sem-terra resistem a despejo em Itaquiraí	CA, p. 07	red	não
CE97011	14/03/1997	Ameaça agora é a ocorrência de saques	CA, p. 07	red	não
CE97012	14/03/1997	Lideranças mantêm regime rígido em acampamento	CA, p. 07	red	não
CE97013	15 e 16/03/1997	Sem-terra fazem policiais militares de reféns	CA, p. 06	red	não
CE97014	17/03/1997	Sem-terra ameaçam resistir a despejo	Capa	red	1
CE97015	17/03/1997	Sem-terra ameaçam resistir a ação da PM	CA, p. 06	red	1
CE97016	17/03/1997	Crianças enfrentam miséria no acampamento	CA, p. 06	red	1
CE97017	17/03/1997	Fazendeiros vão reprimir invasões de terra a bala	CA, p. 11	ag	1
CE97018	18/03/1997	Lúdio diz que ação do MST é de revolução	CA, p. 02	ass	não
CE97019	19/03/1997	Sem-terra decidem retirada quinta-feira	Capa	red	1
CE97020	19/03/1997	Sem-terra decidem amanhã se deixam fazenda	CA, p. 05	red	1
CE97021	21/03/1997	Não sai acordo para retirada dos sem-terra	Capa	red	1
CE97022	21/03/1997	Sem-terra recebem ultimato de secretário	CA, p. 05	red	1
CE97023	22 e 23/03/1997	Sem-terra decidem resistir a despejo	CA, p. 07	red	1
CE97024	25/03/1997	Incrá realiza vistoria 'extra-oficial' em fazenda	CA, p. 07	red	não
CE97025	26/03/1997	Questão de direito	CA, p. 02	red	não
CE97026	26/03/1997	Estado pode ficar sob intervenção federal	CA, p. 05	red	1
CE97027	08/04/1997	A arte a serviço do homem	CB <sup>s</sup> , capa	red	não
CE97028	08/04/1997	Exposição será realizada em vários espaços no Brasil	CB, capa	red	não
CE97029	17/04/1997	Pecuaristas protestam contra invasões	Capa	red	não
CE97030	17/04/1997	Grito de alerta	CA, p. 02	leit	não
CE97031	17/04/1997	Pecuaristas protestam contra invasões	CA, p. 09	rled	4
CE97032	18/04/1997	Sem violência	CA, p. 02	edit	não
CE97033	23/04/1997	Jungmann diz que é difícil negociar com os sem-terra	CA, p. 10	ag	não
CE97034	28/04/1997	Sem-terra – a verdade	CA, p. 04	leit	não
CE97035	30/04/1997	Sem-terra realizam saque em Itaquiraí	CA, p. 07	red	não
CE97036	05/05/1997	Sem-terra ameaçam realizar novos saques	CA, p. 07	red	não
CE97037	05/05/1997	Fazenda de 8 mil hectares invadida ontem	CA, p. 07	red	1
CE97038	13/06/1997	Governo lança pacote para acelerar a reforma agrária	Capa	ag	1
CE97039	13/06/1997	Terras invadidas não serão vistoriadas	CA, p. 09	ag	não
CE97040	14 e 15/06/1997	Paz no campo?	CA, p. 02	edit	não
CE97041	14 e 15/06/1997	Decreto de ministro não intimida sem-terra	CA, p. 06	ag	não
CE97042	18/07/1997	Mil famílias invadem Itaquiraí	CA, p. 07	red	1
CE97043	22/07/1997	Sem-terra ameaçam fechar hoje a BR 163	CA, p. 05	red	não
CE97044	22/07/1997	MST programa manifestações para pressionar Incra	CA, p. 05	red	1
CE97045	24/07/1997	Sem-terra fazem protesto na Capital	CA, p. 05	red	1
CE97046	25/07/1997	Incrá está retendo alimentos de sem-terra	Capa	red	não
CE97047	25/07/1997	Incrá suspende comida a sem-terra	CA, p. 06	red	não

<sup>s</sup> Caderno B

CE97048	30/07/1997	Duas fazendas são invadidas	Capa	red	não
CE97049	30/07/1997	Sem-terra invadem duas fazendas no MS	CA, p. 09	red	não
CE97050	30/07/1997	Incra admite ter pago por área que não existe	CA, p. 09	red	1
CE97051	05/08/1997	Protesto reúne 4 mil contra invasões	Capa	red	1
CE97052	05/08/1997	Produtores protestam contra invasões	CA, p. 06	red	1
CE97053	05/08/1997	Na hora certa	CA, p. 02	edit	não
CE97054	05/08/1997	MST diz que ocupações vão continuar	CA, p. 06	red	não
CE97055	09 e 10/08/1997	As mensagens dos fazendeiros	CA, p. 04	rep FSP <sup>t</sup>	não
CE97056	20/08/1997	Esgaib acusa líderes do MST de estimular confronto no campo	CA, p. 02	ass	1
CE97057	29/08/1997	Ruralistas exigem o cumprimento da lei	CA, p. 11	ass	não
CE97058	30/09/1997	A proteção jurídica ao direito de propriedade	CA, p. 04	leit	não
CE97059	13/10/1997	Radicalização divide o Movimento Sem-Terra	CA, p. 07	red	não
CE97060	15/10/1997	Confirmada contratação de seguranças para fazendas	CA, p. 09	red	não
CE97061	26/11/1997	Publicação acusa o MST	CA, p. 11	red	não
CE98001	28/01/1998	As invasões e a defesa da propriedade	CA, p. 04	leit	não
CE98002	12/03/1998	Considerações sobre a reforma agrária	CA, p. 04	leit	não
CE98003	14 e 15/03/1998	Sem-terra realizam dois saques em um só dia	CA, p. 09	red	não
CE98004	19/03/1998	Sem-terra não deixam prédio do Ministério	CA, p. 06	ag	não
CE98005	09/04/1998	A farça do MST	CA, p. 02	edit	não
CE98006	02 e 03/-5/1998	Libertação de líder sem-terra comemorada com ato público	CA, p. 07	ag	não
CE98007	28/05/1998	FHC condena ação dos sem-terra, nega pacote e diz que Governo errou	CA, p. 02	ag	não
CE98008	19/06/1998	MST pede o assentamento de 2.500 famílias no Estado	CA, Geral, p. 05	red	não
CE98009	02/07/1998	MST abriga agora famílias de brasiguaios	CA, Geral, p. 06	red	não
CE98010	04/08/1998	Sem-terra invadem fazenda para roubar e abater gado	CA, Polícia, p. 08	red	não
CE98011	04/08/1998	MST incentiva o retorno de brasiguaios ao Estado	CA, Polícia, p. 08	red	não
CE98012	18/08/1998	Sem-terra protestam no Incra	CA, Geral, p. 08	red	não
CE98013	21/08/1998	Dona Ruth acusa MST e diz que o Governo fez muito pelo social	CA, Política, p. 02	ag	não
CE98014	21/08/1998	Ministro diz que Lula foge do MST	CA, Política, p. 03	ag	não
CE98015	17/10/1998	Zeca do PT defende invasões de terras	CA, Política, p. 03	ass	não
CE99001	04/01/1999	Só o MST não vê	CA, Ponto de Vista, p. 02	edit	não
CE99002	09/03/1999	PM monta esquema para conter assentados	CA, Geral, p. 07	red	não
CE99003	09/04/1999	Medida tenta conter invasões de áreas	CA, Geral, p. 07	red	não
CE99004	27/05/1999	Fazendeiros denunciam na Assembléia abuso do MST	Capa	red	não
CE99005	27/05/1999	Ruralistas pedem no Legislativo respeito às suas propriedades	CA, Economia p. 11	red	1
CE99006	16/06/1999	FHC e MST: Culpados ou inocentes?	CA, artigos/ Geral, p. 10	leit	não
CE99007	06/08/1999	Preço injusto	CA, Ponto	edit	não

<sup>t</sup> Reprodução da Folha de São Paulo

			de Vista, p. 02		
CE99008	06/08/1999	Sem-terra: uma ameaça à integridade do Estado	CA, Economia p. 05	anú	não
CE99009	22/08/1999	Fundersul e invasões de terras espantam qualquer investidor	CA, Entrevista p. 05	red	não
CE99010	27/09/1999	Matar! Essa é a lei do MST	CA, Política, p. 03	anú <sup>u</sup>	não
CE99011	29/10/1999	MST recebe peões de fazenda a balas	CA, Geral, p. 08	red	não
CE99012	19/11/1999	Sem-terra invadem prefeitura	Capa	red	1
CE99013	19/11/1999	Grupo de assentados invade prefeitura	CA, Geral, p. 08	red	1
CE99014	21/11/1999	Exército de 60 mil espera terra em MS	Capa	red	1
CE99015	21/11/1999	Faceta desconhecida	CA, Ponto de Vista, p. 02	edit	não
CE99016	21/11/1999	Quase 60 mil esperam por terra em MS	CA, Especial, p. 14	ag	1
CE99017	21/11/1999	Lazer nos acampamentos em feriados e finais de semana	CA, Especial, p. 14	ag	4
CE99018	21/11/1999	Incra espera livrar-se de invasões	CA, Especial, p. 14	ag	não
CE99019	25/11/1999	Dez a zero para o MST	CA, Geral, p. 05	Anu	não
CE99020	28/11/1999	‘O conflito rural começa nas cidades’	CA, Entrevista p. 05	red	não
CE99021	28/11/1999	Brasiguaios acampam em Pedro Juan	CA, Especial, p. 08	red	2
CE99022	27/12/1999	Che Guevara, lição para sem-terrinha	Capa	red	1
CE99023	27/12/1999	Filhos do MST rezam cartilha de Che	CA, Ponto de Vista/Política, p. 02	red	1
CE99024	27/12/1999	Alunos são imaginados como comandantes	CA, p. 02	red	1
	27/12/1999	Educação não assume apoio direto ao evento	CA, Política, p. 03	red	1
CE99025	27/12/1999	Colegiado liberou escola para MST	CA, Política, p. 03	red	não
CE99026	29/12/1999	Ministro recebe cartilha sobre doutrinas de Che	CA, Política, p. 04	red	1
CE00001	09/01/2000	Ordem é invadir, depois negociar	CA, Especial, p. 14	red	1
CE00002	12/01/2000	Educação quer fazer parceria com MST	CA, Política, p. 03	red	não
CE00003	10/03/2000	MS é o segundo Estado em invasões	Capa	ag	não
CE00004	10/03/2000	MS é o segundo Estado do País em invasão de terras	CA, Geral, p. 08	ag	1
CE00005	22/04/2000	FHC chama sem-terra de baderneiros	Capa	ag	1

<sup>u</sup> Anúncio patrocinado pelo MNP



CE00006	22/04/2000	Começar de novo	CA, Ponto de Vista, p. 02	edit	não
CE00007	22/04/2000	Presidente chama líderes do MST de “baderneiros”	CA, Brasil, p. 14	ag	não
CE00008	04/05/2000	Sem-terra prometem radicalizar	Capa	red	não
	04/05/2000	MST anuncia novas ações hoje	CA, Geral, p. 08	red	não
CE00009	05/05/2000	FHC pode chamar o Exército para deter MST	Capa	ag	não
CE00010	05/05/2000	FHC ameaça convocar o exército para deter o MST	CA, Geral, p. 05	ag	1
CE00011	05/05/2000	Sem-terra prometem novas badernas hoje	CA, Geral, p. 05	red	não
CE00012	06/05/2000	Sem-terra pressionam Governo	Capa	red	1
CE00013	06/05/2000	Governo arruma prédio para sem-terra acampar	CA, Geral, p. 08	red	Não
CE00014	06/05/2000	MST recua e desiste de ocupar órgãos	CA, Geral, p. 08	red	Não
CE00015	06/05/2000	Baderna em cinco municípios do Estado	CA, Geral, p. 08	red	Não
CE00016	06/05/2000	MST faz exigências e ameaça Governo com novas invasões	CA, Brasil, p. 14	ag	Não
CE00017	02/06/2000	Fetragri e MST abrem disputa por fazenda	CA, Geral, p. 08	red	Não
CE00018	02/07/2000	Invasores deixam área de fazenda em Eldorado	CA, Geral, p. 08	red	1
CE00019	27/07/2000	Sem-terra provocam mortes em série	CA, Geral, p. 07	red	1
CE00020	03/09/2000	Execução de líderes custou R\$ 2 mil	Capa	red	Não
CE00021	03/09/2000	Mandante paga R\$ 2 mil por emboscada	CA, Geral p. 14	red	Não
CE00022	03/09/2000	Acampado levou líderes para a morte	CA, Geral p. 14	red	Não
CE00023	05/09/2000	Empresa de segurança Coes armou execução	Capa	red	1
CE00024	05/09/2000	Violência previsível	CA, p. 02	edit	
CE00025	05/09/2000	Empresa de segurança comandou execução	CA, Geral, p. 14	red	Não
CE00026	13/09/2000	Teoria e prática	CA, Ponto de Vista, p. 02	edit	Não
CE00027	21/09/2000	Conflito com MST promete durar	CA, Brasil, p. 10	ag	1
CE00028	21/09/2000	Ambos os lados permanecem em alerta	CA, Brasil, p. 10	ag	1
CE00029	21/09/2000	CNBB está atuando como mediadora	CA, Brasil, p. 10	ag	1
CE00030	13/10/2000	Práticas estranhas	CA, Ponto de Vista, p. 02	edit	1
CE00031	17/10/2000	Reforma beneficia MST, diz sindicato	Capa	red	1
CE00032	17/10/2000	Reforma beneficia MST, denunciam sindicalistas	CA, Geral, p. 15	red	não
CE00033	20/10/2000	Entidade diz que Estado financia MST	CA, Geral, p. 13	red	não
CE00034	09/11/2000	Sem-terra ditam a lei no campo	Capa	red	1
CE00035	09/11/2000	Sem-terra ditam regras para Governo	CA, Geral, p. 15	red	Não
CE00036	10/11/2000	Reações contra o óbvio	CA, Ponto de Vista, p.	edit	Não

			02		
CE00037	20/11/2000	Sem-terra destroem propriedade	Capa	red	1
CE00038	20/11/2000	Terra arrasada	CA, Ponto de Vista, p. 02	edit	não
CE00039	20/11/2000	Invasor deixa rastro de destruição	CA, Geral, p. 17	red	4
CE00040	20/11/2000	Acampamento sob ordens de guerrilha	CA, Geral, p. 17	red	1
CE00041	04/12/2000	Federal apura denúncia de que o MST cobra “pedágio”	Capa	red	não
CE00042	04/12/2000	Cobrança de “pedágio” pelo MST é investigada	CA, Geral, p. 08	red	não
CE00043	10/12/2000	Conflito em Eldorado pode ser resolvido terça-feira	CA, Brasil, p. 08	red	não
CE00044	19/12/2000	Invasões guerrilheiras	CA, Artigos, p. 06	leit	não

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.  
Dourados (MS), 31 de agosto de 2005.

ISABELA DE FÁTIMA SCHWENGBER